

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

SUÊNIA THATIANE SOUZA DE ALMEIDA

**OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO:
Contribuição da supervisão acadêmica qualificada voltada para a
práxis social**

**FRANCA
2013**

SUËNYA THATIANE SOUZA DE ALMEIDA

**OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO:
Contribuição da supervisão acadêmica qualificada voltada para a
práxis social**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social, trabalho e sociedade.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira.

**FRANCA
2013**

Almeida, Suênya T. Souza

Os desafios e possibilidades do estágio supervisionado : contribuição da supervisão acadêmica qualificada voltada para a práxis social / Suênya T. Souza Almeida. –Franca: [s.n.], 2013
182 f.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.
Orientador: Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira

1. Serviço social - Estudo e ensino. 2. Assistentes sociais - Supervisão. 3. Serviço social - Orientação profissional. I. Título.

CDD – 361.007

SUÊNIA THATIANE SOUZA DE ALMEIDA

OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO:

**Contribuição da supervisão acadêmica qualificada voltada para a
práxis social**

**Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da
Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para
obtenção do Título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração:
Serviço Social, trabalho e sociedade.**

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Profª Drª. Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira

1º Examinador: _____
Profª Drª. Adriana Giaqueto

2º Examinador: _____
Prof. Dr. Reginaldo Guiraldelli

Franca, _____ de _____ de 2013.

“Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei pelo que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas graças a Deus não sou o que era antes”.

(Marthin Luther King).

AGRADECIMENTOS

Bem, chegou a hora de agradecer...

Para mim é um tanto quanto difícil discorrer aqui em poucas páginas os meus sinceros agradecimentos a tantas pessoas que fazem parte dessa minha trajetória profissional, que acreditaram em mim, me incentivaram e me deram “motivação” quando achava que não fosse conseguir. Escrever essa dissertação de mestrado para mim foi uma experiência única e enriquecedora, que contribuiu significativamente para o meu aprimoramento profissional.

Primeiramente, agradeço a Deus, principal responsável pela minha vida, força divina e espiritual que sempre esteve ao meu lado, direcionando-me para o melhor caminho a ser seguido, que mesmo encontrando muitas pedras nessa caminhada me iluminava e me abençoava para que eu fizesse delas “degraus para o meu sucesso”.

Aos meus pais, razão da minha vida, pelo amor incondicional, incentivo, apoio e dedicação, que mesmo distante sempre estiveram ao meu lado em todos os momentos e souberam entender minhas ausências durante esse processo. Vocês são os grandes responsáveis por eu ter me tornado uma pessoa digna, que sabe respeitar o próximo e que acredita que devemos ir em busca dos nossos ideais. Sei que sou motivo de orgulho para vocês. Obrigada pelos ensinamentos!

Aos meus amados irmãos Viviany, Josiany e Renato pelo amor fraterno, união e cumplicidade sempre. Acreditam em minha capacidade e me acham a melhor de todas, mesmo não sendo. Isso já me basta para me fortalecer e fazer tentar, não ser a melhor, mas fazer o melhor de mim!

Aos meus sobrinhos Fernando William, Maria Clara e Maria Eduarda, que são a luz que irradia força e coragem em minha vida, o motivo pelo qual me empenho e dedico tanto na busca pela ascensão profissional para que eu possa ter condições de lhes proporcionar possibilidades de “acessos”, além do amor imensurável que tenho por eles. Obrigada meu Deus por ter os colocado em minha vida!

Ao meu cunhado Ulisses que também se faz presente em todas as minhas conquistas com suas palavras de otimismo e entusiasmo, me motivando sempre.

Ao meu marido Juliano, pelo amor e companheirismo, colega de profissão e de trabalho, meu grande incentivador e parceiro. Vivenciamos juntos essa etapa do mestrado, entendia as angústias, dúvidas e incertezas experimentadas por mim e muitas vezes foi a motivação que precisava para continuar lutando. Compreendia também as ausências, que não foram poucas, os finais de semanas, madrugadas e férias passados em “branco” dedicados aos estudos. Obrigada Jú, essa vitória também é sua!

A família do meu marido, que se tornou minha segunda família, vibram com as minhas conquistas, me admiram e me apóiam. São pessoas que aprendi a amar e respeitar. Destaco os pequenos Gabriel e Ana Carolina, nossos sobrinhos queridos, que nos enche de alegria a cada dia. Apesar da distância geográfica, estão sempre presentes em nossos corações.

Aos meus amigos, os “verdadeiros”, que fazem parte da minha história e são também apoiadores e incentivadores. Juntos compartilhamos inesquecíveis momentos: tristezas, decepções, desafios, desentendimentos, conquistas, alegrias e muitas, muitas vitórias. Amo todos vocês, que souberam personificar o verdadeiro sentido da palavra amizade.

Agradeço ainda aos colegas do mestrado que conheci em Franca/SP, pela acolhida, trocas de saberes, momentos de estudos, reflexões, concentração e também de “descontração”, afinal, ninguém é de “ferro”.

Quero agradecer, em especial, aos sujeitos da pesquisa que foram cruciais para o desenvolvimento da mesma, contribuindo de forma significativa e exitosa para as considerações desse trabalho.

Propositalmente deixada por último, mas não menos importante que os demais, agradeço à pessoa que foi a responsável por eu ter escolhido e me apaixonado pela temática que discuto: formação profissional e estágio supervisionado, antes mesmo

de ser sua orientanda. À Prof. Dra. Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira, meus infinitos agradecimentos, pelo exemplo de vida, força, competência, profissionalismo, dedicação e ao carinho dispensado a mim. O sentimento que tenho por ti é algo inexplicável, como se já te conhecesse de outras “vidas”, devido a nossa “sintonia”. Sei lá, nem eu entendo ao certo. A minha certeza é que Deus foi muito bom comigo quando a colocou em meu caminho, pois pra mim ela é muito mais que uma orientadora, é uma amiga, um grande exemplo de mulher, guerreira e que nos passa uma paz tão grande que uma simples palavra vindo dela é capaz de minimizar qualquer situação “desesperadora”. Eu quem o diga...

Cir, quando “crescer” quero ser igual a você. Obrigada pela confiança e apoio, espero não ter te decepcionado!

Enfim, agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para que eu pudesse ter chegado nesse momento de escrever essas linhas, ou seja, a finalização da minha dissertação. Valeu!!!

Dedico esse trabalho à Deus, força divina e inspiradora que me impulsiona sempre. Aos meus pais, Nato e Marina, exemplos de caráter, decência, dignidade e amor. Aos meus irmãos pelo amor incondicional. Aos meus sobrinhos pela alegria de viver. Ao meu marido Juliano pela compreensão, apoio e abdicação.

LISTA DE SIGLAS

BH	Belo Horizonte
CES	Câmara de Educação Superior
CFE	Conselho Federal de Educação
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CLIFOR	Clínica Escola de Fisioterapia
CLIMVET	Clínica de Medicina Veterinária
CNE	Conselho Nacional de Educação
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
ENESSO	Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
ESBI	Escola de Biblioteconomia
FAFI	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
FUOM	Fundação Educacional Comunitária Formiguense
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFMG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
ILP	Instituição de Longa Permanência
IPSEMG	Instituto de Previdência do Estado de Minas Gerais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LOAS	Lei orgânica da Assistência Social
MEC	Ministério da Educação e Cultura
NPJ	Núcleo de Práticas Jurídicas
PIB	Produto Interno Bruto
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNE	Política Nacional de Estágio
PU/MG	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFA	Unidade de Formação Acadêmica
UNIFOR	Centro Universitário de Formiga

ALMEIDA, Suênya T. Souza. 2013. **Os desafios e possibilidades do estágio supervisionado**: contribuição da supervisão acadêmica qualificada voltada para a práxis social. 2013. 182 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2013.

RESUMO

O presente estudo visa fazer uma reflexão crítica acerca da supervisão acadêmica de estágio, seu papel na formação profissional do discente e a necessidade em estabelecer uma interlocução entre os três sujeitos envolvidos neste processo: discente/estagiário – supervisor de campo – supervisor acadêmico, ressaltando os novos desafios apresentados à profissão em uma perspectiva ampla de atuação e enfrentamento das questões postas para o desenvolvimento da prática consciente e eficaz, embasada numa formação qualificada. Esta construção teórica configura-se como um estudo analítico e crítico, de caráter qualitativo como procedimento de análise a partir do campo pesquisado, sendo este o Centro Universitário de Formiga/MG, em que fizeram parte enquanto sujeitos da pesquisa os 16 discentes do Curso de Serviço Social dos 6º e 8º períodos do ano de 2012, a Coordenadora do Curso, Coordenadora de Estágio, 02 Supervisores de Campo e Supervisora Acadêmica. Traz-se reflexões no que tange a formação profissional visando a construção de estratégias da categoria frente os rebatimentos da precarização da educação superior e do mundo do trabalho no Serviço Social, especificamente, no estágio supervisionado. Terá como objetivo geral fazer uma reflexão acerca do estágio supervisionado, sobretudo, a supervisão acadêmica, para que se possa traçar qual o seu papel para a formação do discente de Serviço Social, além de identificar de que forma a Política Nacional de Estágio (ABEPSS/2010) e a Resolução 533 (CFESS-CRESS/2008) vem contribuindo para a melhor qualificação dessa atividade curricular. A metodologia da pesquisa foi sistematizada em três etapas: levantamento bibliográfico de caráter exploratório sobre o tema proposto, análise documental e pesquisa de campo, realizada através de entrevistas estruturadas. No término da pesquisa, foi possível constatar as principais contribuições que o estágio supervisionado traz aos discentes, bem como levantar os entraves mais relevantes e meios para superá-los. É importante ressaltar que além das contribuições que o estágio supervisionado pode proporcionar, há também muitos desafios a serem superados, tendo em vista uma formação profissional qualificada, preparando assistentes sociais capacitados a atuar nas múltiplas expressões da questão social.

Palavras-chave: Serviço Social. formação profissional. estágio supervisionado. supervisão acadêmica.

ALMEIDA, Suênya T. Souza. 2013. **Os desafios e possibilidades do estágio supervisionado**: contribuição da supervisão acadêmica qualificada voltada para a práxis social. 2013. 182 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2013.

ABSTRACT

This study aims to make a critical analysis of academic supervision stage, its role in the training of students and the need to establish a dialogue between the three subjects involved in this process: student / trainee - field supervisor - academic supervisor, emphasizing the new challenges presented to the profession in a broad perspective of performance and addressing questions posed to the development of conscious practice and effective, based on a qualified education. This theoretical construct appears as an analytical and critical, qualitative analysis procedure as from the field of research, which is the University Center Ant / MG, in which took part as subjects of research were the 16 students of the Course Social Services of the 6th and 8th periods of the year 2012, the Course Coordinator, Internship Coordinator, 02 Field Supervisors and Supervisor Academic. Brings up thoughts regarding vocational training aimed at building strategies category forward the aftermaths of the precariousness of higher education and the world of work in the Social Services, specifically, on stage supervisionado. Terá general objective to reflect on the stage supervised, especially the academic supervision, so that we can trace what is their role in the formation of students of Social Work, and identify how the National Internship (ABEPSS/2010) and Resolution 533 (CFESS-CRESS / 2008) has contributed to a better qualification of this curricular activity. The research methodology was systematized in three stages: an exploratory literature on the theme, documentary analysis and field research, conducted through structured interviews. At the end of the research, it was established that the main contributions supervised brings to students, as well as raise the most relevant barriers and ways to overcome them. Importantly, in addition to contributions to the supervised training can provide, there are also many challenges to overcome, in view of a qualified professional training, preparing social workers able to work in multiple expressions of social issues.

Keywords: Social Services. vocational training. supervised. academic supervision.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL	21
1.1 Reconstrução da trajetória histórica do Serviço Social no Brasil	21
1.2 Competências e habilidades exigidas ao profissional na atualidade.....	26
1.3 As dimensões da prática profissional: relação teoria x prática	33
1.4 Apresentando e problematizando as diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996.....	40
1.5 A mercantilização do ensino superior na atual conjuntura.....	44
1.6 Dimensões, competências e princípios ético-político para uma formação qualificada.	49
CAPÍTULO 2 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO: CONTRIBUIÇÃO DA SUPERVISÃO ACADÊMICA QUALIFICADA VOLTADA PARA A PRÁXIS SOCIAL.	60
2.1 A importância do estágio supervisionado na formação profissional do assistente social	60
2.2 Sujeitos envolvidos no processo de estágio: atribuições, limites e possibilidades.....	67
2.3 Desvelando a supervisão acadêmica no processo de formação profissional.....	73
2.4 A indissociabilidade entre supervisão acadêmica e supervisão de campo	80
2.5 PNE e Resolução 533: garantia de avanços na formação?	83
2.6 Legislações pertinentes ao estágio supervisionado.....	92
2.6.1 <i>Lei Federal de Estágio</i>	92
2.6.2 <i>Resolução Nº 533 – CFESS/CRESS</i>	94
CAPÍTULO 3 O PROCESSO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FORMIGA/MG – UNIFOR.....	97
3.1 Breve Histórico do município de Formiga/MG.....	97
3.2 O Centro Universitário de Formiga – UNIFOR/MG	100

3.3 A implantação do curso de Serviço Social na unidade pesquisada e o seu Projeto Político Pedagógico	103
3.4 Analisando o tripé: ensino, pesquisa e extensão no Unifor.....	112

CAPÍTULO 4 SUPERVISÃO ACADÊMICA DE ESTÁGIO NO “LÓCUS”

INVESTIGADO: IMPLANTAÇÃO E EFETIVAÇÃO.	116
4.1 Metodologia da Pesquisa	116
4.2 Formação Profissional.....	119
4.3 Relação teoria x prática	134
4.4 Supervisão Acadêmica de Estágio	142

CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
-----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS.....	172
-------------------------	------------

APÊNDICES

APÊNDICE A - <u>QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO PARA COORDENADOR DE CURSO / COORDENADOR DE ESTÁGIO / SUPERVISOR ACADÊMICO</u>.....	179
APÊNDICE B - <u>QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO PARA OS DISCENTES</u>	181
APÊNDICE C - <u>TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</u>.....	182

INTRODUÇÃO

A dimensão da formação e da identidade profissional tem sido objeto de estudos no Serviço Social desde a década de 1986 com as novas diretrizes curriculares para a formação profissional. Cada vez mais se faz urgente refletirmos sobre a formação de qualidade em Serviço Social, para que os futuros profissionais possam intervir frente às demandas advindas do sistema capitalista, com ações propositivas e criativas, pautadas no Código de Ética da profissão, com vistas à materialização do Projeto Ético Político.

Esta pesquisa partiu das inquietações acerca de contatos e experiências vivenciadas pela pesquisadora, quando atuava enquanto coordenadora de estágio do Centro Universitário do Sul de Minas em Varginha/MG e começou a se deparar com situações em visitas institucionais aos campos de estágio que andavam na contramão dos objetivos do estágio supervisionado no que diz respeito à formação profissional do assistente social, em suas múltiplas e complexas ações. Visa analisar o universo a ser pesquisado, sendo este o Centro Universitário de Formiga/MG, contribuindo para uma formação qualificada e fundamentada no projeto ético-político do Serviço Social, com uma reflexão crítica sobre os novos desafios impostos à profissão. Discutir a relação teoria e prática, a partir da supervisão acadêmica, num enfoque qualitativo diante do estágio supervisionado, é o objeto de investigação do presente estudo e fator determinante para uma prática consciente e eficaz.

O problema do referido tema se expressa na detecção de lacunas, que conspiram para a quebra do processo de formação do discente enquanto futuro profissional, lacunas estas que se configuram às vezes em impossibilidades de implementação de um processo dialético que permita a interlocução e interação da teoria com a prática e vice e versa.

Outro fator importante a ser ressaltado é a precarização da formação profissional em algumas instituições privadas, uma vez que tais instituições por seu caráter de formação são estimuladas por um nicho de mercado e, conseqüentemente, trabalhando na formação profissional massificada que possibilite responder aos anseios deste e, principalmente, tomar um caminho que vise a um processo inverso que se destina a prática profissional do Serviço Social, que é de se trabalhar na humanização, validação de direitos, emancipação dos sujeitos e não a dar as respostas que o sistema capitalista necessita ouvir.

Ter-se-à ainda outros questionamentos no que tange o estágio supervisionado, suas competências e habilidades como:

- O estágio supervisionado da forma que muitas vezes vem sendo efetivada nos mais diversos campos de estágios contribui de fato para a formação profissional do aluno?
- Quais são os pré-requisitos que os profissionais devem ter para garantirem com eficiência, efetividade e eficácia o estágio supervisionado?
- Como propiciar para os discentes, através da supervisão acadêmica em parceria com os profissionais, uma práxis que garanta os fundamentos histórico, teórico-metodológicos e éticos-políticos no seu exercício cotidiano?

É importante ressaltar que além das contribuições que o estágio supervisionado proporciona ao discente, há também muitos desafios a serem superados, tendo em vista a busca por uma formação capacitada e altamente qualificada, preparando os futuros profissionais a lidar com as variadas expressões da questão social que se alteram e crescem a cada dia. É também através do estágio supervisionado que o discente terá condições em relacionar a teoria com a realidade e, ao retornar à sala de aula, socializará as experiências e vivências cotidianas, manifestando seus “dilemas”, críticas, angústias e questionamentos acerca do estágio, buscando possíveis soluções. Além disso, as contribuições que o estágio traz aos discentes, também deverão ser destacadas, socializando-os com os demais colegas.

Conforme Ortiz (2010), vale ressaltar que não há possibilidade de se analisar o processo de formação profissional de forma desagregada da semântica capitalista, onde o indivíduo por muitas vezes se coloca em um terreno árduo e perigoso de atuação, no eixo do “centro” da balança que se configura e se materializa na desigual luta entre capital e sua relação com o trabalho, considerando que o Serviço Social encontra-se nas relações sociais norteadas pelo capitalismo, e nas transformações a ele inerente. E é neste meio que se configura o estágio, pois as instituições nada mais são que ambiente contraditório de reprodução dessas relações, e são tendencionadas a defenderem aos interesses dos grupos dominantes, ou seja, aos seus próprios interesses.

Outro fator preponderante na escolha do tema pesquisado decorre das experiências profissionais e conjunturais vivenciadas em diferentes lócus ocupacionais de intervenção profissional da pesquisadora enquanto coordenadora

de estágio e supervisora acadêmica, que no desenvolvimento de suas ações percebeu um distanciamento relativo entre os sujeitos envolvidos no processo de estágio. Distanciamento este que de certa forma compromete a formação, em especial, no que tange o estágio supervisionado que deveria ocupar lugar de destaque nesse processo e, não somente ter o papel de uma “obrigatoriedade” da grade curricular para conclusão do curso, não dando a sua devida importância uma vez que tal momento deveria se configurar como um processo fundamental para a construção da identidade do futuro profissional.

Sendo assim, tomou-se enquanto objeto de estudo o estágio supervisionado, sobretudo, a supervisão acadêmica, como componentes do ensino teórico-prático do Serviço Social buscando identificar qual o seu lugar na formação dos futuros assistentes sociais e de que forma ele os qualifica, buscando entender a “práxis social” numa dinâmica dialética dentro da realidade social na qual estamos inseridos. Tem-se como referência a Resolução 533/2008 do conjunto CFESS/CRESS e a PNE de 2010 da ABEPSS, que norteia e dá diretrizes para o estágio. De acordo com a Política Nacional de Estágio (PNE),

O estágio se constitui num instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do(a) estudante, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente como profissional, nas diferentes expressões da questão social, que vem se agravando diante do movimento mais recente de colapso mundial da economia, em sua fase financeira, e de desregulamentação do trabalho e dos direitos sociais. (ABEPSS, 2010, p. 11).

O Serviço Social atua de forma direta com a implementação das políticas e a busca pela efetivação dos direitos sociais e, para que haja profissionais capazes de compreender a lógica do mercado e visualizar além das possibilidades já apresentadas, depende de uma formação que proporcione a compreensão dos fundamentos teórico-metodológicos para apreensão crítica do processo histórico da realidade social e o real papel do Serviço Social na contemporaneidade.

O processo de aprendizagem da profissão ocorre numa dimensão teórico-prática, fundamental para a formação de um profissional competente. A concepção de competência está alicerçada nas dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, articuladas de tal modo que não haja domínio de uma sobre a outra.

A formação profissional do assistente social é definida mediante a clareza das competências deste na sociedade, e as suas competências de atuação são definidas pelas demandas da sociedade e as demandas próprias da profissão. Este movimento exige um constante repensar das intervenções e ações inerentes ao processo de formação.

Para entender tal dinâmica, a pesquisa teve como objetivo principal estudar e desvendar os desafios e as possibilidades que o estágio supervisionado propicia aos discentes na sua relação com a supervisão acadêmica, no sentido de estabelecer a “práxis social”, ou seja, a atuação da prática embasada na teoria que através de uma análise de conjuntura possibilita uma transformação da realidade social.

Os objetivos específicos pautaram-se na interlocução existente entre os principais atores envolvidos no processo de formação profissional: discentes, supervisores acadêmicos e supervisores de campo; verificar o desenvolvimento da “práxis” social no sentido de estabelecer a relação teoria e prática nos campos de estágio; analisar as contribuições que a Política Nacional de Estágio – ABEPSS / 2010 e a Resolução 533 – CFESS / CRESS 2008, trouxeram para a efetivação de um estágio comprometido e de qualidade baseado nos princípios éticos da profissão; identificar se as teorias adquiridas na academia contribuem de forma positiva nos discentes para a atuação profissional; discutir se o fortalecimento das políticas públicas e a busca pelo profissional no atual cenário nacional tem contribuído para a “mercantilização” da profissão.

Para o desenvolvimento do trabalho ora apresentado, percorremos alguns caminhos:

- Pesquisa bibliográfica: no qual buscou-se fazer um levantamento de referências bibliográficas em livros, artigos, revistas e fontes digitais acerca do assunto discutido a fim de fundamentar teoricamente para a construção do trabalho, nos dando subsídios para interpretar e refletir sobre o tema proposto;
- Pesquisa documental: a partir de documentos e legislações pertinentes ao tema discutido, como forma de nos conceder amparos legais para discorrermos o assunto;
- Pesquisa de campo: entrevista estruturada, aplicação de questionário e análise dos dados. A pesquisa aconteceu no “lócus” investigado, Centro Universitário de Formiga/MG, com os 14 discentes do Curso de Serviço Social do 6º e 8º períodos do ano de 2012, coordenadora do curso, coordenadora de estágio, 2 supervisores de campo e a supervisora acadêmica. Como forma de sermos fidedignos com as falas

obtidas nas entrevistas, utilizamos como procedimento a técnica de gravação com o consentimento de todos os entrevistados, que, posteriormente foram transcritos e analisados alguns depoimentos, enquadrados em categorias de análises, destacados no transcorrer deste trabalho.

Entendemos que somente através de uma formação qualificada o assistente social poderá desenvolver competências para atuar na esfera da produção social da classe trabalhadora, intervindo nos problemas sociais de ordem capitalista, com os quais deparam-se com os avanços e limites postos à atuação profissional. Para tanto, exige um profissional que tenha compreensão de todo o processo de exploração e alienação, a partir de uma visão crítico-dialética sobre a questão social e suas refrações contemporâneas.

Frente ao exposto hipotético da correlação entre teoria e prática na formação profissional, foi utilizado o método hipotético-dedutivo e histórico, a qual consiste em leitura crítica da realidade, baseada na abordagem dialética, dos atores que configuram e fazem parte do processo de formação dos futuros técnicos com a compreensão das representações sociais, analisando as hipóteses de maneira a comprová-las ou refutá-las.

A partir do enfoque qualitativo, numa postura de produção de um conhecimento construtivo-interpretativo, os diferentes momentos de apreensão da realidade foram analisados, apontando os indicadores numa leitura geral de todas as informações obtidas através de investigações das variadas referências bibliográficas e da pesquisa “in lócus”.

O método adotado compreende uma relação intrínseca de oposição e complementaridade entre o mundo natural e social, entre o pensamento e a base material. Trabalhou-se com a complexidade, com a especificidade e com as diferenciações que os problemas e/ou “objetos sociais” apresentam (MINAYO, 1994).

Com base em todas as fundamentações teóricas-metodológicas, entende-se ser de fundamental importância pesquisar o estágio supervisionado no processo de formação do assistente social, suas relações e seus papéis.

A supervisão é um “processo educativo”, onde o supervisor e o supervisionado aprendem em conjunto, onde há a torça, o debate. Existe a preocupação de a prática profissional estar respaldada em uma teoria, e de a visão da unidade teoria-prática, na ação supervisora. (BURIOLLA, 2003, p. 64).

Este estudo foi desenvolvido em quatro capítulos. No primeiro capítulo, intitulado **Formação profissional do assistente social**, fizemos uma breve reconstrução da trajetória histórica do Serviço Social no Brasil, desde sua origem apontando os fatos mais relevantes que fazem parte da história da profissão, com base nos autores e referências que abordam esse aspecto. Discorremos sobre as competências e habilidades que são exigidas ao profissional na atualidade, numa visão crítica e interventiva que se alinhe com o projeto profissional. A relação teoria e prática também foi outro ponto abordado, a partir das dimensões da prática profissional buscando entender e compreender esse fenômeno que para muitos, ainda reforçam o jargão de que “*na prática a teoria é outra*”. Apresentamos as diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996 como um instrumento para nos situar dentro do contexto da formação profissional, em que buscamos qualificá-la com compromisso e qualidade. A mercantilização do ensino superior na atual conjuntura, também abordada no estudo, constituiu um tópico a ser observado e problematizado no sentido de identificarmos até que ponto o aligeiramento da profissão e a proliferação dos cursos de Serviço Social rebatem diretamente na formação do assistente social. Para fecharmos este capítulo, refletimos sobre as dimensões, competências e os princípios ético-políticos para uma formação qualificada.

No segundo capítulo, adentrando mais especificamente na temática da pesquisa, **O estágio supervisionado: contribuição da supervisão acadêmica qualificada voltada para a práxis social**, foi abordado a importância do estágio supervisionado na formação profissional do assistente social, analisando qual o papel do mesmo nesse processo, seus limites e desafios. Como foco principal do nosso trabalho, percorremos sobre a temática da supervisão acadêmica, como forma de desvelar o seu “lugar” na formação. A indissociabilidade entre supervisão acadêmica e supervisão de campo também foram discutidas nesse capítulo, nas quais foram apresentadas a importância de cada uma delas, suas atribuições e seus papéis. Como meios reguladores e legitimadores para o desenvolvimento do estágio, apresentamos a Política Nacional de Estágio, a Resolução nº 533 do conjunto CFESS/CRESS e demais legislações pertinentes ao estágio, visando uma reflexão dos mesmos como avanços na busca efetiva por uma formação qualificada.

No terceiro capítulo apresentamos o “lócus” da pesquisa, **O processo de Estágio Supervisionado no Centro Universitário de Formiga/MG (Unifor)**. Inicialmente, fizemos um breve histórico do município de Formiga/MG acerca do

universo da pesquisa. Depois apresentamos o Centro Universitário de Formiga/MG, para a partir dele caracterizarmos a implantação do curso de Serviço Social na unidade pesquisada e o seu Projeto Político Pedagógico. Fizemos ainda uma análise sobre o tripé: ensino, pesquisa e extensão no Unifor, como forma de identificar de que forma os mesmos são desenvolvidos e o grau de importância que é dado a eles pela instituição pesquisada.

Para que cheguemos à guisa das considerações, foi feita a análise dos dados, com base nas entrevistas colhidas, que para melhor compreendê-las, utilizamos o método da categoria de análises, dividindo em três categorias: formação profissional; relação teoria e prática; supervisão acadêmica de estágio.

No quarto capítulo intitulado **Supervisão Acadêmica de estágio no “lócus” investigado: implantação e efetivação**, apresentamos a metodologia da pesquisa. Em seguida fizemos a análise dos dados a partir das entrevistas realizadas nas quais foram divididas em três categorias de análises. Na primeira categoria **formação profissional** apontamos os aspectos relevantes condizentes a tal vertente com base nas falas dos sujeitos envolvidos na pesquisa. A segunda categoria trouxe abordagens no que diz respeito a **relação teoria e prática** com ênfase no estágio supervisionado, destacando de que forma tal relação é concebida nos campos de estágio. A terceira e última categoria elencada relaciona-se com a centralidade da pesquisa, ou seja, a **supervisão acadêmica**. Nela analisamos qual o papel da mesma na formação profissional do assistente social, suas possibilidades para efetivação de uma prática qualificada e competente e de que forma ela se desenvolve no “lócus” pesquisado.

Sendo assim, a partir de todos os pressupostos analisados, apresentamos as considerações finais, não como forma de esgotar o assunto em pauta, mas como subsídios para debates e trabalhos futuros.

Podemos afirmar que a esta pesquisa contribuirá para a reflexão sobre a formação profissional do assistente social na atualidade, com vistas ao estágio supervisionado, sobretudo, em relação a supervisão acadêmica, analisando qual o seu papel na construção da identidade profissional para o discente, os dilemas e desafios encontrados na atual conjuntura para que esta atividade curricular seja desenvolvida com a sua devida importância e comprometimento, trazendo ao futuro profissional uma formação qualificada e competente.

CAPÍTULO 1 FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

1.1 Reconstrução da trajetória histórica do Serviço Social no Brasil

É fato que as ações de cunho social, antecedem a formalização do Serviço Social enquanto categoria profissional, inserida na divisão sócio técnica do trabalho. A origem do Serviço Social como profissão tem marca na relação capital x trabalho produzidas por ações de exploração e acumulação capitalista. É uma profissão que nasce como projeto de manutenção da hegemonia do poder burguês, como uma prática humanitária, sancionada pelo Estado e protegida pela Igreja, com caráter filantrópico e de controle social, assim:

O Serviço Social já surge, portanto, no cenário histórico com uma identidade atribuída, que expressava uma síntese das práticas sociais pré-capitalistas – repressoras e controlistas – e dos mecanismos e estratégias produzidas pela classe dominante para garantir a marcha expansionista e a definitiva consolidação do sistema capitalista. (MARTINELLI, 2009, p. 57).

O Serviço Social vem se firmar como profissão no Brasil, sob influência da Igreja, que com seus costumes, leis, tradições e normatividades imprimiam papel de contenção às ações estatais, delimitando-as. Assim, a intervenção do Estado na questão social foi legitimada em função de servir ao bem comum.

O Assistente Social deveria, assim: ser uma pessoa da mais íntegra formação moral, que a um sólido preparo técnico alie o desinteresse pessoal, uma grande capacidade de devotamento e sentimento de amor ao próximo; deve ser realmente solicitado pela situação penosa de seus irmãos, pelas injustiças sociais, pela ignorância, pela miséria, e a esta solicitação devem corresponder as qualidades pessoais de inteligência e vontade. Deve ser dotado de outras tantas qualidades inata, cuja enumeração é bastante longa: devotamento, critério, senso prático, desprendimento, modéstia, simplicidade, comunicatividade, bom humor, calma, sociabilidade, trato fácil e espontâneo, saber conquistar a simpatia, saber influenciar e convencer etc. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003, p. 221).

Os primeiros decênios de 1930 são marcados por profundas situações de miséria e desemprego, repercussões dos inúmeros problemas sociais, políticos e culturais ocorridos em todo o mundo no referido período. É preciso ressaltar aqui, que neste princípio se instaura na gênese da construção do Serviço Social, o forte e marcante pensamento europeu, que em suas bases privilegiavam perspectivas de análises pautadas em preceitos conservadores, sob a égide de um ideário

humanista, que se alicerçava em bases doutrinárias do conceito neotomista¹. (OLIVEIRA, 2012).

Ainda de acordo com Oliveira (2012) o surgimento do Serviço Social no Brasil ocorre nos anos iniciais da década de 1930, na era Vargas, com reflexo de direcionamentos políticos, baseados no processo de desenvolvimentos econômico e social que visava a garantia do bem privado e acumulação capitalista. Ressalta-se que este governo apresentava traços carregados de populismo, que a partir de iniciativas dos setores burgueses aliados à Igreja Católica adotou o modelo Europeu como referência para a implementação da profissão, que tinha como base uma formação conservadora nos aspectos individuais e morais.

A conjunção de forças entre a burguesia e setores da Igreja Católica culminou no nascimento em São Paulo, no ano de 1932, do Centro de Estudos e Ação Social², que operou um importante papel no sentido de qualificar agentes para a prática social.

Nesse Centro, como fruto da iniciativa das cónegas de Santo Agostinho, no Brasil, realizou-se o primeiro curso de preparo para o exercício de ação social, que, sob a denominação de Curso Intensivo de Formação Social para Moças, foi ministrado pela assistente social belga Adèle de Loneux, na Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas. A clientela desse primeiro curso foi constituída por jovens católicas, algumas já participantes de atividades assistenciais ou militantes de movimentos da Igreja, e todas pertencentes a famílias da burguesia paulista. (MARTINELLI, 2009, p. 123).

Em 1936, foi criada em São Paulo a primeira escola de Serviço Social brasileira, influenciada pela Ação Social e Católica. A partir de então se inicia a formação técnica e acadêmica, porém, com visível vinculação religiosa.

Nota-se que a identidade atribuída ao Serviço Social, naquele contexto, era uma junção de atividades econômicas e ideológicas, extremamente viáveis para a hegemonia burguesa, visto que o conjunto de atividades desenvolvidas pelos assistentes sociais acabava por contribuir para que houvesse um controle social, por

¹ **Neotomismo** é um movimento de retorno à filosofia tomista da Idade Média resgatada à luz de tendências intelectuais modernas e retomada especialmente a partir de 1879, por influência de uma encíclica do Papa Leão XIII. É a corrente filosófica que resgata o Tomismo, a filosofia do pensador italiano Santo Tomás de Aquino, com o objetivo de resolver problemas contemporâneos. Para o Neotomismo, toda a filosofia moderna, a partir de Descartes, constituir-se-ia em erros e equívocos, responsáveis pela crise do mundo moderno. (NEOTOMISMO, online).

² A criação deste Centro tinha por objetivo promover a formação de seus membros, por meio do estudo da Doutrina Social da Igreja, e para isto, fundamentava sua ação na base doutrinária e no conhecimento dos problemas sociais, a fim de tornar eficiente a atuação de agentes sociais, para resolver os problemas oriundos da questão social. (BETETTO, 2010, p. 591).

parte da classe dominante. Tratava-se, portanto, de um mecanismo de reprodução e manutenção das relações de classe. Conforme salienta Martinelli (2009), os assistentes sociais atribuíram à profissão o caráter de ações imediatistas e espontâneas, com um cunho “antagônico”, pois ao mesmo tempo em que é cooptado pelo sistema que compra sua força de trabalho alienando-o, em outra extremidade exerce o papel de alienação das massas, ou seja, as classes trabalhadoras com as quais intervém.

A partir de 1937, o Brasil entra em uma nova fase, um golpe de Estado fez com que Getúlio Vargas assumisse o poder novamente. O Estado a partir de então passa a ter uma política econômica que se coloca visivelmente a serviço da industrialização.

A estrutura corporativa do Estado Novo para validar essa fonte de legitimação deve necessariamente incorporar de alguma forma reivindicações dos setores populares. O reconhecimento legal da cidadania social do proletariado, o reconhecimento pelo Estado de uma forma social de exploração da força de trabalho e, portanto, de direitos inerentes à condição de explorados. (IAMAMOTTO; CARVALHO, 2003, p. 237).

No período de 1945 o Serviço Social brasileiro sob influências do pensamento norte-americano utiliza um método próprio para sua atuação: caso, grupo e comunidade. Deu-se ênfase na família com concepções funcionalistas que trabalhava no sentido de organizar as mesmas, sob uma ótica de “moralizá-las” de acordo com o que a sociedade da época julgavam ser o “certo”.

Em 1947 surge o primeiro Código de Ética do assistente social que mesmo com todo o discurso conservador que trazia em sua síntese, representava um grande avanço e conquista para a categoria.

Nas décadas de 1950 e 1960 surgem no interior da profissão e também no cenário social questionamentos acerca da metodologia profissional, visto que, neste contexto histórico o assistente social estava em processo de construção de uma identidade personificada que retratasse seu ethos, o que contribuiu para gerar uma perspectiva crítica dos profissionais na América Latina. Em 1965, surge no Brasil o segundo Código de Ética profissional, que passou por reformulações visando adequar-se à realidade conjuntural do referido período. Dá-se início ao Movimento

de Reconceituação³ no final dos anos 60 que reconhece a dimensão política do exercício profissional.

Objetivava-se, a partir desse movimento romper com as práticas do conservadorismo no seio da profissão. Buscava-se também, o reconhecimento e afirmação da compreensão política profissional. Surge ainda neste período, uma perspectiva crítica por parte de alguns profissionais fundada na teoria social marxiana, que é representada pela vertente do estruturalismo, que compreende as instituições como aparelhos ideológicos do Estado (OLIVEIRA, 2012).

A partir dos anos 1970, o Serviço Social brasileiro sofre influência do pensamento gramsciano, que vê o Estado como “ampliado”⁴, sendo este um espaço contraditório da luta de classes. Em 1975 surge o terceiro Código de Ética do assistente social, ainda marcado por traços conservadores.

No final da década de 1970 e início dos anos 1980 o Serviço Social vivencia o início de uma nova fase, a “intenção de ruptura”, que se configura e se materializa em proposta desenvolvida pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), a construção do Método BH, idealizado e coordenado por Leila Lima Santos. O método BH pode ser definido com uma experiência, que se configura uma das primeiras elaborações acadêmicas que visava uma “re-atualização” profissional com propostas que rompiam, de fato, com o conservadorismo que estava “impregnado” à profissão e trazendo para a categoria a visão crítica e dialética. Estruturada sob o viés marxista, inicialmente de forma fragmentada, visto que, até tal momento não se havia a apropriação de fontes originais, e sim secundárias de Marx (marxismo estruturalista), porém, consegue avançar e inserir-se na perspectiva crítica dialética. Os estudos de Paulo Netto (2005) vêm demonstrar que o Método

³ O Movimento de Reconceituação representou um marco decisivo no desencadeamento do processo de revisão crítica do Serviço Social. O Brasil desempenhou, ao lado da Argentina, Chile e Uruguai, um papel de destaque na articulação das inquietudes profissionais no continente. Seu objetivo principal era romper com o conservadorismo e assistencialismo ainda presentes na profissão. A partir dos anos 90, assistimos a um movimento de sistematização teórica mais rigorosa, através de um retomo à obra marxiana e/ou de uma busca de outros autores de peso do chamado marxismo ocidental, como Luckács e Gramsci, e que se traduziu inclusive através de uma reflexão crítica sobre a história da profissão no país (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003, p. 366).

⁴ Segundo Gramsci “Estado Ampliado”, pode servir para manter ou transformar as relações sociais de acordo com os interesses da classe hegemônica. As classes sociais lutam por hegemonia, ou seja, lutam para conquistar aliados para seus projetos e construir, neste cenário, um consenso e uma direção comum. Esse contexto se expressa, ao mesmo tempo, nas esferas do Estado (nos poderes executivo, legislativo e judiciário), como também orienta e potencializa as lutas sociais concretamente existentes fora da esfera estatal (movimentos sociais, partidos, sindicatos, etc..).

BH proporciona ao Serviço Social a aproximação com a classe trabalhadora, e uma orientação diferenciada no que tange a questão social.

Os assistentes sociais passaram a estudar a realidade dos trabalhadores, através de estudo da realidade social desenvolvida em bairros selecionados. Outro ponto, que possui grande relevância, diz respeito à compreensão da categoria profissional como um elemento fundamental, para se repensar o Serviço Social. Pela primeira vez, os assistentes sociais iniciam uma reflexão acerca da categoria profissional da qual fazem parte. Passando a visualizar que, também se constituem como classe trabalhadora, e conseqüentemente, seu trabalho é sustentado pelo capital.

Em 1979, no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), em São Paulo, ocorreu o Congresso da Virada que foi um marco simbólico para um conjunto de mudanças realizadas no Serviço Social brasileiro, em que foi definido um novo horizonte teórico-político crítico no entendimento da sociedade e da profissão. Os assistentes sociais participaram das lutas na defesa do retorno ao estado de direito, da democracia, da exigência quanto à ação do Estado nas respostas às expressões da questão social e na realização dos interesses das classes trabalhadoras.

Em 1982 é aprovado o novo Currículo de Serviço Social, embasado nos avanços teóricos e políticos, admite a importância da pesquisa científica, articulada a realidade da classe trabalhadora e a preocupação com a formação profissional, o rompimento com a classe dominante e o exercício profissional aos interesses dos usuários. Ainda na década de 1980, mais precisamente em 1986 surge o quarto Código de Ética do assistente social, que foi considerado o “divisor de águas” da profissão, que visava superar o conservadorismo e vinculava a prática do assistente social aos interesses da classe trabalhadora.

Com a Constituição Federal de 1988, inicia-se um novo tempo em que a sociedade civil avança em busca da legitimação dos seus direitos e o assistente social deixa de ser um agente da caridade e caminha em direção à execução das políticas públicas, atuando no desenvolvimento de práticas auxiliares como pesquisa, aconselhamentos, esclarecendo aos seus usuários os seus direitos e deveres (IAMAMOTO, 2002 p. 33).

As mudanças significativas que ocorreram nos anos 1990, no âmbito político, econômico e social, trouxeram ao Serviço Social desafios e conquistas. Em 1993 foi aprovado o Código de Ética do Assistente Social, baseado no Código de 1986 que

tem como um dos seus princípios a liberdade como valor ético central e a defesa intransigente dos Direitos Humanos. Ainda no ano de 1993 é sancionada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que caracteriza a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado.

No que tange a formação profissional do assistente social, no início da década de 1990, para Paulo Netto (1995), percebe-se que esta se apresenta relativamente madura, do ponto de vista acadêmico, pois a graduação e a pós-graduação encontravam-se em processo de legitimação e consolidação em diversas instituições de ensino espalhadas pelo país. O número de publicações aumentou significativamente e existia o diálogo interdisciplinar. Além de tudo isto, os conselhos regionais e o federal de Serviço Social encontravam-se mais dinâmicos e com representatividade significativamente mais ampla.

Um marco importante da década de 1990 é a aprovação das Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, em 1996 em atual vigência.

A proposta aprovada em 1996 está estruturada a partir de três núcleos temáticos, que articulam o conjunto de conhecimentos e habilidades necessárias à qualificação profissional dos assistentes sociais na atualidade. São os três núcleos temáticos: núcleo de fundamentos teóricos, metodológicos da vida social, núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio histórica da sociedade brasileira e o núcleo de fundamentos do trabalho profissional. (IAMAMOTTO, 2007, p. 436).

Sendo assim, nota-se que os anos 1990 foram marcados por grandes transformações no contexto social e econômico, que ocasionaram em mudanças no mundo trabalho e com isto uma conseqüente alteração no exercício profissional do assistente social. O desafio é fazer com que formação do assistente social no atual contexto dê um “salto de qualidade”, primando por uma formação qualificada e contínua, conforme aponta (IAMAMOTO, 1998).

1.2 Competências e habilidades exigidas ao profissional na atualidade

Partindo das idéias de Iamamoto (2007) é necessário fazer uma revisão crítica da trajetória profissional do assistente social a partir dos anos 1980, que serviu para “redefinir” a profissão. As novas exigências se dão em virtude das alterações que a sociedade vem sofrendo no mundo do trabalho, repercutindo na reforma do Estado e pelo papel que a sociedade civil assume.

A preocupação que move tais reflexões é de construir, no âmbito do Serviço Social, uma proposta de formação profissional conciliada com os novos tempos, radicalmente comprometida com os valores democráticos e com a prática de construção de uma nova cidadania na vida social, isto é, de um novo ordenamento das relações sociais. (IAMAMATO, 1998, p. 168).

O desafio é fazer com que a formação do assistente social nos tempos atuais dê um “salto de qualidade”, conforme aponta lamamoto (1998), fazendo com que o novo currículo não nasça “velho”.

Este novo projeto de formação profissional deve estar atento a ofensiva neoliberal, que se apresenta conservadora e privatistas, reduzindo, significativamente, a função do Estado, que torna-se cada vez mais “mínimo”. Percebemos que cada vez mais o Estado se ausenta de suas reais “obrigações”, onde a sociedade civil busca implementar ações coletivas nas áreas da saúde, educação, seguridade e etc., que de acordo com lamamoto (1998, p. 175, grifo nosso) o “[...] fundo público tornou-se pressuposto tanto para o financiamento do capital como da força de trabalho.” O sistema capitalista depende dos fundos públicos.

O Serviço Social está inserido na divisão sócio-técnico do trabalho, devendo dar respostas às necessidades sociais, sendo estas, as demandas da profissão, que o leva a se qualificar para que sejam capazes de responder às exigências contemporâneas de forma crítica e transformadora, tendo em vista os padrões de produção e acumulação do capital, que implica numa reestruturação do Estado e sua relação com as classes sociais.

Segundo lamamoto (2007), com isto nota-se a “precarização” do trabalho, com trabalhos precarizados, alto índices de desempregos, trabalhos temporários e terceirizados, ocasionando a perda dos direitos sociais gerando a exclusão e o exército industrial de reserva.

Em virtude disto, o trabalhador “polivalente” é cada vez mais requisitado, o que não passa de uma “estratégia” de explorar a mão de obra, no qual um trabalhador exerce várias funções com o mesmo salário e uma jornada de trabalho “flexível”.

Tudo isto faz aumentar as diferenças de classes, amplia as desigualdades sociais, o que altera, consideravelmente, o mercado de trabalho, “[...] dá lugar a uma “nova pobreza”, um excedente de força de trabalho que não tem preço, porque não tem mais lugar no processo de produção.” (IAMAMOTO, 1998, p. 157, grifo nosso).

Consequentemente altera a qualificação e demanda do profissional de Serviço Social, que deverá centrar-se nas mudanças e alterações da vida social, compreendendo as tendências capitalistas “criticamente” de acordo com a “modernização” do mundo do trabalho e de produção.

Percebe-se a invasão de grandes empresas no meio econômico e social, capacitando empregados para a área de gestão de recursos públicos e privados, com o discurso enganador da “filantropia social” que na verdade é a “filantropia do capital” que com as campanhas e apelos nos passa a impressão de “solidariedade social” (IAMAMOTO, 1998).

Com isto, há uma alteração no perfil do profissional assistente social, pois percebemos o crescimento das ONG's, as parcerias do Estado com as instituições filantrópicas e com as empresas e o “enxugamento” dos serviços sociais ofertados por órgãos públicos.

Nota-se ainda, a re-abertura de espaço para o trabalho do assistente social no mundo empresarial, atuando nas relações de trabalho e nos benefícios assistenciais. Reforçando a idéia, lamamoto (1998, p. 183) assegura,

Observa-se, assim, uma transformação do tipo de atividades que foram tradicionalmente atribuídas ao assistente social, exigindo-lhe, por exemplo, cada vez mais sua inserção em equipes interdisciplinares, o seu desempenho no âmbito de formulação de políticas públicas, impulsionadas pelo seu processo de municipalização; o trato com o mundo da informática, a intimidade com novas técnicas e discursos gerenciais, entre muitos outros aspectos, o que muitas vezes tem sido, enviesadamente, como “desprofissionalização”.

Sobre o debate da formação profissional nos tempos atuais, há que se discutir sobre a necessidade dos fundamentos do processo formativo ser reafirmado, uma vez que o profissional deverá ser dotado de uma competência teórica-crítica, dando-lhe fundamentação e subsídios para atuar nas mais variadas formas e expressões da “questão social”, de acordo com o projeto ético-político e Código de Ética Profissional.

Para lamamoto (1998), é necessário abordar o Serviço Social na sua totalidade, ou seja, em suas várias relações com o modo de produção/reprodução da vida social e com todas as instâncias que influenciaram e incidem na prática profissional ao longo de sua história. Sendo assim, é necessário investir na pesquisa

e trabalhar no campo das mediações, que nos dá condições para entender as singularidades do fazer profissional, que “clama” por um olhar mais amplo.

De acordo com Iamamoto (1998), um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalhos criativos e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Este é um debate contemporâneo do Serviço Social de forma a antecipar propostas para o enfrentamento do neoliberalismo em suas características conservadoras e privatistas.

Essas demandas que se colocam para o Serviço Social exigem que a categoria profissional articule elementos teóricos e informações da realidade local e global. O profissional de Serviço Social tem sido na atualidade muito mais que um executor de políticas sociais. As demandas do mercado apontam que, além de trabalhar na execução e formulação de políticas públicas e na gestão de políticas sociais, requer uma ruptura com a burocracia e a rotinização.

Nesse sentido, as teorias permitem compreender aos atos e a produção da própria ciência como um processo de construção/desconstrução/reconstrução constante que acontece pela participação ativa dos sujeitos envolvidos. Ter a visão da totalidade institucional, conhecendo o ambiente interno e externo da organização e, principalmente, o papel que pretende cumprir naquele determinado momento histórico e pelo qual deseja ser reconhecida, é um dos principais requisitos exigidos ao profissional contemporâneo (IAMAMOTO, 1998).

Exige-se ainda conhecer a legislação atual que fundamenta a política de atuação junto ao segmento atendido pela instituição, em que o mesmo está inserido, ter a concepção clara de que população atendida é constituída por sujeitos de direitos. Outra prerrogativa é saber atuar em equipe, pois essa participação pressupõe o trabalho conjunto de pessoas que discutem e analisam situações e fatos concernentes ao âmbito de atuação, tomando decisões de encaminhamento e executando-as. Traz a idéia do trabalho coletivo, cujos membros partilham de uma visão claramente definida sobre os objetivos a serem alcançados, tendo em vista a totalidade institucional e a ação interdisciplinar.

Iamamoto (1998), sinaliza ainda que o profissional deverá produzir respostas profissionais concretas e práticas para a problemática trabalhada pela instituição, a partir de uma postura reflexiva, crítica e construtiva. Exercer a práxis profissional com compromisso e responsabilidade, primando pela capacidade de denunciar

situações que necessitam ser superadas, mas também anunciando as formas de fazê-lo.

Atualmente, o que se nota é o desmonte das Políticas Sociais, devido à ofensiva neoliberal. Com isso, ocorre um processo de desresponsabilização do Estado. Os direitos sociais são minimizados, o Estado investe o mínimo em Políticas Públicas, transferindo tal responsabilidade à sociedade civil. É no contexto das mudanças ocorridas nas relações sociais, que o Serviço Social tem a tarefa de decifrar as novas demandas da realidade brasileira, de compreender e intervir nas novas expressões da questão social (IAMAMOTO, 1998).

Reforçando o pensamento acima, Koike (2009), aponta que o mercado exige cada vez mais um trabalhador polivalente, capaz de desempenhar várias funções ou postos de trabalho, no qual a formação específica ou especializada perdem sua funcionalidade. Esse “novo mercado” societário exige uma atuação do trabalhador que vá de encontro com as exigências do capitalismo “reatualizado”.

De acordo com Faleiros (2001), as demandas sociais emergentes da sociedade capitalista junto às exigências apresentadas pelo mercado de trabalho na contemporaneidade afetam de forma direta a atuação do profissional de Serviço Social, sendo necessário ao mesmo uma formação continuada assumindo um caráter crítico e interventivo de forma que acompanhe as transformações societárias, indo de encontro com os preceitos éticos da profissão, sem ferí-los, não se deixando ser manipulado pelos empregadores, que frequentemente visam mais os interesses da própria instituição ou da visibilidade que sua gestão governamental terá, do que a necessidade real da população usuária do Serviço Social cujo nosso papel é assegurar os seus direitos. Tal formação não pode se basear em um pragmatismo que ignore a teoria, nem em idealismo alienado em relação à realidade do cotidiano profissional.

Ortiz (2010) reafirma que o processo de formação acadêmica deve perpassar por todas as temáticas que englobam a atuação profissional, e subsidiar um embasamento que possibilite a correlação com a práxis, que já não pode mais ser tecnicista, tradicional e operacionalizada. Deve-se evidenciar o modo estratégico de atuação que tenha como foco principal a emancipação do usuário através dos mecanismos existentes, pautados na ética e nos fundamentos da profissão.

O Serviço Social atua de forma direta com as políticas e os direitos sociais, e para que haja profissionais capazes de compreender a lógica do mercado e

identificar além das possibilidades já apresentadas, depende de uma formação que proporcione a compreensão dos fundamentos teórico-metodológicos para apreensão crítica do processo histórico da realidade social e o real papel do Serviço Social na contemporaneidade.

Reafirmando Iamamoto (2006, p. 171-172),

O exercício da profissão exige, portanto, um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes, passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho.

O Serviço Social é uma especialização do trabalho, e sua prática histórica, gestada nas relações de poder da sociedade capitalista, e, portanto, permeada por contradições advindas dos interesses de classes. Tendo em vista que estas contradições são inerentes à ciclicidade da economia e momento conjuntural.

É com esse giro que o Serviço Social se constitui como profissão, inserindo-se no *mercado de trabalho* [...] [e o assistente social] tornando-se vendedor de sua força de trabalho. [...] Não é a continuidade evolutiva das protoformas ao Serviço Social que esclarece a sua profissionalização, e sim a ruptura com elas. (PAULO NETTO, 1992, p. 69, grifo do autor).

O Serviço Social brasileiro é regulamentado como profissão liberal, entretanto, não tem essa tradição em nosso país, uma vez que ele não dispõe dos meios e recursos que subsidiem sua autonomia. O assistente social é um trabalhador especializado que vende sua capacidade de trabalho para as entidades e/ou instituições empregadoras. Estando nesta relação de compra e venda de trabalho, o profissional se insere no campo da mercantilização, no campo do valor, se constituindo como parte do trabalho socialmente produzido pelo conjunto da sociedade, participando da criação e prestação de serviços que atendam às necessidades sociais. Conforme afirma Guerra (2006, p. 3) que

[...] o Serviço Social é uma especialização do trabalho coletivo. Constitui-se numa profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, intervindo nos âmbitos da produção material e reprodução ideológica da vida social. Como tal, intervém no âmbito da questão social, mais exatamente das formas de tratamento da questão social. A profissão tem uma regulamentação, um projeto ético-político e um projeto de formação profissional, portanto, uma direção social, um perfil determinado de profissional, bem como um conjunto de atribuições e competências sócio-

profissionais. O Assistente Social como trabalhador vende sua força de trabalho, a qual possui uma utilidade social e junto com ela vende um conjunto de procedimentos técnico-interventivos que expressam valores e reforçam projetos de sociedade.

De acordo com Oliveira (2004) o assistente social deve desenvolver como postura profissional a capacidade crítico/reflexiva para compreender a problemática e as pessoas com as quais intervém, exigindo-se a habilidade para comunicação e expressão oral e escrita, articulando políticas públicas e sociais para proceder encaminhamentos técnico-operacionais, sensibilidade no trato com as pessoas, conhecimento teórico, capacidade para mobilização e organização.

Lewgoy (2010) salienta que o processo de formação do assistente social é bastante ativo e intenso e, embora continue em desenvolvimento ainda há muito que caminhar, num processo contínuo de construção e reconstrução da prática que se fortalece na realização do exercício e da capacidade crítica ligada à realidade social, principalmente, no que se refere ao estágio e à sua supervisão.

Iamamoto (1998) afirma que na contemporaneidade, exige-se um profissional que seja capaz de interpretar e buscar formas de intervenção que vá além daquilo que lhe é posto, que não seja apenas imediatista e técnico, mas também tenha uma visão crítica de acordo com a necessidade do campo de atuação, ou seja, romper com a visão endógena e conservadora. A competência profissional é um processo em construção, o qual acontece no dia-a-dia do assistente social, surgindo das relações diversificadas com os outros sujeitos, tal competência é compartilhada, pois não se constrói sozinha, mas nas relações com as pessoas. Assim, não é apenas técnica, ela possui também dimensão política, teórica e operativa, sem as quais perderia o sentido de uma atuação qualificada pautada nos objetivos do projeto ético político da profissão.

O assistente social tem um manancial de denúncias das desigualdades sociais, que tem que ser colocado a serviço público. Exige o compromisso de resgatar este precioso conteúdo acumulado no exercício profissional, derivado de informações e situações de vida apreendidas no contato cotidiano com a população e alimentá-lo na denúncia de situações e na viabilização de formas de enfrentar esse processo. Torna-se fundamental estimular inserções sociais que contenham potencialidades de democratizar a vida em sociedade, conclamando e viabilizando a ingerência de segmentos organizados da sociedade civil na coisa pública. Ocupar esses espaços coletivos adquire maior importância quando o bloco do poder passa a difundir e empreender o trabalho comunitário sob a sua direção, tendo no voluntariado seu maior protagonista. Representa uma vigorosa ofensiva ideológica na construção e/ou consolidação da hegemonia das classes

dominantes em um contexto econômico adverso, que passa a requisitar ampla investida ídeo-política, de modo a assegurar a direção intelectual e moral de seu projeto de classe em nome de toda a sociedade, ampliando suas bases de sustentação e legitimidade. (IAMAMOTO, 2012, p. 55).

O exercício profissional provoca impactos significativos nas condições e nos modos de vida dos usuários por possibilitar o acesso às políticas, serviços, programas, projetos e benefícios sociais, bem como colabora para a construção do protagonismo social, e de mudanças nas condições sociais e econômicas, na direção de novas formas de sociabilidade.

O Serviço Social é uma profissão que se apóia em um projeto ético-político que o habilita a formular respostas profissionais às múltiplas expressões da questão social que se colocam como demandas nos mais diversos espaços institucionais.

A profissão é entendida no contexto das relações sociais e de seus mecanismos de poder econômico, político e cultural, no qual os projetos profissionais são construídos. Isso implica entender e considerar que as ações humanas sempre são orientadas por objetivos, metas e finalidades, tem em sua base necessidades e interesses e referem-se sempre a um projeto que, por sua vez, “[...] é uma antecipação ideal da finalidade que se quer alcançar empregando os valores que a legitimam e a eleição dos meios para alcançá-la.” (PAULO NETTO, 2005, p. 18).

No entanto, o fazer diário do profissional de Serviço Social vem nos mostrar que é necessária a articulação teórico-metodológica como ponto de partida para o desvelamento da realidade aliado a dimensão ético-político numa postura crítica e de compromisso para com a garantia de direitos de seus usuários e uso da dimensão técnico-operativa na perspectiva de construir habilidades e atitudes que contribuem para dar respostas às demandas societárias.

1.3 As dimensões da prática profissional: relação teoria x prática

Para discutirmos as dimensões da prática profissional, transcorrendo na transversalidade que consiste teoria e prática, se faz necessário trazer a elucidação para esta discussão o pensamento de Santos (2010, p. 13) que lança a indagação de que “na prática, a teoria é outra?”.

Ainda no tocante deste aporte, Santos (2010, p. 13) pontua que a interpretação da prática profissional passa por três entendimentos equivocados, nos quais serão citados abaixo:

O primeiro é o de que a “teoria se transforma em prática”, ou seja, espera-se que uma teoria, que tem por orientação a ruptura com referencial teórico conservador, ofereça, de imediato, uma prática de ruptura com a ordem conservadora.

O segundo entendimento vai na contramão do primeiro. Defende-se que a prática fala por si só, ou seja, a ação prática oferece, também de imediato, a teoria, a qual seria, portanto, apenas a sistematização da prática. Com isso, consagra-se a afirmativa *na prática a teoria é outra*, mas não de forma “acusativa” e sim com um tom de “conformação”, em que a prática seria mais importante que a teoria.

O terceiro entendimento – que remete ao primeiro – é o de que a *teoria social de Marx não instrumentaliza para a ação*. Tal afirmativa quer denunciar, igualmente, que a teoria não está se transformando em prática, todavia destina-se diretamente a uma particular direção teórica, à teoria social de Marx: a teoria social crítica não está se transformando em prática crítica.

Na mesma linha de pensamento, Santos (2010, p. 16) referencia como cerne de sua discussão as idéias de Marx, que se mantêm contemporâneas mesmo após um longo período de tempo. “*As idéias dominantes de uma época sempre foram as idéias de uma classe dominante.*” (Marx e Engels, 1998, p. 25 apud SANTOS, 2010, página 16, grifo do autor), para tanto, se faz importante a reflexão proposta pela autora.

[...] não vê que o mundo sensível que o cerca não é um objeto dado, diretamente, eterno e sempre igual a si mesmo, mas sim o produto da indústria e do estado da sociedade, no sentido de que é um produto histórico, o resultado da atividade de toda uma série de gerações, sendo que cada uma delas se alcançava sobre os ombros da precedente, aperfeiçoava sua indústria e seu comércio e modificava seu regime social em função da modificação das necessidades. (Marx e Engels, 2001, p. 43 apud SANTOS, 2010, p. 16).

A partir desse pensamento, é possível visualizar as sinalizações de que a prática profissional se modifica de acordo com as transformações societárias, tendo em vista que tais transformações são o resultado das ações exercidas pelos homens.

Santos (2010), ainda embasada nas teorias de Marx aponta que a realidade precede ao pensamento e que o pensamento surge para ampliar a percepção do

concreto. Afirma que “o concreto só é concreto porque é a soma de várias determinações”, sendo assim, a prática torna-se indissociável da teoria.

A relação entre teoria e prática é uma relação simultânea e recíproca por meio da qual a teoria nega a prática enquanto prática imediata, isto é, nega a prática como um fato dado para revelá-la em suas mediações e como práxis social, ou seja, como atividade socialmente produzida e produtora da existência social. (Chauí, 1980, p. 111 apud SANTOS, 2010, p. 33).

A prática do profissional de Serviço Social é vista a partir de sua relação com o usuário, os empregadores e demais profissionais, onde há de se considerar as condições sociais, políticas e econômicas nas quais se objetiva, uma vez que suas atividades são socialmente determinadas.

A leitura hoje *predominante* da “prática profissional” é de que ela não deve ser considerada “isoladamente”, “em si mesma”, mas em seus “*condicionantes*” sejam eles “*internos*” – os que dependem do desempenho do profissional – ou “*externos*” – determinados pelas circunstâncias sociais nas quais se realiza a prática do assistente social (IAMAMOTO, 1998, p. 235, grifo do autor).

Partindo do pressuposto de que a realidade social só pode ser conhecida em sua totalidade a partir de processo histórico que considera a categoria trabalho, como parte fundante da sociedade, incorpora-se que para entender “o fundamento ontológico do ser social”, é preciso buscar compreender como a força de trabalho se desenvolve na ordem do capital. Nas palavras de Kosík (2010, p. 28):

A dialética da atividade e da passividade do conhecimento humano manifesta-se, sobretudo no fato de que o homem, para conhecer as coisas em si, tem primeiro de submetê-las a própria *práxis*: para poder constatar como são elas quando não estão em contacto consigo, tem primeiro de entrar em contato com elas. O conhecimento não é contemplação. A contemplação do mundo se baseia nos resultados da práxis humana. O homem só conhece a realidade na medida em que ele cria a realidade humana e se comporta antes de tudo como ser prático.

O homem por meio da realização do trabalho transforma a natureza, no sentido de obter os bens necessários a sua sobrevivência, enquanto ser social se diferencia dos outros seres que se relacionam com a natureza de forma instintiva e limitada porque cria mediações e imprime um sentido teleológico em seu trabalho, ou seja, o resultado final de sua ação é previamente construído na subjetividade sobre a orientação de uma finalidade que será em seguida objetivada pela ação do

homem. Essa relação entre sujeito e objeto só é possível porque têm a consciência humana, como mediadora de todo esse processo de criação por meio do trabalho.

Como assiná-la Guerra, faz-se necessário ultrapassar esse nível de razão formal abstrato, e trabalhar na construção do conhecimento oriundo da razão dialética:

Este ingente processo de aproximações sucessivas torna-se um imperativo para o conhecimento dialético, justamente porque, no plano da imediatez, os fatos, os objetos, as coisas aparecem como seres acabados; sua gênese, sua constituição, enquanto complexo total, e as próprias mediações, ficam veladas pelo traço da positividade que o plano empírico impõe a representação do sujeito. (GUERRA, 2007, p. 98).

Tal postura, que parte da razão crítica dialética, como forma de apreensão da legalidade social nos remete a entender, que a profissão a partir de suas determinações está solidamente vinculada com a dinâmica e as mudanças das expressões da questão social. Assim, as determinações históricas conjunturais da realidade brasileira influenciam e exigem mudanças tanto na prática profissional como nos seus fundamentos teórico-metodológicos.

Na concepção crítico dialética, como um nível mais alto de apreensão do real que tem na realidade concreta apenas seu ponto de partida e de chegada, o que se quer afirmar é a necessidade real da apreensão do cotidiano a partir da tríade singularidade, universalidade, tendo a particularidade como função mediadora:

A particularidade é o espaço reflexivo-ontológico onde a legalidade social se singulariza e a imediatez do singular se universaliza. É nesse espaço privilegiado de síntese de determinações, que a razão cognoscente, tendo negado a imediatez (aparência), vai processar o nível do concreto pensado, penetrando em um campo de mediações, onde se entrecruzam vários sistemas de mediação, sistemas estes responsáveis, pelas articulações, passagens e conversões histórico-ontológicas entre os complexos componentes do real. (PONTES, 2010, p. 16).

Esse tipo de intervenção possibilita ao profissional uma visão mais clara, e profunda da realidade a partir da qual incide sua prática profissional. Em contrapartida, evidencia-se uma prática prepositiva comprometida com os interesses da classe trabalhadora, e ainda permite a compreensão de certas terminologias contidas nas legislações que se tornam instrumentos de trabalho do assistente social, interpretadas a partir de um referencial teórico crítico, associado a partir da

essência que foram construídas tais terminologias: a sociedade burguesa e suas determinações.

É importante ressaltar que em se tratando de atuação profissional cotidiana, o assistente social, além de inúmeras funções que exerce em suas atribuições diárias, não deve afastar sua prática da pesquisa, devendo esta ser compreendida como parte essencial da sua ação e atualização profissional.

Dentro do contexto da atuação profissional, em qualquer que seja a vertente, há a necessidade da utilização da mediação como parte indispensável ao processo de construção e entendimento do real, que não se configure em um real simplório, composto por inúmeros contextos sociais. Para que não haja a incidência ou até a minimização de cometimento de erros, se faz de suma importância que a utilização de um arcabouço instrumental composto de preceitos ontológicos e epistemológicos devem ser convertidos em ferramentas que convergem para a interpretação do real. Como nos aponta Pontes (2010, p. 39-40, grifo do autor):

A principal “lente”, através da qual se pretende abordar a questão teórico-metodológica da categoria de mediação e seu reatamento no Serviço Social, é a construção do último Luckács: a concepção da teoria de Marx como uma Ontologia do Ser Social. Considera-se esta formulação uma concepção fundante desta nossa argumentação, mas nem única, nem exclusiva; por isso dialogar-se-á com outras formulações, dentro e fora da tradição marxista, sempre que julgar necessário.

A presente aproximação ao estudo da categoria de mediação no âmbito da dialética marxiana se pretende um construto teórico-filosófico que propicie bases mínimas para as ilações resultantes da pesquisa encetada no presente estudo acerca da mediação no Serviço Social.

Esta mediação é crucial para que se possa superar a percepção inicial do fato que se apresenta como verdade absoluta. É preciso que se busquem subsídios que vão para além do que está posto, em uma visão que não se atenha na superficialidade material e passageira dos acontecimentos, dos atos e das coisas.

Pontes (2010) sinaliza ainda, para que se otimize e se efetive o processo de mediação, é indispensável fazê-lo associado ao método dialético de Marx, que situa em três fases retilíneas e concernentes que permitem a construção, maturação e entendimento do objeto de estudo, trabalho ou de intervenção.

A manutenção da fidelidade ao pensamento marxiano, especialmente ao seu método, implica a necessidade de que sejam distinguidos, dentro da sua concepção, os resultados da pesquisa da sociedade burguesa de seu tempo, suas tendências gerais e o método da economia política. os

primeiros sofrem a corrosão do movimento das categorias sociais que vão assumindo “novas formas” de ser o que historicamente conduz à caducidade algumas tendências na legitimidade do ser social, além, evidentemente das visões e provisões e prognósticos calcados na observação destas legalidades ultrapassadas no plano real.

Por outro lado o método propõe a “máxima fidelidade na reprodução ideal do objeto de análise” mantém inalterada sua validade teórica - prática, na medida em que este processo “máxima fidelidade” significa a própria auto-verificação de suas categorias em fase do movimento do real. (PONTES, 2010, p. 29-30, grifo do autor).

Portanto, é complexo pensar numa atividade profissional. No entanto, uma proposta seria trabalhar no sentido de ampliação da visão de homem e de mundo para a construção da ciência do ser social como sujeito protagonista do seu tempo.

A formação e intervenção do assistente social, marcadas pelos dilemas contemporâneos, se traduzem nas peculiaridades do Serviço Social ante as requisições que exigem do profissional ações competentes, intelectualmente responsáveis e fecundas, analíticas e críticas, capazes de lhe proporcionar compreensão suficiente para uma ação efetiva e qualificada na realidade social, sendo preciso compreendê-la de fato (FORTI; GUERRA, 2010).

Deste modo apresenta-se como um grande desafio à categoria profissional, a formação de profissionais capazes de apreender criticamente as demandas, onde além da relevância teórica, cabem possibilidades práticas, uma vez que a teoria por si só, embora bem formulada, não é capaz de processar qualquer alteração na realidade concreta. Cabe ao profissional buscar responder as necessidades sociais, onde os fundamentos apreendidos lhe permitem justapor o senso comum.

A teoria traz a possibilidade de ser implantada na realidade social, tendo a capacidade de responder as questões, uma vez que se apreendem procedimentos e referências instrumentais capazes de ser diretamente aplicáveis na prática, onde se desmistifica que na prática a teoria é outra (SANTOS, 2010).

O cotidiano do profissional pode vir a mostrar-se obscurecido por atos repetitivos caso situem, equivocadamente, sua intervenção e o campo teórico, e não apreendam que em consequência dos desafios impostos cotidianamente, faz-se inerente ao seu exercício a necessidade de conhecimento qualificado, tanto quanto seu constante aprimoramento, o que tornará possível, ações críticas, criativas e propositivas.

Pois, não obstante ser fundamento e finalidade da teoria, a prática não é, por si só, capaz de suscitar saber; principalmente se tratando de um campo complexo como o do assistente social, um profissional vinculado à “questão social” e às políticas sociais e, a isso acrescenta-se, que ora destacamos profissional que atua em terras brasileiras e em tempos neoliberais. (FORTI; GUERRA, 2010, p. 8).

O assistente social, um profissional de nível superior que, embora seja um trabalhador assalariado e tenha limites definidos pelas instituições empregadoras, tem responsabilidade e compromisso ético de conduzir sentido, direção valorativa e finalidade às suas ações, assim apresenta-se como fator decisivo sua capacidade intelectual, em que o mesmo deve buscar conhecimentos substanciais.

A escolha dos instrumentos e técnicas a serem utilizados pressupõe um conhecimento prévio dos processos, das determinações e vinculações sociais em que está inserido o objeto de sua prática, elementos estes que somente a teoria pode fornecer.

Ao esclarecer os objetivos, as possibilidades e as forças sociais atuantes, a teoria pode imprimir rumos à ação, contribuindo, também, para a compreensão das finalidades e possível afastamento dos obstáculos que venham a surgir no processo de execução, por oferecer elementos para uma análise crítica destes obstáculos. (SANTOS, 2010, p. 86).

O Serviço Social acompanha as mudanças da sociedade e, por isso, a sua formação deve estar sendo continuamente repensada, a fim de responder satisfatoriamente as questões sociais contemporâneas. Vejamos:

Essas expressões da questão social são a matéria-prima ou o objeto do trabalho profissional. Pesquisar e conhecer a realidade é conhecer o próprio objeto de trabalho, junto ao qual se pretende induzir ou impulsionar um processo de mudanças. Nesta perspectiva, o conhecimento da realidade deixa de ser um mero pano de fundo para o exercício profissional, tornando-se condição do mesmo, do conhecimento do objeto junto ao qual incide a ação transformadora ou esse trabalho. (IAMAMOTO, 1998, p. 214, grifo do autor).

As especificidades de cada campo exigem que o assistente social esteja em um processo contínuo de formação, pois precisa conhecer a realidade do “lócus” no qual está inserido, a legislação pertinente a ele e tudo àquilo que o envolve, sem perder de vista a interação com a rede sócio-assistencial que possibilitará um trabalho integrado, articulado e eficaz para a população usuária. É necessário, portanto, saber quais são as possibilidades de atuação, aprofundar-se na área

específica e conhecer as demais, para que o trabalho não se torne alienado ou fragmentado.

Forti e Guerra (2010), destacam que uma forma discutida e apontada na categoria do Serviço Social é o paradoxo entre a teoria e a prática. A prática entende-se que é a transformação do conhecimento em ação. Não se trata de uma construção individual, mas coletiva, que se dá na reciprocidade entre assistente social e usuário, e nesta relação emerge a práxis, ou seja, uma prática crítica, histórica e consciente. A teoria não se põe em movimento sozinha. Ela alimenta a prática, que, por sua vez, pode mudar a teoria, e dessa forma uma se funda na outra.

1.4 Apresentando e problematizando as diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996

A formação profissional do assistente social nos anos 1990 é marcada por profundas transformações, tendo em vista as novas exigências contemporâneas à profissão. Houve a necessidade de uma reestruturação na proposta curricular do curso em 1996, sendo esta uma possibilidade para que se supere a formação e atuação profissional, pautadas no conservadorismo e positivismo ainda muito presente na prática do assistente social. Foi utilizado o pensamento crítico inspirado na teoria marxiana, que entende o conhecimento como um conjunto de idéias expressivas de determinada visão de mundo.

A categoria então assume o projeto profissional reafirmando o compromisso com os interesses e ideologias subjacentes a classe trabalhadora.

Neste sentido, em 1996 foi aprovada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) as novas Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social que estão organizadas em princípios, eixos e núcleos que expressam uma nova relação de formação com a realidade social, ganhando destaque nesta proposta as atividades ligadas à extensão, à pesquisa, ao estágio e aquelas que se materializam em novas práticas pedagógicas.

Entre os anos de 1994 a 1996 foram realizadas aproximadamente 200 (duzentas) oficinas, de níveis regionais e nacional, contando com o apoio dos profissionais através do órgão representativo Conselho Federal de Serviço Social

(CFESS) e dos estudantes, junto ao órgão representativo da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

As expressivas mudanças na produção e reprodução da vida social, ocasionadas pela reforma do Estado, pela alteração das relações públicas e privadas, pela nova forma de enfrentamento das expressões da questão social, requer na atualidade uma nova formação profissional. É fato que o a (a) assistente social também é afetado pelas repercussões destas transformações no cenário mundial.

Desta forma, a reestruturação das Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social veio no sentido de eliminar a “pseudo-dicotomia” existente entre teoria e prática, visando agregar à formação matrizes curriculares que dê condições aos futuros profissionais darem respostas as demandas postas a atuação, buscando a efetivação e consolidação do projeto ético-político. Nota-se como consequência deste distanciamento a formação e o exercício profissional pautados em métodos teoricistas, tecnicistas e politicistas, identificados na história da profissão.

O projeto de formação profissional além dos pressupostos norteadores e dos princípios que fundamentam a formação e as diretrizes da proposta básica do Curso de Serviço Social contém três núcleos de fundamentação que são:

- 1 – Teórico-metodológicos da vida social;
- 2 – da formação sócio-histórica da sociedade brasileira;
- 3 – do trabalho profissional.

É importante salientar que o primeiro núcleo, responsável pelo tratamento do ser social, enquanto totalidade histórica analisa os componentes fundamentais da vida social, que serão particularizados nos dois outros núcleos de fundamentação, o da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e do trabalho profissional. Portanto, a formação profissional constitui-se de uma totalidade de conhecimentos que estão expressos nestes três núcleos, contextualizados historicamente e manifestos em suas particularidades. (ABESS. CEDEPSS, 1997, p. 63).

Os três núcleos citados supõem a superação da fragmentação do processo de ensino e aprendizagem, sendo necessário na concepção de Oliveira (2004b, p. 12, grifo nosso), “[...] *que permeia todo processo de formação profissional envolvendo ensino, pesquisa e extensão, possibilitando maior convivência acadêmica, entre diferentes sujeitos: professores, alunos e comunidade.*” Dentro desta nova proposta curricular crítica, que busca inovação das ações profissionais, o estágio é tido como uma atividade integrante do currículo.

Com a implantação dos núcleos temáticos há uma intencionalidade de aproximação entre trabalho intelectual, de cunho teórico-metodológico e o exercício profissional, é o que elucida Iamamoto (2007). Com a articulação das matérias existentes nestes núcleos, espera-se que o profissional tenha melhor compreensão da intervenção da realidade, que tenha condições de saber dar respostas as demandas cotidianas.

Os núcleos reúnem um conjunto de conhecimentos que permitem a compreensão da origem, manifestação e enfrentamento da questão social, sendo este o elemento que dá concretude à profissão, ou seja, ela é a base de fundação histórico-social na realidade, constituindo o eixo ordenador das diretrizes.

As diretrizes aprovadas pela ABEPSS constituem referências políticas e teóricas para elaboração dos currículos plenos das unidades de ensino. A proposta foi encaminhada para o Ministério de Educação e Cultura (MEC), porém, este órgão aprovou de forma restrita alguns indicativos curriculares, mas permaneceram os princípios básicos defendidos pela ABEPSS.

A proposta das Diretrizes Curriculares é formar profissionais que estejam articulados aos elementos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos. Destaca-se que o Curso de Serviço Social tem uma duração de 4 (quatro) anos, sendo a carga horária mínima de 3000 (três mil) horas e o estágio dentro da nova proposta curricular possui carga horária de 15% (quinze por cento), totalizando 450 (quatrocentos e cinquenta) horas.

Neste novo currículo, o estágio ganha lugar de destaque, uma vez que o mesmo é visto como essencial para o processo de formação profissional do assistente social. Apresenta como um dos seus princípios a indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional. Deve ser analisado dentro do contexto do ensino aprendizagem visando uma articulação sistematizada entre as unidades de formação acadêmicas e prática do cotidiano da ação profissional.

As diretrizes curriculares de 1996 (ABEPSS, 1996) para a formação do profissional destacam as mediações que historicamente incidem sobre o perfil profissional e as novas demandas e respostas que a profissão “é instigada a construir”, e que implicam a capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para:

1. apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
2. investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no País;
3. apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
4. apreensão das demandas – consolidadas e emergentes – postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando a formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado;
5. exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na legislação profissional em vigor. (ABEPSS, 1996, p. 62).

As diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996 ressaltam a necessidade de reelaboração dos projetos pedagógicos dos cursos, tendo entre seus princípios, além da “[...] indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão a indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional.” (ABEPSS, 1996, p. 61-62).

Neste contexto, o maior desafio é “abandonar” a concepção de estágio voltada somente para a informação técnica e a prestação de serviços através do exercício profissional, e centrar-se na compreensão dos elementos históricos e conceituais do Serviço Social, numa transversalidade de conteúdos (OLIVEIRA, 2004 b).

Apesar de todos os esforços voltados para uma formação profissional qualificada e competente, o que se observa é que o projeto profissional do Serviço Social se consolidou no país nos anos 1990, ao mesmo tempo em que a ofensiva neoliberal adentrava na sociedade brasileira (KOIKE, 2009). A categoria é motivada a redimensionar o projeto profissional, chamado de projeto ético-político para ir de encontro as alterações no mundo do trabalho, nas manifestações da questão social, nas práticas do Estado e suas relações com as classes sociais.

Ainda de acordo com Koike (2009), objetiva-se uma formação profissional com um novo perfil crítico, fundado em rigorosa capacidade teórica, ético-política e técnico prática voltada ao conhecimento e transformação da realidade.

O projeto político profissional se materializou no Código de Ética Profissional do Assistente Social e na Lei de Regulamentação da profissão, ambos de 1993, assim, como a nova proposta das diretrizes para o curso de Serviço Social, redimensionando a formação profissional frente às novas transformações históricas.

Para o assistente social consolidar e reforçar o projeto político-profissional requer primeiramente adequá-lo aos desafios da conjuntura e dos processos sociais,

de modo que qualifique o exercício e a formação profissional do mesmo, bem como compreender as determinações e as múltiplas expressões da questão social, a ampliação da precarização das relações de trabalho e criar processo de uma nova cidadania, que atenda aos direitos sociais (CARMO; RODRIGUES, 2010).

O projeto profissional ainda encontra-se em construção e é tema de debates e investigação nas unidades acadêmicas, nos espaços profissionais e nos eventos da categoria. Se faz “urgente” a mobilização da vontade coletiva dos sujeitos da profissão no sentido de intensificar a programática defensiva do patrimônio profissional (KOIKE, 2009).

Desafios, ofensivas e tensões serão constantes para aqueles que lutam contra o capitalismo que é tido como modo de vida social e rebate diretamente na formação profissional do assistente social.

1.5 A mercantilização do ensino superior na atual conjuntura

Para se discutir a mercantilização do ensino superior, na atual conjuntura, se faz de suma importância que se busque aporte teórico que seja capaz de elucidar o processo de transformação social e econômico em que a sociedade brasileira, de cunho capitalista se enquadra.

Para tanto, se busca tal aporte na obra de Marx que em suas analogias de sociedade já considerava como factual a alteração dos processos sociais,

As evoluções sociais lhe determinam outras considerações menos sentimentais. As suas causas encontram-se na estrutura econômica, no modo de produção e de troca, que preside a distribuição das riquezas e, por conseguinte, a formação das classes e a hierarquia. Quando essas evoluções se efetuam, não é porque obedecem a um ideal elevado de justiça, mas sim porque se ajustam à ordem econômica do momento. (MARX, 2010, p. 20).

Através de tal apontamento, é possível delinear uma linha de pensamento que personifica o atual momento do ensino superior no Brasil, tendo em vista que de forma direta o mesmo está intrinsecamente ligado ao momento social e econômico que a sociedade brasileira se insere.

Como aponta Santos (2010), o cenário em que envolve o curso de Serviço Social no Brasil, sofre influências categóricas desde a década de 1990. Período este

que culmina com o momento em que o país passa por processo de abertura e inserção a uma política de globalização econômica.

O fato é que com tal abertura há todo um processo de reorganização do sistema econômico, que de forma contundente causa efeitos devastadores no que tange a perspectiva de ensino e que também atinge a formação em Serviço social, comprometendo a gênese do mesmo,

Com uma crítica radical e precisa sobre as determinações do capital para a educação superior, Pereira realiza uma profunda análise sobre a realidade do Serviço Social brasileiro e o viés privatista que ilumina a organização dos cursos de Serviço Social, sobretudo a partir de 1990, sob o aval dos governos da época. O estudo realizado traz elementos relevantes para a compreensão da trajetória da formação profissional do assistente social, que tem sua gênese marcada pelo caráter confessional das primeiras Escolas de Serviço Social, impressa pela lógica caritativa, mas que, atualmente, pode ser enxergado como mais um “serviço” promissor a ser comercializado. (SANTOS, 2010, p. 387).

É com essa perspectiva que a autora tece questionamento sobre a condução que a formação em Serviço Social assume após este período de 1990, tendo em vista que a com a proliferação de cursos e modalidades diversas de formação do profissional, que irá atuar diretamente com as mazelas sociais é fato que se abre possibilidade de aumento de números de vagas para a formação destes. Entretanto, o que se discute não é o anseio do futuro profissional alcançar a possibilidade de formação de nível superior, mas, como esta formação tem se dado e sobe quais os critérios em que a mesma têm se consolidado na atual conjuntura.

Reforçando esta idéia, Koike (2009) enfatiza que a educação surge nos anos 1990 como um grande negócio, ou seja, um mundo mercantil que gera muitos lucros. O discurso do mercado e do Estado é a “redemocratização” do acesso ao ensino superior àqueles que antes não o tinham, mas, na verdade não passa de uma maneira “velada” de inserção social.

Ainda segundo Koike (2009), em 2005 existiam 1934 instituições particulares de ensino no Brasil, que o colocava no ranking mundial como 7º lugar de matrículas do setor privado. No curso de Serviço Social, dos 217 cursos de graduação existentes em 2006, 173 ou 80% pertenciam ao setor privado e apenas 20% ou seja 44 cursos ao setor público. O aumento dos cursos particulares cresceu 268%⁵.

⁵ Posteriormente, retomaremos essa discussão com dados mais atualizados.

A educação “on-line” surge com o discurso de democratizar o acesso ao ensino superior, o que favorece a expansão desordenada de cursos de baixo custo, trazendo a “Revolução Industrial” para o ensino, ou seja, transformando processos artesanais em processos fabris, com a produção em maior escala, mais barata e com perda de qualidade. Isto consolida a “mercantilização da educação”, gerando um caráter “discriminatório”.

Para Koike (2009) esta reforma educacional esvazia a dimensão emancipatória da educação, subtraindo o caráter universalista da instituição universitária. A educação se transforma em objeto mercantil, o estudante em cliente consumidor e a universidade em emitente de diplomas “banais”.

Iamamoto (2007) lança ainda a hipótese de que muito em breve se constituirá no Brasil o “exército assistencial de reserva”, com práticas conservadoras do voluntariado, contribuindo para a precarização da profissão.

Santos (2010), de posse de pesquisa realizada para avaliar o latente crescimento das modalidades de ensino superior em Serviço Social no Brasil, faz considerações muito importantes e que necessitam de reflexão ampliada sob a temática,

A pesquisa mostra em números o exorbitante crescimento de cursos de Serviço Social, caracterizados quanto a sua organização acadêmica (universidade, centros universitários etc.), quanto à categoria administrativa (comunitárias, confessionais, filantrópicas) e quanto à natureza jurídica de suas mantenedoras: públicas ou privadas. O projeto societário que repercute na privatização do ensino superior é gestado no final da década de 1980, se materializa no Brasil após as eleições presidenciais ocorridas em 1989, quando diversas iniciativas na gestão de Fernando Collor de Melo foram manifestadas no sentido de reformulação do ensino superior sob a égide mercantil. Entretanto, foi especialmente na gestão de Fernando Henrique Cardoso (FHC) que este processo se acirrou. (SANTOS, 2010, p. 388).

Entretanto, ainda neste tocante a autora tece outra consideração muito importante, no que tange das motivações e pretextos que foram utilizados, para que se pudesse “alçar novos vôos” no sentido de alastramento desta política de ampliação e mercantilização do ensino superior,

Para tanto, foram utilizadas inúmeras estratégias, sobretudo os pressupostos ideopolíticos da Terceira Via: a despolitização das classes e a repolitização da sociedade civil sobre a lógica da solidariedade entre classes, a responsabilidade social, a crítica ao socialismo, a recuperação do individualismo enquanto valor positivo e também a necessidade de um Estado que não precisa ser grande, mas forte para gerar na sociedade civil

uma postura proativa, sendo este um espaço de colaboração e solidariedade entre as classes. (SANTOS, 2010, p. 388-389) .

É sob este preceito que se instaura a mercantilização do ensino, mecanismo envolto em uma “cortina de fumaça” que esconde os verdadeiros anseios do Estado, que com tal ação retira da sua esfera a responsabilidade para com um ensino de qualidade, delegando-a à sociedade civil e mercantil uma auto regulação do espaço que deveria ser ocupado pelo mesmo. Com isto, integraliza ao indivíduo total responsabilidade por acessar os meios de qualificação e ascensão social, fato que o retira do tocante fenomenológico e o incorpora a nuance positivista onde cada um é o único responsável pelo caminho e trajetória que percorrerá para ascender.

Sob esta égide que o processo de mercantilizarão do ensino superior se gesta apoiado nas prerrogativas de redução dos mecanismos públicos que deveriam zelar pela solidez e qualidade do ensino.

Assim, a veiculação desses pressupostos via educação é fundamental para o projeto do grande capital. Na última década do século anterior, presenciase no ensino público superior um verdadeiro sucateamento por meios de mecanismos legais que incentivaram consequentemente, a ampliação do ensino privado. Esses elementos não sincronizados caracterizaram a política educacional do ensino superior do período: 1) a redução progressiva do montante de recursos para a universidade; 2) as aposentadorias forçadas de docentes, devido às perdas de diretos oriundas da Reforma Previdenciária de 1998; 3) a não realização de concursos públicos durante os dois mandatos de FHC, forçando a realização de inúmeros contratos de professores substitutos; 4) congelamento salarial durante oito anos do governo FHC e institucionalização da Gratificação de Estímulo ao Trabalho Docente (GED); 5) privatização interna das universidades por meio das fundações; e 6) limitação da autonomia universitária, entre outros. Este processo não excluiu o Serviço Social. A pesquisa mostra que entre 1995 e 2002 foram criados mais de 49 cursos de Serviço Social. Atrelados a esse fenômeno, a diversificação das instituições de ensino possibilitou a proliferação de cursos de pouco custo em instituições de ensino superior que legalmente não são obrigadas a realizar pesquisas. Segundo a autora este processo arrebatador de crescimento de unidades de ensino, sobretudo privado, aparece como a real laicização e empresariamento do ensino de Serviço Social, articulado com o movimento do Estado brasileiro de incentivo à expansão do ensino superior, via setor privado e não confessional. (SANTOS, 2010, p. 389).

Faz-se necessário aqui tecer analogias sob os apontamentos feitos por Santos (2010), no que se dá em relação aos rebatimentos desta ação. É impossível não se pensar nas conseqüências desenfreadas em relação a formação profissional em Serviço Social abarcará com este procedimento e, mais ainda quais serão os rebatimentos para com a população usuária que se fará atendida por esta gama de

profissionais formados neste novo modelo, que por vezes desconsidera uma formação embasada em preceitos éticos e se pautam apenas em nichos de mercado propícios a uma colocação profissional desvinculada do projeto ético-político inerente à profissão.

No âmbito do Serviço Social, infere-se que, em pouco menos de uma década, o perfil dos assistentes sociais brasileiros estará completamente transformado. A tendência deste perfil não é nada animadora, pois estará baseada em uma formação profissional à distância, aligeirada, mercantilizada e, portanto, com poucas chances de concretizar o perfil de um profissional crítico e competente teórica, técnica, ética e politicamente, delineado pela ABEPSS em 1996. (Pereira, 2008 apud SANTOS, 2010, p. 194).

Baseado nessas reflexões Santos (2010, p. 194), aponta que a pesquisa desenvolvida por Pereira (2008), elucida os meios, mecanismos e “[...] *estratégias burguesas de validação da sua hegemonia via educação.*”

Permanecendo na discussão das formas de mercantilização do ensino superior e, principalmente, o curso de Serviço Social, que é a matéria prima desta fomentação, Pereira (2012) traz questionamentos acerca do ensino no cursos de Serviço Social na modalidade EaD, que nos últimos anos tem apresentado uma proliferação em todo o território nacional, que de forma direta contribui para o desmantelamento e sucateamento da formação profissional.

[...] partiremos para a problematização da tendência à desqualificação da formação e conseqüente desvalorização profissional, dado o crescimento abissal dos cursos de Serviço Social ofertados na modalidade EAD
A hipótese aqui levantada, considera-se as características desta modalidade de ensino, bem como o veloz crescimento de matrículas em cursos de Serviço Social na modalidade EAD, é a de que se encontra uma reconfiguração do perfil profissional de Serviço Social no Brasil, radicalmente distinto daquele traçado pelas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), em 1996. (PEREIRA, 2012, p. 52).

Pereira (2012) discorre sobre a preocupação da desconstrução de diretrizes do projeto ético-político, tendo em vista que a formação do profissional egresso de curso na modalidade EaD se faz comprometida, pois a mesma desconsidera preceitos que são básicos a uma formação de qualidade, até porque na ânsia de atender a uma exigência de mercado tais cursos não contemplam preceitos críticos reflexivos, tais como: estágio supervisionado que não possui supervisão direta havendo uma desqualificação na formação e nem sempre o supervisor/tutor é um

assistente social como exige as diretrizes curriculares da ABEPSS, e a construção de trabalhos de conclusão de curso também fica comprometida, uma vez que a pesquisa não é vista como um componente transversal do seu processo formativo.

Retomando a discussão dos dados sobre a EaD, Pereira (2012, p. 52-53) nos atualiza com as seguintes informações:

No ano de 2009 foram efetuadas 34.259 matrículas no curso de Serviço Social na modalidade a distância, ao passo que na modalidade presencial foram efetuadas 10.406 matrículas. No mesmo ano tiveram 3235 concluintes da modalidade EAD e 2148 da modalidade presencial, sendo que destas as IES públicas universitárias federais foram responsáveis por 1505 concluintes; seguidas das estaduais com 528 formados e das municipais com 115 concluintes.

Há que se ressaltar ainda, que esta prática de ensino a distância além de sucatear a profissão, contribui também para o isolamento do estudante uma vez que este não desenvolve a sociabilização universitária, não se integra nas relações acadêmicas, cotidiano escolar, trocas de experiências e debates reflexivos. A formação vai muito além da sala de aula e de leitura de textos, ela envolve o contato com outros professores, estudantes de outros cursos e comunidade acadêmica em geral. Nota-se que o perfil deste estudante vai de encontro com as demandas de mercado, que requer o aligeiramento da formação que recai sobre o estudante a necessidade do retorno imediato do “investimento” feito, precarizando, assim, a formação e atuação profissional.

1.6 Dimensões, competências e princípios ético-político para uma formação qualificada

O Projeto Ético-Político do Serviço Social foi construído nos anos de 1970 a 1980, em meio ao processo de redemocratização da sociedade brasileira, recusando o conservadorismo profissional presente no Serviço Social, vinha reconhecer a liberdade como valor central na dimensão política, propondo uma nova ordem social, sem dominação e exploração de classe.

O projeto assinala ainda a necessidade de uma formação acadêmica qualificada, comprometida com a competência, qualidade dos serviços prestados e respeito aos usuários, investindo na melhoria dos programas institucionais e rede de abrangência dos serviços públicos, onde o profissional deve reagir contra a

imposição de preceitos de seletividade no acesso aos atendimentos, esclarecendo ainda que a atuação deste profissional potencializar-se-ia somente se atuasse junto aos segmentos de outras categorias profissionais, que também solidarizavam com a luta dos trabalhadores.

Compreendemos o Projeto Ético-Político do Serviço Social como um produto das relações societárias que marcam a construção da identidade desta profissão e sua categoria profissional, conferindo uma unicidade, um corpo à profissão. Ao mesmo tempo, deve projetá-lo para a sociedade num movimento contínuo de retroalimentação. (SILVA, 2012, página 57).

Os Códigos de Ética, desde sua implementação em 1947, sofreram significativas alterações, havendo reformulações em 1965, 1975, 1986, e em 1993, sendo este último o mais atual, se atrelando a parte do processo de renovação da profissão ao vir nortear o exercício profissional imprimindo-lhe princípios éticos no cotidiano do trabalho, buscando evitar que as ações se transformem em indicativos abstratos e deslocados do processo social, espaço que o assistente social deve assumir a defesa intransigente dos direitos humanos recusando todas as formas de autoritarismo e arbítrio, agindo democraticamente ao afirmar compromisso com a cidadania na defesa dos direitos sociais (BARROCO, 2008).

A Lei de Regulamentação da Profissão, Lei n. 8.662 de Junho de 1993, estabelece as bases da ação profissional do assistente social, de modo a qualificar as atribuições que lhe são privativas e os fóruns que objetivam disciplinar e defender o exercício da profissão: o Conselho Federal de Serviço Social e os Conselhos Regionais de Serviço Social. Ressalta-se que esta legislação resultou em um amplo debate dos assistentes sociais brasileiros, institucionalizando o processo democrático de deliberação coletiva de questões da profissão (YAZBEK, 2009).

Vejamos de forma elucidativa os princípios básicos que fundamentam o Projeto Ético Político do Serviço Social:

Figura 1: Princípios do Projeto ético Político



Fonte: Elaborado por Suênya Thatiane Souza de Almeida.

As Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social aprovadas pelo MEC em 2001 estabelecem o perfil dos formandos, enquanto atuantes frente às expressões da questão social, na formulação e implementação de propostas de intervenção para seu enfrentamento. Dispõem sobre suas competências e habilidades, sua capacitação teórico-metodológica e ético-política para a atuação técnico-operativa, para que, enquanto profissional, o assistente social compreenda o significado social da profissão, seu desenvolvimento sócio-histórico, identificando as demandas presentes na sociedade.

Reafirmando Yamamoto (2006), é muito importante que os três eixos da atuação profissional – técnico-operativo; teórico-metodológico e ético-político sejam contemplados durante a formação, sendo demonstrados tanto na academia quanto no campo de estágio, de uma forma que ressalte a importância da articulação dos mesmos, os quais não se excluem, mas, ao contrário, se complementam.

Exige-se, para tanto, *compromisso ético-político* com os valores democráticos e *competência teórico-metodológica* na teoria crítica em sua lógica de explicação da vida social. Estes elementos, aliados à *pesquisa da realidade* possibilitam decifrar as situações particulares com que se defronta o assistente social no seu trabalho, de modo a conectá-las aos processos sociais macroscópicos que as geram e as modificam. Mas, requisita, também, um *profissional versado no instrumental técnico-operativo*, capaz de potencializar as ações nos níveis de assessoria, planejamento, negociação, pesquisa e ação direta, estimuladora da participação dos sujeitos sociais nas decisões que lhes dizem respeito, na

defesa de seus direitos e no acesso aos meios de exercê-los. (IAMAMOTO, 2006, p. 193, grifo do autor).

A categoria dos assistentes sociais não se estabelece como um bloco homogêneo, no qual todos possuem a mesma percepção de direitos, cidadania e política social. Não se pode negar que estes profissionais tiveram e tem uma participação irrefutável na construção e na defesa dos direitos sociais, econômicos, políticos e culturais, onde, no Brasil o termo direito não faz parte do cotidiano daqueles que não tem acesso a ele por meio das políticas sociais.

O projeto ético-político profissional do Serviço Social não se basta com o modelo capitalista do Estado de direitos, como dispõe Behring e Boschetti (2007, p. 194):

A perspectiva de direitos e de cidadania orientada por esse projeto ético-político vem sendo assumida e defendida em diferentes dimensões. Do ponto de vista teórico, vários intelectuais, pesquisadores, professores e estudantes vêm realizando pesquisas e produções que sustentam um padrão de direitos, cujos princípios se coadunam e reforçam aqueles expressos no projeto ético-político.

No campo político-profissional, a categoria vem tentando continuamente disseminar uma percepção de direitos sintonizada e norteadada pelo projeto ético-político profissional, seja por via de organização coletiva e conexão com movimentos sociais, através de debates e socialização de informações, por sua inclusão nos espaços coletivos de controle democrático, ou ainda pela via de acompanhamento e qualificação da intervenção profissional nos âmbitos sócio-ocupacionais.

No exercício do trabalho cotidiano o assistente social precisa, nas situações singulares com as quais se depara utilizar-se dos preceitos instituídos por seu projeto profissional – proposta que estão articuladas as dimensões acadêmicas, organizativas e legais - para que possa potencializar os direitos dos cidadãos, e suas mediações possam se converter em respostas ativas e também legitimadoras da profissão na sociedade, ampliando espaços ocupacionais e reforçando sua identidade social (IAMAMOTO, 2007).

O profissional não pode se render ao conformismo e ao desencanto, oriundos das dificuldades com as quais se depara, podendo correr o risco de não ver na realidade a historicidade, um processo aberto às possibilidades. Considera-se, de acordo com Behring e Boschetti (2007), haver três dimensões estratégicas que

podem contribuir para a efetivação do projeto ético-político do Serviço Social, a saber: ter uma visão histórico-processual da realidade; reconhecer o Estado e a sociedade como espaços contraditórios, ainda que exista uma hegemonia conservadora e; articular fortalecimento das instituições democráticas e articulação e fortalecimento dos movimentos sociais.

A primeira estratégia implica em ter uma visão histórico-processual da realidade, onde se deve reconhecer os limites impostos pelo sistema econômico capitalista vigente, mas devendo-se acreditar que idéias e fatos são mutáveis, pois são processos onde o homem tem a capacidade de prover condições objetivas e subjetivas indispensáveis para materializá-los.

A segunda estratégia seria reconhecer o Estado e a sociedade como espaços contraditórios ainda que exista uma hegemonia conservadora, onde todos os segmentos sociais como, Estado, governo, sociedade, e/ou instituições, seriam compostos por forças sociais em confronto, dever-se-ia explorar as contradições na busca de construir a contra-hegemonia, pressupondo para tanto, ponderar que todas as ações culminam no todo, e os limites são totalmente mutáveis desde que devidamente explorados.

A terceira dimensão estratégica para a viabilização do projeto, alude em articular fortalecimento das instituições democráticas e articulação e fortalecimento dos movimentos sociais, onde o profissional deve buscar ocupar espaços públicos e estatais estratégicos, que possam viabilizar a formulação e realização de direitos, para que assim seja possível alcançar os valores e princípios que a classe dos assistentes sociais defende. Os movimentos sociais precisam ser fortalecidos, sendo preciso estabelecer forças e alianças com os oprimidos economicamente, ou por classes: racial, sexual, entre outras, em prol de uma sociedade mais justa, que possa ser autônoma.

Neste momento conjuntural faz-se de suma importância buscar alternativas e novas perspectivas que possam imprimir ao Serviço Social uma formação ativa e coesa, que permita ao profissional elaborar respostas profissionais necessárias às demandas sociais. A consolidação de seu projeto ético-político pressupõe a defesa intransigente dos direitos humanos, o que implica no desenvolvimento do trabalho profissional com vistas a reconhecer sua autonomia, emancipação e total expansão dos indivíduos sociais, reafirmando princípios e práticas democráticas. Nesta

perspectiva, impõe-se como fator crucial, recusar o arbítrio e todas as manifestações de autoritarismos.

Há de se comprometer com os direitos daqueles menos favorecidos e/ou discriminados, aspirando eliminar todas as formas de preconceito, respeitando as diferenças. Deve-se captar os núcleos de contestação e oposição, as configurações de imaginação e invenção do dia-a-dia na defesa da vida e dignidade do trabalhador.

Torna-se pré-requisito na luta pela manutenção do caráter universalizante das políticas sociais públicas, a efetivação da democracia e da cidadania atrelada à ampliação da esfera pública, na qual os interesses da coletividade não de se tornar realmente visíveis, e possam ser considerados segundo os preceitos de equidade e justiça, para que assim a ética faça parte da vida pública.

Reafirma-se, portanto, o desafio de tornar os espaços de trabalho do assistente social, espaços de fato público, alargando os canais de interferência da população na coisa pública, permitindo maior controle, por parte da sociedade, nas decisões que lhe dizem respeito. Isso é viabilizado pela socialização de informações; ampliação do conhecimento de direitos e interesses em jogo; acesso às regras que conduzem a negociação dos interesses atribuindo-lhes transparência; abertura e/ou alargamento de canais que permitam o acompanhamento da implementação das decisões por parte da coletividade; ampliação de fóruns de debate e de representação etc. (IAMAMOTO, 1998, p. 253, grifo do autor).

Para desvelar os resquícios conservadoristas do seu discurso e, sobretudo, de sua ação, o profissional deve recusar o papel de tutela e controle das classes subordinadas, estas devem poder adentrar o cenário social e político. Necessita-se alargar o conhecimento do modo de vida e cultura dos segmentos sociais com os quais o profissional atua, propondo articulação com as entidades que os representam socialmente, onde o assistente social deve desenvolver suas atividades perpassando os segmentos patronais.

A capacidade profissional crítica é indissociável da elevação da qualidade do ensino superior na área, uma vez que este fornece os subsídios necessários para o desvelamento da realidade e o desempenho profissional voltado para a consolidação do projeto do Serviço Social, para que se torne possível, simultaneamente, enfrentar no mercado de trabalho a concorrência de áreas profissionais afins.

A convivência, sem ameaças, com diferentes níveis de profissionalização dos agentes sociais, que hoje atuam no âmbito da questão social, exige reafirmar o *diferencial de qualidade da formação universitária*, o que irá distingui-la dos demais níveis de ensino autorizados legalmente a qualificar a força de trabalho nesse campo (IAMAMOTO, 1998, p. 254, grifo do autor).

De acordo com Menezes e Lustosa (2010) no projeto original da profissão, a pesquisa se faz um componente essencial da formação profissional, onde é imprescindível que o discente seja capaz de perceber o contexto da ação profissional direcionado e filtrado para apreensões investigativas, o que supõe questionamentos teóricos que norteiem a elucidação dos processos sociais que embasam o exercício profissional, definindo suas particularidades nas respostas que fornecem às demandas sociais.

Há de se considerar ainda que, a pesquisa não é o único determinante do desenvolvimento profissional, ela deve rebater na formação para que esta seja mais qualificada, os docentes e discentes do Serviço Social devem incorporá-la em sua atividade acadêmica, atualizando e acrescentando conhecimentos na sua formação, tanto quanto na sua posterior atualização e reciclagem.

A pesquisa deve ser uma atividade inerente ao trabalho do profissional, acumulando informações sobre as diversas expressões da questão social. Esta importante ferramenta ainda é indispensável no acompanhamento da implementação e avaliação de políticas, e na formulação de propostas que possam responder às demandas.

Quanto a um possível descompromisso político com os usuários dos serviços sociais, é preciso considerar um fator importante, muitas vezes visto como irrelevante, seria o perfil dos acadêmicos, que em sua maioria, são oriundos dos segmentos das classes médias baixa, com renda familiar mensal na faixa de dois salários mínimos, residentes em bairros periféricos distantes da universidade ou em outros municípios, e ainda trabalham informalmente ou com contratos de trabalho temporário, sendo estes, alunos de ascendência familiar proletária.

Precisa-se reforçar a produção acadêmica, investimentos na pesquisa, e estímulos a publicações dos resultados alcançados, sendo fundamental ainda, aliar algo mais às diretrizes e procedimentos teórico-metodológicos. Deve-se difundir e democratizar cumulativamente todas as produções para que estas estejam a serviço da coletividade, em prol do aperfeiçoamento e melhoria da qualidade de vida dos usuários.

Ainda, como dispõe Iamamoto (1998, p. 258, grifo do autor):

Nas considerações supra, salienta-se o caráter acumulativo e coletivo do conhecimento, impondo-se o debate necessário com o acervo científico disponível. Por outro lado, *a íntima conexão entre conhecimento e tempo histórico – a fidelidade à história requerida ao conhecimento – impõe sua permanente atualização*. Tratada na ótica do pesquisador, implica numa posição ativa e vigilante, para captar os projetos sociais, re-traduzindo-os em formulações analíticas que os desvendem, mas além das aparências fenomênicas com que se expressam.

Quanto à consolidação acadêmica da área do Serviço Social na sua totalidade, atribui-se como requisito a formação o auto-reconhecimento de sua categoria, sua capacitação, valorizando projetos de extensão e também pós-graduação, onde deve-se ainda romper com os traços de subalternidade impressos por sua herança histórica.

O projeto de formação profissional e pós-graduação precisam imprimir nos currículos disciplinas e conteúdos que forneçam aos discentes meios para seu exercício crítico, frente à realidade econômica do país e seus desdobramentos ante a sociedade, pois só assim será possível se desarraigar de meros discursos em prol da efetividade da prática, e desenvolver as atividades de acordo com o projeto ético-político profissional, de fato.

Manifesta-se uma grande necessidade atribuir com maior severidade à assimilação das matrizes teórico-metodológicas no âmbito da formação, devendo o quadro docente manter a preocupação constante com os conceitos apresentados, buscando transpor a simples reprodução dos mesmos, onde teoria e prática devem complementar-se objetivando, em suma, iluminar análises das diferentes situações com as quais os profissionais irão se deparar no exercício de sua prática.

Nesta perspectiva, a Universidade, como o espaço inicial de disseminação do conhecimento precisa estar atenta a dinâmica da vida social em todos os níveis, tanto macros, quanto micros, nacional e regional, cultivando razão crítica e compromisso com valores universais, coerente com sua função pública, para que venha se apresentar, assim como devido, um componente ativo e incentivador da construção democrática da coletividade em seu desenvolvimento socioeconômico e político (IAMAMOTO, 1998).

Primeiramente, para que o profissional possa atuar, precisa desvendar seu objeto de trabalho, a questão social, sendo imprescindível conhecer como esta se

manifesta no cotidiano dos sujeitos sociais e suas formas de organização e resistência, para que possa ter subsídios e assim construir alternativas para seu enfrentamento, devendo esta ser apreendida na contradição fundamental do sistema capitalista.

O desafio é re-descobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para a formulação de propostas que façam frente a questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade (IAMAMOTO, 1998, p. 262).

Precisa-se repensar a formação profissional para que esta propicie condições objetivas para o desenvolvimento de profissionais críticos, comprometidos e conscientes, saindo do mero discurso da criticidade, viabilizando-a, para tanto, é fundamental repensar a prática pedagógica no interior das Unidades de Ensino de Serviço Social, para que de fato estas proporcionem o debate crítico ao nível do ensino, da investigação e da extensão, envolvendo professores, estudantes, supervisores e profissionais (ABESS, 1986). Esta necessidade já tem sido reconhecida, onde novas perspectivas tem sido discutidas e implementadas, o que representa um significativo avanço para a construção de uma formação mais distinta.

Faz-se necessário que o profissional assuma a investigação como estratégia e trabalhe as teorias como instrumental de análise da realidade para uma posterior intervenção, tendo como instrumentos básicos de trabalho: a linguagem, e o domínio sobre as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa, e ético-política. Implica ainda no desenvolvimento de sua capacidade de leitura e acompanhamento dos processos sociais, e também do estabelecimento de relações e vínculos com os sujeitos junto aos quais atua.

O profissional do Serviço Social deve manter a preocupação constante com a qualidade dos serviços prestados e respeito aos usuários, investindo na melhoria dos programas institucionais, na rede de abrangência dos serviços públicos, se contrapondo a processos de seletividade do atendimento (IAMAMOTO, 1998).

Para que possa utilizar-se dos recursos institucionais em função dos interesses da população este profissional precisa apresentar uma reflexão do todo, não mais do individual como antes, para saber o momento certo de avançar e de

retroceder em sua estratégia institucional e em relação aos grupos populares (FALEIROS, 2002).

Deve-se reafirmar sempre, no exercício cotidiano da prática, o projeto profissional do Serviço Social, seus valores, seus objetivos, os conhecimentos teóricos que o sustentam, os saberes interventivos, e suas principais expressões (YAZBEK, 2009).

Dimensionar o novo no trabalho profissional significa captar as inéditas mediações históricas que moldam os processos sociais e suas expressões nos vários campos em que opera o Serviço Social. Ao profissional é exigida uma bagagem teórico-metodológica que lhe permita elaborar uma interpretação crítica do seu contexto de trabalho, um atento acompanhamento conjuntural, que potencie o seu espaço ocupacional, o estabelecimento de estratégias de ação viáveis, negociando propostas de trabalho com a população e entidades empregadoras. (IAMAMOTO, 2012, p. 80).

O assistente social precisa ter a capacidade de enfrentamento a preceitos de autoritarismo, o desrespeito aos direitos sociais e o descomprometimento com o projeto ético-político norteador da profissão (FÁVERO, 2009). Deve-se ter como estratégia a comunicação e disseminação de informações, dando visibilidade e politizando os interesses das classes subalternas.

Dessa maneira apresenta-se como imprescindível assumir o Código de Ética como norteador de sua postura profissional, uma vez que este explicita os fundamentos de sua ação e os princípios e valores que a fundamentam (MARTINELLI, 2009).

Ainda é de muita valia considerar a interdisciplinaridade como forma de fortalecer o espaço de atuação profissional na contemporaneidade, tendo como primazia o bem estar físico, psíquico e social do usuário/família, abstraindo o profissional de preconceitos para intervir de forma consciente, crítica, competente e, principalmente, propositiva e coletiva.

Conforme Iamamoto (2012), para efetivação do papel do assistente social na atualidade faz-se imperativo considerar três exigências: primeiro, apropriar-se rigorosamente das vertentes teóricas que marcam o debate profissional, onde a literatura, com seus princípios metodológicos, deve se converter num instrumento de explicação da realidade, desvelando possibilidades de agir; segundo, seria atribuir atenção característica ao procedimento do trabalho profissional diário, buscando efetivar competências e atribuições que lhes sejam específicas e as estratégias para

alcançá-las, pois o profissional não é unicamente um analista social e, por último, aprofundar os estudos históricos sobre o Brasil contemporâneo, o que torna possível o acompanhamento das mutações societárias e todas suas expressões que implicam diretamente no fazer profissional.

Embora o Serviço Social seja regulamentado como uma profissão liberal percebe-se que de forma factual a atuação profissional, se dá em meio a uma autonomia parcial, que deve ser expandida cotidianamente na conquista dos espaços ocupacionais inerentes à categoria profissional, necessitando, assim, de subsídio teórico que possibilite a superação da visualização do assistente social como mero executor de políticas, programas e serviços.

CAPÍTULO 2 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO: CONTRIBUIÇÃO DA SUPERVISÃO ACADÊMICA QUALIFICADA VOLTADA PARA A PRÁXIS SOCIAL

2.1 A importância do estágio supervisionado na formação profissional do assistente social

Ao desenvolver sua prática, o profissional do Serviço Social se depara com vários desafios e, remetendo ao seu processo de formação, acredita-se ser possível reconhecer os fatores implícitos de sua herança sócio-histórica, que influenciam diretamente no desenvolvimento de sua atuação na atual conjuntura (MARTINELLI, 2009). E, uma vez que há um grande número de pessoas acometidas por problemas sociais, é preciso reavaliar a atuação do profissional, para que esta seja mais ativa e, assuma, de fato, um caráter transformador e eficaz.

A origem do Serviço Social como profissão tem, pois, a marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis que a ele estão subjacentes - alienação, contradição, antagonismo -, pois foi nesse vasto caudal que ele foi engendrado e desenvolvido. (MARTINELLI, 2009, p. 66).

Segundo Yamamoto e Carvalho (2003), a inserção do Serviço Social deve ser apreendida dentro dos reais limites em que se encontra circunscrita a prática profissional, e não como um mecanismo dos setores que o legitima como estratégia do controle social e difusão da ideologia dominante.

Desde seus primórdios aos dias atuais, a profissão tem se redefinido, considerando sua inserção na realidade social do Brasil, entendendo que seu significado social se expressa pela demanda de atuar nas seqüelas da questão social brasileira, que em outros termos, revela-se nas desigualdades sociais e econômicas.

Ao conhecer todo o processo de formação e instituição da profissão, desenvolver uma avaliação crítica da realidade profissional do Assistente Social, repensando sua prática, e quais as possibilidades para atender as demandas, buscando identificar meios para uma atuação mais qualificada e comprometida com a realidade social.

As mudanças significativas que ocorreram nos anos 90, no âmbito político,

econômico e social, trouxeram ao Serviço Social desafios e conquistas. Em 1993 foi aprovado o Código de Ética do Assistente Social, baseado no Código de 1986 que tem como um dos seus princípios a liberdade como valor ético central e a defesa intransigente dos Direitos Humanos. Ainda no ano de 1993 é sancionada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que caracteriza a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado.

Atualmente, o que se nota é o desmonte das Políticas Sociais, devido à ofensiva neoliberal. Com isso, ocorre um processo de desresponsabilização do Estado. Os direitos sociais são minimizados, o Estado investe o mínimo em Políticas Públicas, transferindo tal responsabilidade à sociedade civil. É no contexto das mudanças ocorridas nas relações sociais, que o Serviço Social tem a tarefa de decifrar as novas demandas da realidade.

Oliveira (2004a) sinaliza que a atualidade requer um profissional que complemente a sua formação com uma educação continuada, em que não se acabe na conclusão do curso, pelo contrário, deve ser o desencadeador para a construção de um perfil profissional competente. É necessário estarmos sempre nos qualificando, especializando e constantemente atualizados, para que possamos ter subsídios teóricos e metodológicos para atender às demandas postas. É na prática que vamos entender a realidade de nossa profissão, e é ela que nos amadurece enquanto profissionais. Neste mundo contemporâneo é preciso estar em busca de reciclagem intelectual. Podemos concluir que a formação profissional não é simplesmente uma qualificação adquirida e acabada, não basta simplesmente ser graduado, é preciso ir além.

A formação profissional do aluno de Serviço Social inicia-se no curso e vai sendo construída no decorrer do exercício de sua prática profissional enquanto assistente social, adquirindo maior solidez, conforme o profissional vai se identificando como membro efetivo da categoria, apropriando-se do seu compromisso social e do significado sócio-histórico da profissão. (OLIVEIRA, 2004a, p. 61).

Este processo de formação inicia-se no momento da adentrada dos discentes nos campos de estágio, por isto, torna-se necessário conhecer e problematizar o estágio supervisionado no ensino superior compreendendo e vinculando-o aos princípios da educação. O estágio supervisionado tem um significativo papel no processo de formação profissional, pois representa essencialmente ao aluno uma possibilidade de aproximação da realidade cotidiana dos indivíduos sociais,

associada à apropriação de conhecimentos teórico-metodológicos, que orientam o exercício profissional do assistente social (OLIVEIRA, 2004a).

Evidencia-se o estágio como uma estratégia reflexiva da formação profissional que complementa o processo de ensino/aprendizagem, dando ênfase à prática. “O estágio é o *lócus* onde a identidade profissional do aluno é gerada, construída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica e, por isso, deve ser planejado gradativamente e sistematicamente.” (BURRIOLLA, 2001, p. 13).

Lewgoy (2009) contempla que não há para o Serviço Social um método próprio de atuação, da realização do exercício profissional, estes dependem de variáveis, o que reflete diretamente na realização do estágio, e o “defrontar” com essa realidade torna na maioria das vezes frustrante, desmotivante e até decepcionante o primeiro contato do acadêmico com a realidade prática profissional.

Buriolla (2001) é concreta ao contribuir afirmando que o estágio é essencial à formação do acadêmico, enquanto este lhe proporcione momentos específicos de aprendizagem, uma reflexão sobre a ação profissional, uma visão crítica da dinâmica das relações existentes na instituição campo apoiados na supervisão como processo dinâmico e criativo, tendo em vista sempre possibilitar a elaboração de novos conhecimentos.

A formação em Serviço Social ganha elementos próprios, os quais fazem do estágio momentos de dúvidas, questionamentos e incertezas aos estagiários. É neste momento que se torna indispensável à presença do supervisor de campo, pois é ele quem guiará o acadêmico para o conhecimento e uso dos instrumentos e realização das ações técnico-operativas. Mas, via de regra, é aí que surge um outro questionamento no desenvolvimento do estágio; a participação do supervisor; que seria o ponto chave para que o acadêmico compreenda bem a prática profissional e seus entornos. Conforme destaca, Oliveira (2004a, p. 68):

A supervisão no ensino de Serviço Social envolve duas dimensões distintas, mas não excludentes de acompanhamento e orientação profissional: uma supervisão acadêmica, tida como prática docente e, portanto, sob responsabilidade do professor-supervisor no contexto do curso, e a supervisão de campo, que compreende o acompanhamento das atividades práticas do aluno pelo assistente social, no contexto do campo de estágio.

Buriolla (2001) atenta ainda para o fato de que, a supervisão é inerente ao exercício profissional, e, enquanto a categoria e os cursos de Serviço Social não a consideram significativa e não refletem e a incorporar dentro das preocupações do Serviço Social, a própria formação dos profissionais estará “falha e comprometida”.

Ribeiro (2010) ressalta que outra preocupação eminente da formação prática está no descompromisso das instituições, ou seja, dos campos de estágio, que não oferecem condições mínimas para o estudo da prática profissional, desarticulando na maioria das vezes, o verdadeiro sentido do estágio para a formação profissional, causando desestímulo ao discente.

De acordo com Oliveira (2009), é importante ressaltar quatro elementos fundamentais para problematizar o estágio supervisionado, sendo eles: a legalidade, a legitimidade, os diferentes sujeitos e a construção de uma nova lógica curricular, sendo estes também pontos a serem discutidos na pesquisa em ora.

Torna-se necessário conhecer e problematizar o estágio supervisionado no ensino superior compreendê-lo vinculado aos princípios da educação. O estágio supervisionado tem um significativo papel no processo de formação profissional, pois representa essencialmente ao aluno uma possibilidade de aproximação da realidade cotidiana dos indivíduos sociais, associada à apropriação de conhecimentos teórico-metodológicos, que orientam o exercício profissional do assistente social.

Neste contexto, o presente estudo tem ainda como proposta fazer a relação entre a teoria e a prática a partir do estágio supervisionado, sendo um complemento do outro, com o intuito de que tanto supervisor de campo quanto o acadêmico possam dar respostas às demandas sociais e inquietações trazidas pelos alunos, sendo um elo entre instituição, estagiário e supervisor, preparando-os para uma formação profissional baseada nos princípios éticos da profissão com qualidade, estimulando-os à criticidade, autonomia e competência.

O estágio supervisionado é um espaço que capacita o acadêmico a uma postura crítica e reflexiva, constituindo um momento único para a formação profissional. Ele proporciona ao estudante a inserção na prática profissional, possibilitando entrar em contato com uma realidade concreta e contraditória. Constitui um espaço de extrema importância para capacitar os discentes na intervenção social.

O estágio tem como referência a Lei 8.662/1993, que regulamenta a profissão; o Código de Ética Profissional de 1993, com seus onze princípios⁶ indicando o rumo ético-político a serem seguidos pela categoria profissional, assim como os conhecimentos a serem buscados; a Resolução CFESS/CRESS nº 533/2008, que regulamenta a Supervisão Direta de Estágio em Serviço Social e a Política Nacional de Estágio (PNE) instituída pela ABEPSS no ano de 2010.

Na visão de Ribeiro (2010), em cada período histórico na trajetória do Serviço Social, os assistentes sociais se adequavam ao atendimento das novas demandas sociais que emergiam, mais precisamente, na década de 1980, quando os profissionais firmaram compromisso com a classe trabalhadora, devido às mudanças ocorridas nas relações do trabalho, consequência da ofensiva neoliberal, que modificou o mundo do trabalho e as relações sociais, com redução dos direitos, surgindo às novas expressões da questão social.

No âmbito dessas mudanças, o Serviço Social precisa adequar a formação acadêmica para a realidade atual, atentando-se para as mudanças ocorridas em relação ao mundo do trabalho, que afetam de forma contundente e direta a trajetória da profissão.

Verifica-se que desde a criação das primeiras escolas de Serviço Social nas décadas de 1930 e 1940, o estágio é considerado parte integrante para a formação profissional. A prática profissional neste período, segundo Lewgoy (2009), era

⁶ 1º) Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
2º) Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
3º) Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
4º) Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
5º) Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
6º) Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
7º) Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
8º) Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação/exploração de classe, etnia e gênero;
9º) Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;
10º) Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
11º) Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.

entendida como apreensão do “como fazer” em relação aos diferentes campos de atuação: psicologia, sociologia, biologia e da moral.

Vale ressaltar que as primeiras publicações relacionadas ao estágio e supervisão aconteceram em 1947, revelando a história da formação e o exercício profissional. No decorrer das décadas de 1950 e 1960, o Brasil sofre influências da Escola Nova, que neste momento dava prioridade aos alunos, sustentados pela idéia de que o aluno aprende fazendo.

O estágio na década de 1970 tinha como objetivo aproximar o discente da realidade profissional, possibilitando a aplicação dos conhecimentos teóricos das disciplinas do currículo e, ao mesmo tempo permitir que as instituições avaliassem seus métodos de ensino, se eram apropriados com a realidade da época.

Ainda na década de 1970, o Serviço Social no Brasil tem uma aproximação com a corrente marxista, focado no desenvolvimento do processo de renovação da profissão, tendo destaque o Método BH que ocorreu por intermédio da Escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Na ocasião, foi elaborado um currículo muito expressivo para a época, que propunha alternativas para a formação profissional dotado de um referencial teórico modernizante, tendo como conceito o ensino, a aprendizagem, a teoria e a prática.

Somente a partir da década de 1980, que o estágio passou a ser considerado uma disciplina vinculada a prática profissional. Com o currículo mínimo de 1982, houve alterações significativas no âmbito da formação profissional e um desmonte das estruturas tradicionais da divisão caso, grupo e comunidade, passando o estágio a ser pensado e visualizado numa perspectiva de totalidade, envolvendo a reflexão sobre a teoria e a prática, em diferentes momentos históricos.

Nos anos de 1990, as transformações ocorridas nos diversos campos da vida social, entre os quais a educação, exigiram mudanças na formação do campo educacional. Foi elaborada uma nova Lei de Diretrizes e Bases para a Educação de nº 9394 de 1996, no sentido de se adequar às exigências contemporâneas. Com isso, também em 1996, a ABEPSS viu a necessidade de fazer uma revisão do Currículo Mínimo para o curso de Serviço Social, com vistas às mudanças capitalistas da sociedade, que rebatem sobre a profissão.

O Serviço Social precisa efetivar seu direcionamento ético-político comprometido com a classe trabalhadora. Sendo assim, o estágio, a partir das Diretrizes Curriculares de 1996, passou a ser parte integrante do processo de

formação profissional, que com seu doze princípios firma a integração entre estágio, supervisão acadêmica e supervisão de campo.

Em 2008 o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) instituiu a Resolução nº 533/2008, que regulamenta a supervisão direta de estágio em Serviço Social. Entende-se:

[...] que a atividade de supervisão direta do estágio em Serviço Social constitui momento ímpar no processo ensino-aprendizagem, pois se configura como elemento síntese na relação teoria-prática, na articulação entre pesquisa e intervenção profissional e que se consubstancia como exercício teórico-prático, mediante a inserção do aluno nos diferentes espaços ocupacionais das esferas públicas e privadas, com vistas à formação profissional, conhecimento da realidade institucional, problematização teórico-metodológica. (CFESS, 2008, p. 2).

Outra conquista importante para o Serviço Social, foi a elaboração da Política Nacional de Estágio (PNE)⁷, em 2010 pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), cujo objetivo é fundamentar, direcionar e qualificar o processo de formação do assistente social. É seu objetivo ainda, vincular e fortalecer o projeto profissional a um projeto societário, no contexto atual, visando a ampliação e garantia dos direitos, justiça e equidade. Essa política é uma conquista da categoria, uma vez que a mesma vem materializar o espaço de estágio com grandes avanços.

A ABEPSS delibera a política nacional de estágio na área do Serviço Social, entendendo-a como fundamental para balizar os processos de mediação teórico-prática na integralidade da formação profissional do assistente social. A construção coletiva desta Política Nacional de Estágio (PNE), certamente, encontra, no contexto atual, a urgência na defesa de um projeto profissional vinculado a um projeto de sociedade no horizonte estratégico da ampliação dos direitos, na direção da emancipação humana. A discussão sobre esta Política iniciou-se com o lançamento, em maio de 2009, do documento-base que subsidiou o amplo debate coletivo, ocorrido em todo o país em eventos realizados entre os meses de maio e outubro do

⁷ Essas contribuições foram debatidas nas seis oficinas regionais de graduação da ABEPSS. Esse processo coletivo de debates demonstra o caráter mobilizador e estratégico da PNE na defesa do projeto de formação profissional e instrumento de luta contra a precarização do ensino superior. Neste sentido, a resposta das Unidades de Formação Acadêmicas (UFAs), professores, estudantes e assistentes sociais ao chamado da ABEPSS foi significativa e propositiva, tornando a construção da PNE um elemento de mobilização efetiva em todo Brasil, conforme demonstram os dados relativos aos debates ocorridos no país que discutiram a Política: 80 eventos, que contaram com a participação de 175 UFAs e 4.445 participantes.

corrente ano, que discutiram o referido documento e encaminharam propostas para a versão final da PNE.

De acordo com a PNE,

O estágio se constitui num instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do(a) estudante, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente como profissional, nas diferentes expressões da questão social, que vem se agravando diante do movimento mais recente de colapso mundial da economia, em sua fase financeira, e de desregulamentação do trabalho e dos direitos sociais. (ABEPSS, 2010, p. 11).

As especificidades de cada campo exigem que o assistente social esteja em um processo contínuo de formação, pois precisa conhecer a realidade do “lócus” no qual está inserido, a legislação pertinente a ele e tudo àquilo que o envolve, sem perder de vista a interação com a rede sócio-assistencial que possibilitará um trabalho integrado, articulado e eficaz para a população usuária na perspectiva da totalidade. É necessário, portanto, saber quais são as possibilidades de atuação, aprofundar-se na área específica e conhecer as demais, para que o trabalho não se torne alienado ou fragmentado.

2.2 Sujeitos envolvidos no processo de estágio: atribuições, limites e possibilidades

Historicamente no Brasil, por volta da década de 1965, analisando as práticas e a metodologia dos cursos de Serviço Social, nota-se que as mesmas foram alvo de críticas e recusa, envolvendo toda a categoria profissional, composta por profissionais em exercício, inativos, profissionais recém-formados, discentes, docentes, coordenação, dentre outros profissionais de áreas afins, que também reivindicavam respostas que de fato respaldassem as conflituosas expressões da questão social emergentes da conjuntura ditatorial instaurada no país naquele momento.

Já nos anos de 1970 e início da década de 1980, após vários debates e seminários realizados por entidades representativas da categoria como o CFESS, CRESS, ABEPSS e ENESSO, foi elaborada e sugerida uma nova proposta curricular para os cursos de Serviço Social, o que culminou no ano de 1982 na

revisão do currículo mínimo onde a tríade metodológica Serviço Social de caso, grupo e comunidade foi substituída pela disciplina fundamentos teóricos e metodológicos do Serviço Social.

Segundo afirmativa de Lewgoy (2009), diferentemente do currículo mínimo de 1970, que pouco demonstrou e pronunciou sobre a necessidade e pertinência da integração do processo de estágio na formação acadêmica, o documento revisado datado de 1982 supera essa debilidade ao atribuir “[...] às instituições de ensino o compromisso, a tarefa de se pronunciarem, respaldadas no que fora instituído pelo Decreto – Lei 87.497, que dispõe sobre o estágio de estudantes de ensino superior.” (LEWGOY, 2009, p. 100, grifo nosso).

O processo de estágio supervisionado constitui-se pelos seguintes sujeitos: aluno-estagiário; supervisor de campo (assistente social); professor (supervisor acadêmico); instituições de ensino; instituições de campo e demais profissionais envolvidos no lócus de realização do estágio.

Buriolla (2001) comenta que a importância do professor, supervisor de campo e supervisor acadêmico é ímpar, pois a figura deles contribuirá para “direcionar” um novo profissional que, na maioria das vezes, será influenciado pelos mesmos. Devido a isto, espera-se que estes profissionais tenham uma postura ética e compromissada com o desenvolvimento e cidadania dos usuários, buscando a emancipação dos mesmos e o resgate de sua cidadania enquanto sujeitos, rompendo com àquela visão do assistente social burocrático e assistencialista.

Este é um momento importante na construção do perfil profissional do aluno e para isto deve ser realizado de forma que venha a acrescentar na formação do mesmo, com discussões direcionadas e com criticidade acerca do estágio.

Configura-se em um processo coletivo de ensino-aprendizagem, no qual se realiza a observação, registro, análise e acompanhamento da atuação do(a) estagiário(a) no campo de estágio, bem como a avaliação do processo de aprendizagem discente, visando a construção de conhecimentos e competências para o exercício da profissão. Esta avaliação deve ser realizada continuamente, contemplando duas dimensões: a avaliação do processo de estágio e a avaliação do desempenho discente, assegurando a participação dos diferentes segmentos envolvidos (supervisores acadêmicos e de campo e estagiários(as)). (ABEPSS, 2010, p. 15)

A inserção e encaminhamento do estudante ao campo de estágio, é de responsabilidade das instituições de ensino e seus respectivos representantes, conforme estabelece a Resolução 533/2008 em seu artigo 1º:

As Unidades de Ensino, por meio dos coordenadores de curso, coordenadores de estágio e/ou outro profissional de serviço social responsável nas respectivas instituições pela abertura de campo de estágio, obrigatório e não obrigatório, em conformidade com a exigência determinada pelo artigo 14 da Lei 8662/1993, terão prazo de 30 (trinta) dias, a partir do início de cada semestre letivo, para encaminhar aos Conselhos Regionais de Serviço Social de sua jurisdição, comunicação formal e escrita, indicando:

I- Campos credenciados, bem como seus respectivos endereços e contatos;

II- Nome e número de registro no CRESS dos profissionais responsáveis pela supervisão acadêmica e de campo;

III- Nome do estagiário e semestre em que está matriculado. (CFESS, 2008, Art. 1º).

Em relação à supervisão dos estagiários a instituição de ensino é responsável pela indicação de um profissional capacitado e habilitado na área específica de estudo do aluno. As instituições concedentes deverão firmar termo de compromisso entre as instituições de ensino e o estagiário se responsabilizará para o seu cumprimento, devendo ainda, ser contratado e acrescido ao documento um seguro de proteção de acidentes individuais, cujos valores estejam compatíveis com os valores atuais do mercado.

A Resolução nº 533/2008 ressalta também a importância das instituições de campo assegurarem as condições mínimas para o desenvolvimento do estágio como: espaço adequado, sigilo profissional, equipamentos necessários dentre outros (CFESS, 2008).

Envolvidos nesse processo de aprendizagem e de produção de conhecimentos em Serviço Social destacam-se os alunos (as) estagiários (as). O estagiário (a) é o discente que já cumpriu os requisitos básicos exigidos e estipulados em conformidade com a instituição de ensino, e, portanto, será inserido no espaço onde ocorrerá o estágio. Nessa etapa de aprendizagem, “[...] o aluno é o principal agente do processo ensino-aprendizagem, enquanto alguém que aprende, mas, também ensina [...]” (BURIOLLA, 2003, p. 95, grifo nosso).

É importante que nessa relação os conhecimentos e saberes individuais e singulares de cada estagiário (a) sejam compartilhados coletivamente, para que haja trocas de experiências, reflexões e debates que facilitarão as construções e buscas de compreensão acerca da realidade social.

O discente deve valorizar e estar ciente da importância da disciplina de estágio supervisionado na formação profissional. É a partir das vivências, presenciando e acompanhando cada atitude profissional que ocorrerá a formação da

identidade do futuro profissional, que deverá ser compromissado com a qualidade dos serviços prestados e a consolidação dos direitos dos cidadãos, identificando as várias expressões da questão social.

A PNE elenca as principais atribuições dos estagiários, sendo estas:

- 1 Observar e zelar pelo cumprimento dos preceitos ético-legais da profissão e as normas da instituição campo de estágio;
- 2 Informar ao supervisor acadêmico, ao supervisor de campo e/ou ao coordenador de estágios, conforme o caso, qualquer atitude individual, exigência ou atividade desenvolvida no estágio, que infrinja os princípios e preceitos da profissão, alicerçados no projeto ético-político, no projeto pedagógico do curso e/ ou nas normas institucionais do campo de estágio;
- 3 Apresentar sugestões, proposições e pedido de recursos que venham a contribuir para a qualidade de sua formação profissional ou, especificamente, o melhor desenvolvimento de suas atividades;
- 4 Agir com competência técnica e política nas atividades desenvolvidas no processo de realização do estágio supervisionado, requisitando apoio aos supervisores, de campo e acadêmico, frente a um processo decisório ou atuação que transcenda suas possibilidades;
- 5 Comunicar e justificar com antecedência ao supervisor acadêmico, ao supervisor de campo e/ou ao coordenador de estágios, conforme o caso, quaisquer alterações, relativas a sua freqüência, entrega de trabalhos ou atividades previstas;
- 6 Apresentar ao coordenador de estágio, no início do período, atestado de vacinação, no caso de realizar seu estágio em estabelecimento de saúde;
- 7 Realizar seu processo de estágio supervisionado em consonância com o projeto ético-político profissional;
- 8 Reconhecer a disciplina de Estágio Curricular em Serviço Social como processo e elemento constitutivo da formação profissional, cujas estratégias de intervenção constituam-se na promoção do acesso aos direitos pelos usuários;
- 9 Participar efetivamente das supervisões acadêmicas e de campo, tanto individuais como grupais, realizando o conjunto de exigências pertinentes à referida atividade;
- 10 Comprometer-se com os estudos realizados nos grupos de supervisão de estágio, com a participação nas atividades concernentes e com a documentação solicitada. (ABEPSS, 2010, p. 23-24).

São ainda, obrigações cabíveis aos (as) estagiários (as) o cumprimento da jornada de atividade de estágio de acordo com os horários e datas que forem estipulados entre eles (as), as instituições acadêmicas e as partes concedentes do estágio.

No processo de estágio, de acordo com Lewgoy (2009), é importante que os discentes conheçam a instituição na qual realizará seu trabalho, os usuários demandantes dos serviços prestados, conhecer a realidade e entender como funciona o trabalho no local.

Em relação à supervisão de campo, ou seja, a supervisão direta em Serviço Social deve ser salientado que essa é uma atribuição privativa do assistente social,

sendo necessário que o profissional esteja devidamente inscrito no CRESS de sua região, estando em dias com suas atribuições, conforme ressalta a Resolução nº 533/2008 em seu artigo 5º:

Cabe ao profissional citado no caput e ao supervisor de campo averiguar se o campo de estágio está dentro da área do Serviço Social, se garante as condições necessárias para que o posterior exercício profissional seja desempenhado com qualidade e competência técnica e ética e se as atividades desenvolvidas no campo de estágio correspondem às atribuições e competências específicas previstas nos artigos 4º e 5º da Lei 8662/1993. (CFESS, 2008, Art. 5º).

Desta forma, o assistente social funcionário da instituição campo de estágio se configura como o supervisor de campo, que desempenha o papel mais amplo de passar os conhecimentos práticos da realidade social da instituição na qual está inserido, aos estagiários no sentido de fazer estabelecer a relação entre a teoria e prática. Portanto, prima-se por um profissional responsável, comprometido e comprometido com o ensino, que se capacite continuamente, atualize para que possa acompanhar o desenvolvimento intelectual e de formação profissional de seus estagiários (as).

Ainda referenciando a PNE, destacamos as principais funções e atribuições a serem desempenhadas pelo (a) supervisor de campo. Sendo estas:

- 1 Comunicar à coordenação de estágio da UFA o número de vagas por semestre definir, em consonância com o calendário acadêmico e conjuntamente com a coordenação de estágio, o início das atividades de estágio do respectivo período, a inserção do estudante no campo de estágio e o número de estagiários por supervisor de campo, em conformidade com a legislação vigente;
- 2 Elaborar e encaminhar à coordenação de estágios do Curso de Serviço Social da UFA o Plano de trabalho do Serviço Social com sua proposta de supervisão e o respectivo cronograma de realização desta atividade;
- 3 Certificar se o campo de estágio está na área do Serviço Social, em conformidade às competências e atribuições específicas, previstas nos artigos 4º e 5º da Lei 8.662/1993, objetivando a garantia das condições necessárias para o que exercícioprofissional seja desempenhado com qualidade e competência técnica e ética, requisitos fundamentais ao processo de formação do estagiário;
- 4 Oportunizar condições institucionais para o desenvolvimento das competências e habilidades do(a) estagiário(a), assumindo a responsabilidade direta das ações desenvolvidas pelo Serviço Social na instituição conveniada;
- 5 Disponibilizar ao(à) estagiário(a) a documentação institucional e de temáticas específicas referentes ao campo de estágio;
- 6 Participar efetivamente na elaboração do plano de estágio dos supervisionados, de acordo com o projeto pedagógico do curso, em parceria com o(a) supervisor(a) acadêmico(a), e manter cópia do referido documento no local de estágio;

7 Realizar encontros sistemáticos, com periodicidade definida (semanal ou quinzenalmente), individuais e/ou grupais com os(as) estagiários(as), para acompanhamento das atividades de estágio e discussão do processo de formação profissional e seus desdobramentos, bem como de estratégias pertinentes ao enfrentamento das questões inerentes ao cotidiano profissional;

8 Participar efetivamente do processo de avaliação continuada do estagiário, juntamente, com o supervisor acadêmico; quando da avaliação semestral, emitir parecer e nota de acordo com instrumental qualitativo, construído pelo coletivo dos sujeitos e fornecido pela coordenação de estágio da UFA;

9 Participar das reuniões, encontros de monitoramento, avaliação e atualização, seminários, fóruns de supervisores e demais atividades promovidas pela Coordenação de Estágios da UFA, para o devido estabelecimento da unidade imprescindível ao processo pedagógico inerente ao estágio supervisionado;

10 Encaminhar as sugestões e dificuldades à coordenação de estágios da UFA e contatar com os supervisores acadêmicos, Coordenador(a) de Estágios ou Coordenador(a) de Curso quando julgar necessário;

11 Manter o controle atualizado da folha de frequência do estagiário, observando a carga horária exigida no respectivo nível de estágio e atestando o número de horas realizado pelo estagiário;

12 Atender às exigências de documentação e avaliação solicitadas pela Coordenação de Estágio da UFA;

13 Decidir, juntamente com a Coordenação de Estágios e supervisão acadêmica, sobre os casos de desligamento de estagiários;

14 Avaliar a pertinência de abertura e encerramento do campo de estágio. (ABEPSS, 2010, p. 21).

O estágio curricular supervisionado ao materializar-se deverá estar em consonância com os princípios éticos-políticos constantes no Código de Ética do assistente social de 1993.

Há que se destacar também as atribuições do terceiro sujeito envolvido nesse processo de estágio que seriam as competências do supervisor acadêmico. Voltamos novamente a PNE, para citá-las:

1 Orientar os(as) supervisores(as) de campo e estagiários(as) sobre a política de estágio da UFA, inserindo o debate atual do estágio supervisionado e seus desdobramentos no processo de formação profissional;

2 Orientar os(as) estagiários(as) na elaboração do Plano de Estágio, conjuntamente com os(as) supervisores de campo, de acordo com os objetivos acadêmicos, em consonância com o projeto pedagógico e com as demandas específicas do campo de estágio;

3 Supervisionar as atividades desenvolvidas pelos estagiários na UFA por meio de encontros sistemáticos, com horários previamente estabelecidos, e no local de desenvolvimento do estágio, quando da realização das visitas sistemáticas aos campos de estágio, contribuindo na efetivação da supervisão direta e de qualidade, juntamente com o supervisor de campo;

4 Auxiliar o(a) estagiário(a) no processo de sistematização do conhecimento, orientando e revisando suas produções teóricas, como também contribuindo no processo pedagógico de análise do trabalho profissional;

5 Receber, ler, manter sigilo e observar criticamente as sínteses profissionais construídas pelos(as) estagiários(as), conduzindo a

supervisão embasada em pressupostos teóricos, ético, políticos, técnico-operativos que contribuam com má formação integral;

6 Organizar e participar de reuniões, encontros, seminários e outras atividades que se fizerem necessárias, com os supervisores de campo na UFA para atualizações acerca de demandas à profissão, qualificação do processo de formação e exercício profissional e o aprofundamento teórico sobre temáticas pertinentes à efetivação da supervisão direta;

7 Acompanhar a trajetória acadêmica do(a) estagiário(a), no que se refere ao processo de estágio, por meio da documentação específica exigida pelo processo didático de aprendizagem da UFA;

8 Fornecer, à coordenação de estágio ou órgão competente, os documentos necessários para compor o prontuário de cada estagiário;

9 Receber e analisar o controle de frequência, relatórios e demais documentos solicitados para avaliação dos acadêmicos em cada nível de estágio;

10 Avaliar o estagiário emitindo parecer sobre sua frequência, desempenho e atitude ético-crítica e técnico-política no exercício do estágio, atribuindo o respectivo conceito ou à respectiva nota;

11 Encaminhar à coordenação de estágio, relato de irregularidade ou demanda específica sobre a atuação dos campos, para efeito de realização de visita institucional. (ABEPSS, 2010, p. 20).

Dessa forma, torna-se perceptível a relevância do trabalho coletivo e integrado da tríade: supervisor de campo, supervisor acadêmico e estagiário, numa perspectiva afirmativa de desenvolvimento do processo de estágio e formação profissional do aluno. Entre outros aspectos, deve-se ressaltar a importância desse trabalho conjunto na graduação em Serviço Social, pois através do envolvimento desses sujeitos no processo de estágio, poder-se-á contribuir para uma formação integrada, possibilitando ao estagiário a superação da dicotomia entre a teoria e a prática profissional do assistente social.

2.3 Desvelando a supervisão acadêmica no processo de formação profissional

As profundas transformações societárias das últimas décadas rebatem diretamente na vida dos indivíduos sociais e, é nesta conjuntura que o assistente social vai desenvolver o seu trabalho, sendo necessário para tanto, ter um reordenamento da profissão para que a mesma possa dar respostas às demandas impostas, advindas das novas exigências profissionais para o Serviço Social, se configurando como um dos grandes desafios postos para uma formação profissional qualificada e comprometida. Nota-se a necessidade de uma formação atrelada aos novos tempos e que vá de encontro com o projeto ético-político da profissão e com as legislações pertinentes a mesma.

Sabe-se que as tais transformações trazem profundas mudanças para o mundo do trabalho e para as relações entre Estado e a sociedade civil, consolidando um novo padrão de regulação social, centrado em princípios neoliberais. Segundo Yamamoto (1998), o Estado passa a ser o responsável por todas as mazelas que afetam a sociedade, e, em contrapartida, aparece o mercado santificado como baluarte da eficiência e da competência para gerir os caminhos da humanidade.

Nesse contexto se insere o Serviço Social, que forma profissionais generalistas, habilitados a atuarem nos níveis de planejamento, assessoria, gestão e execução de programas sociais. A atuação deste profissional está ligada às políticas sociais de saúde, educação, trabalho, previdência, assistência social, habitação, lazer, família, criança e adolescente, idosos, dentre outros. Exercer funções de assessoria técnica, consultiva, direção, chefia, supervisão e execução de programas sociais. Também realiza vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, presta informação e dá pareceres sobre matéria do Serviço Social junto ao Poder Judiciário.

É preciso reconhecer que a atuação profissional do Assistente Social apresenta uma grande diversidade de atuação que envolve um diálogo constante com teoria e prática, para que se possa ter maior êxito nos processos de elaboração, planejamento, implementação e intervenção, fato que canaliza na prática do estágio ação indispensável, pois é o elemento fundante de experiências, vivências e elaboração crítica reflexiva do exercício profissional.

Os estágios, como parte do processo de ensino e aprendizagem profissional, constituem-se em espaços onde emergem questões que lhes são especialmente particulares, por estarem situados na esfera das relações entre as instituições de ensino e as organizações. Essas relações evidenciam situações que tanto podem transformar-se em ponto de partida para a superação da dicotomia entre a teoria e a prática e constante aproximação das instituições de ensino com a realidade do trabalho profissional.

O estágio se constitui num instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do(a) estudante, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente como profissional, nas diferentes expressões da questão social, que vem se agravando diante do movimento mais recente de colapso mundial da economia, em sua fase financeira, e de desregulamentação do trabalho e dos direitos sociais. (ABEPSS, 2010, p. 11).

É de suma importância que o estágio seja conduzido com transparência e comprometimento, implicados na direção social que o profissional deve imprimir em todas as suas ações, das mais simples as mais complexas, para que o discente possa aprender no cotidiano de trabalho as possibilidades concretas de materialização desse projeto profissional, visando uma atuação mais crítica, que permita desvelar mediações e ir para além do aparente.

A supervisão é um espaço que deve garantir e viabilizar a rediscussão de todo o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando a reflexão, questionamento e incorporação da teoria. Tem, portanto, uma dimensão pedagógica por excelência. Tanto o aluno quanto o supervisor devem estar integralmente comprometidos com este processo.

Assim, o processo de formação profissional e, particularmente o estágio supervisionado curricular, devem garantir a apreensão do significado sócio-histórico do Serviço Social; das condições de trabalho dos assistentes sociais; das conjunturas; das instituições; do universo dos trabalhadores usuários dos diversos serviços e das políticas sociais. Neste aspecto, exige conhecimentos teóricos e saberes prático-interventivos, além, é claro, dos fundamentos e da lógica tendencial que os constituem. (GUERRA, 2006, p. 18).

Salienta-se que a supervisão sistemática é o processo pedagógico de ensino-aprendizagem, que se realiza na área de intervenção profissional, desenvolvendo o acompanhamento da prática cotidiana do aluno estagiário, pautada no projeto ético-político, consubstanciado no Código de Ética Profissional do assistente sócia, nos fundamentos históricos, teórico-metodológicos da profissão, Lei que Regulamenta a Profissão e Diretrizes Curriculares.

Supervisionar, nesta perspectiva, envolve a contribuição para o desenvolvimento de senso crítico, do pensar autônomo, de saber indagar, problematizar, investigar, planejar e executar propostas qualitativas, na dinâmica das relações entre Estado, Sociedade Civil e Instituição de Ensino e Campos de Estágio, na busca por respostas sociais às demandas que estão postas para a profissão.

Lewgoy (2009) ressalta que a supervisão é a expressão da unidade entre teoria e prática, sendo uma dialética que pressupõe a contradição, aproximações sucessivas e a construção de saberes. Comporta também a diversidade, ou seja, constitui-se num processo de síntese entre teoria/prática, entendendo-a enquanto unidade indissolúvel, na qual, a partir de um determinado referencial teórico, no

enfrentamento das condições concretas do real, serão construídas alternativas e respostas profissionais. Entretanto,

Pensar a supervisão de estágio por meio de suas relações e processos é um desafio, pois implica analisar dialeticamente o seu fazer pedagógico, o que inclui postura investigativa diante dos elementos novos que se apresentam à universidade nos aspectos referentes à formação. Isso possibilita a alunos e supervisores participarem do processo de objetivação e apropriação do conhecimento da realidade. (LEWGOY, 2009, p. 27).

Sendo assim, a supervisão deve estar articulada ao exercício e formação profissional, pois estão vinculados ao estágio supervisionado. A partir daí o discente poderá colocar em prática o que aprendeu em sala de aula transformando em ações e atitudes, trazendo de volta para a academia num processo dialético discussões e reflexões pertinentes a prática profissional o que irá contribuir categoricamente para um atendimento qualificado junto às instituições de estágio.

De acordo com Braga e Guerra (2009), a supervisão deve ter um caráter formativo, que visa assumir o compromisso com a qualidade dos serviços ofertados aos usuários do Serviço Social, com competência e aprimoramento intelectual. Nos apontam alguns pressupostos e premissas para nos orientar:

- a) A supervisão é a expressão da indissociabilidade entre trabalho e formação profissional;
- a) A supervisão é expressão da unidade entre teoria e prática. Uma unidade dialética e interdependente que pressupõe a contradição, aproximações sucessivas e construção de saberes;
- b) A supervisão não pode ser compreendida desvinculada dos seus componentes teórico, ético e político, da compreensão do significado social do Serviço Social na sociedade brasileira;
- c) A supervisão, qualquer que seja sua modalidade, não pode ser realizada independentemente do caráter e modelo de políticas sociais seja público ou privado e das formas particulares de enfrentamento da chamada “questão social” pelo Estado, bem como da sua relação com a dinâmica do mercado de trabalho.
- d) Na supervisão se realiza a unidade entre ensino e aprendizagem: trata-se da inserção de sujeitos sociais numa relação dialética, a partir do engajamento em situações concretas, cujo objeto de conhecimento é o próprio movimento da realidade, o qual permite a análise concreta de situações concretas. (BRAGA; GUERRA, 2009, p. 533-534).

A partir das colocações mencionadas, entendemos que a supervisão é uma atividade primordial para a formação, não só acadêmica, mas, também para uma formação e capacitação continuada, se torna uma mediação necessária na formação que dá suporte e orientações para o aprimoramento da ação profissional no seu cotidiano de trabalho, proporcionando uma prática mais efetiva e eficaz.

Para Braga e Guerra (2009), a supervisão constitui, ainda, em uma atividade que deve ser programada e sistematizada, com controle, acompanhamento, avaliação e planejamento com normas e metas a serem cumpridas.

Destacamos aqui, como foco central dessa discussão, a supervisão de estágio em Serviço Social, que se caracteriza como atividade privativa dos assistentes sociais conforme a Lei que Regulamenta a Profissão nº 8662/1993. Integrante do processo de ensino/aprendizagem, a supervisão deve envolver todos os sujeitos diretamente ligados no processo de estágio: estagiário, supervisor acadêmico e supervisor de campo. Prevê a realização de encontros sistematizados com o objetivo de estabelecer a interlocução e diálogo entre estes sujeitos, tendo por base os objetivos e metas a serem alcançados bem como os instrumentos e técnicas utilizados no desenvolvimento do estágio.

A supervisão é configurada como lugar que permite uma reflexão sistemática que busca apreender os processos sociais para além da sua aparência imediata. Os encontros periódicos constituem condição indispensável à sua realização, na perspectiva de construir e manter espaços de problematização, reflexão e síntese permanentes. (BRAGA; GUERRA, 2009, p. 544).

A supervisão acadêmica deverá ser realizada por um professor Assistente Social do curso e visa acompanhar e auxiliar o desenvolvimento do aluno no campo de estágio. É operacionalizada no espaço acadêmico, através de plantões de atendimento individual e grupal aos alunos e quando necessário, através de visitas aos campos de estágio.

Configura-se em um processo coletivo de ensino-aprendizagem, no qual se realiza a observação, registro, análise e acompanhamento da atuação do(a) estagiário(a) no campo de estágio, bem como a avaliação do processo de aprendizagem discente, visando a construção de conhecimentos e competências para o exercício da profissão. Esta avaliação deve ser realizada continuamente, contemplando duas dimensões: a avaliação do processo de estágio e a avaliação do desempenho discente, assegurando a participação dos diferentes segmentos envolvidos (supervisores acadêmicos e de campo e estagiários(as)). (ABEPSS, 2010, p. 15).

Para que isto ocorra, as supervisões acadêmicas obterão mais êxito no sentido de garantir a qualidade, trocas de experiências, debates e indagações dos alunos, se as mesmas forem divididas por áreas de atuação e com no máximo 15 alunos por supervisor conforme delibera a PNE:

A supervisão acadêmica não deve ultrapassar o limite de 15 estudantes por turma, tendo em vista as especificidades da disciplina de estágio, bem como critérios de avaliação institucional previstos pelo INEP, em relação às disciplinas que articulam teoria e prática. Indica-se que as turmas sejam sub-divididas por áreas de atuação/conhecimento do Serviço Social (políticas sociais, fundamentos, trabalho, questão urbana e rural, questão geracional, etc), organizados conforme realidade dos campos de estágio e quando possível, a compatibilização com as áreas dos Grupos Temáticos de Pesquisa. (ABEPSS, 2010, p. 34).

Ainda de acordo com a PNE:

Aos(às) supervisores(as) acadêmicos(as) compete o papel de orientar os estagiários e avaliar seu aprendizado, em constante diálogo com o(a) supervisor(a) de campo, visando a qualificação do estudante durante o processo de formação e aprendizagem das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da profissão, em conformidade com o plano de estágio. (ABEPSS, 2010, p. 19).

Outro papel que cabe ao supervisor acadêmico é a visita aos campos de estágios no mínimo uma vez por semestre, visando conhecer o espaço de trabalho do profissional, manter a aproximação com a instituição, estabelecer o diálogo com os supervisores de campo e com os discentes acerca do estágio, suas limitações, desafios, expectativas e o desenvolvimento da prática profissional com qualidade e competência de acordo com a dinâmica institucional e a realidade cotidiana dos usuários.

Realiza ainda orientações e reflexões sobre o desenvolvimento do estágio em sala de aula com os alunos e, quando necessário, individualmente com cada aluno a fim de trocarem informações específicas do campo de estágio no qual o mesmo se insere. Essas orientações individuais muitas vezes são permeadas de angústias, desabafos, críticas e, também, os facilitadores e dificultadores no processo ensino-aprendizagem do estágio e cabe ao supervisor acadêmico estabelecer a mediação entre supervisor de campo e aluno, visando uma relação harmônica e prazerosa para ambos e que vá de fato contribuir para uma formação de qualidade.

Cada orientação deverá ser registrada sob forma de relatório como forma de organizar e sistematizar a supervisão e servirá para avaliação final do estágio, juntamente com os outros documentos necessários nesse processo como: plano de estágio, diário de campo, registro das supervisões, registro das atividades desenvolvidas no estágio, relatórios, projetos, dentre outros).

Há que se destacar ainda, a realização de encontros e fóruns na instituição de ensino com os supervisores de campo, supervisores acadêmicos, coordenação de estágio e profissionais que discutem temas pertinentes ao estágio, para uma troca de experiências, discussões acerca do assunto, debates coletivos além de proporcionar ainda a abertura de novos campos de estágio para os alunos do curso de Serviço Social.

Assim, é importante destacar que a relação entre estágio e supervisão deve ir de encontro com a proposta curricular do Serviço Social bem como com o projeto de formação profissional. A supervisão deve ser um espaço privilegiado em que o aluno possa ampliar suas possibilidades de análise, compreendendo a realidade institucional no qual está inserido, interpretando e problematizando as chamadas expressões da “questão social” com criticidade, subsídios teóricos-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos.

A realização do estágio supervisionado supõe transcender o cotidiano das atividades profissionais, extrapolando o nível do fazer, o que exige supervisão sistemática realizada pelo supervisor de campo e pelo supervisor acadêmico, sendo este um momento específico e rico no processo de ensino-aprendizagem em que a síntese da relação teoria-prática se dá.

O estágio é instrumento fundamental na formação da análise crítica das demandas reais colocadas à profissão e contribui, consideravelmente, para o desenvolvimento de capacidades interventivas, propositivas, investigativas e criativas do aluno. Impulsiona a identificação de competências e habilidades necessárias ao exercício profissional e constrói, paulatinamente, e em conjunto com o desenrolar do curso, um perfil profissional.

Na atualidade a formação profissional do assistente social demanda cada vez mais uma qualificação teórica e prática qualificada que vá de encontro com as demandas e mazelas sociais emergentes e necessitam de respostas e soluções que atendam a realidade de cada sujeito. Para isto, é necessário ter uma postura crítica e responsabilidade profissional respaldada pelo Código de Ética Profissional e o Projeto Ético Político do Serviço Social, além de uma capacitação continuada para dar conta de acompanhar as transformações societárias nas quais estamos inseridos.

2.4 A indissociabilidade entre supervisão acadêmica e supervisão de campo

Discorrer sobre supervisão de estágio na cena contemporânea requer uma série de reflexões acerca do mesmo, algumas já mencionadas acima. Primeiramente, é necessário fazer um levantamento do aparato jurídico-político e institucional que irá dar suporte para a realização do estágio e decifrar a realidade de acordo com os aportes do profissional (LEWGOY, 2009, p. 103). Sendo assim, a supervisão acadêmica e de campo devem estar interligadas e indissociáveis, para que o estágio se desenvolva com eficiência e efetividade, garantindo o entendimento e absorção das dimensões ética, política, ideológica, pedagógica e técnica.

Desse modo, um desafio é a dimensão teórico-metodológica e pedagógica que orienta o diálogo entre os sujeitos envolvidos diretamente no processo de supervisão de estágio, os supervisores assistentes sociais dos campos de estágio e os supervisores professores, para avançar e amadurecer em propostas substantivas ao projeto de qualificação teórico e técnico-político profissional. (LEWGOY, 2009, p. 104).

A supervisão de estágio se caracteriza como uma atribuição privativa do assistente social e visa a articulação entre a teoria e a prática nos variados espaços sócio-ocupacionais em que se inserem os profissionais. A partir daí, é possível identificar as particularidades e especificidades da prática profissional, com a apreensão crítica da realidade através da dialética histórica que permeia todo o processo.

De acordo com Lewgoy (2009) as atribuições do supervisor de campo e supervisor acadêmico foram construídas historicamente, em que: o primeiro era visto como aquele que faz e o segundo como aquele que ensina. Por isto, é difícil mudar esta concepção e superar esta lógica, no sentido de que ambas devem se manter indissociáveis.

Sendo assim, o processo de supervisão deve estar atrelado ao projeto de formação profissional proporcionando ao estagiário a vivência e análise crítica do exercício profissional em todas as suas etapas, devendo ser essencial ao trabalho do assistente social que se faz presente em espaços diferenciados, orientados por lógicas diferenciadas, provocando uma certa tensão, no que tange a dar respostas a estas demandas variadas. Isto se dá pelas peculiaridades e especificidades de cada

campo e revelam elementos que servem de subsídios para o deciframento desta realidade que ora apresenta de maneira velada ou obscura.

A supervisão é o momento em que o aluno possa refletir sua ação entendendo seu modo de agir profissional, retornando à ação instrumentalizado com novos entendimentos e o leve a novas reflexões. É importante pensar a supervisão como fundamental na formação profissional, sendo entendida como educativa, objetivando formar profissionais pensantes, operantes e propositivos.

Isto implica um “refazer” cotidiano das experiências acumuladas, que envolvem desde a docência até os trabalhos nos campos de estágio. Quando entendemos a supervisão como um processo didático-pedagógico, percebemos que as relações sociais em que se fundamenta o Serviço Social são favorecidas uma vez que passamos a analisá-las do singular ao universal.

Nesta ótica, compete aos supervisores de campo e acadêmico contribuir para que o aluno desenvolva um senso crítico, do pensar autônomo, saber indagar, problematizar, investigar, planejar e executar propostas nos campos de atuação, na busca por respostas sociais às demandas que estão postas para a profissão. Conforme assinala Oliveira (2004a, p. 68):

A supervisão no ensino de Serviço Social envolve duas dimensões distintas, mas não excludentes de acompanhamento e orientação profissional: uma supervisão acadêmica, tida como prática docente e, portanto, sob responsabilidade do professor-supervisor no contexto do curso e a supervisão de campo, que compreende o acompanhamento das atividades práticas do aluno pelo assistente social, no contexto do campo de estágio.

O cotidiano profissional deve ser valorizado como um espaço de aprendizado, pois é nesta órbita que o discente compreende a sua intervenção analisando e refletindo sua ação no desenvolvimento de sua competência profissional. Para tanto, é imprescindível esta articulação entre supervisão acadêmica e de campo que irá permitir ao discente a compreensão da práxis profissional a partir do estágio e das disciplinas ofertadas em cada etapa do curso.

A supervisão deve ser entendida como intermediação entre as instituições de ensino e as instituições que oferecem os campos de estágio, como um elemento constitutivo e constituinte desse processo. Outro ponto que merece destaque, são as condições objetivas de trabalho dos supervisores que muitas vezes, por inúmeros fatores, institucionais ou de ordem prática, acabam por refletir negativamente no

desenvolvimento do estágio fazendo com que o aluno repense a atuação profissional a partir das vivências presenciadas no estágio e/ou na supervisão, levando-o a uma desmotivação e desânimo no que se refere à aplicabilidade da prática.

Além disso, não só a supervisão, mas também as disciplinas que compõem a grade curricular não podem ser vistas de forma isolada, porque estão localizadas na totalidade do processo de formação. Persiste, ainda, o senso comum de que na faculdade se pensa e na instituição se trabalha. (LEWGOY, 2009, p. 114).

Notamos como um dos maiores desafios no desenvolvimento do estágio supervisionado esta interlocução entre os supervisores de campo e acadêmico, talvez pela intensidade do próprio cotidiano do trabalho ou pela falta de diálogo mesmo entre estes sujeitos o que prejudica a dinâmica do estágio. Podemos destacar ainda, como desafios a ampliação novos de campos de estágio; a disponibilidade do aluno em cumprir o estágio haja vista que a sua grande maioria são trabalhadores; o que o leva a realizar o estágio em horário reduzido, sendo este um reflexo da sua própria realidade financeira; a pouca adesão dos supervisores de campo nos fóruns e debates ofertados pelas instituições de ensino que buscam uma aproximação com os mesmos e a dificuldade que a maioria dos alunos apresentam em estabelecer a relação teoria x prática. De acordo com a Resolução nº533 de 2008 do CFESS/CRESS:

Art. 8º. A responsabilidade ética e técnica da supervisão direta é tanto do supervisor de campo, quanto do supervisor acadêmico, cabendo a ambos o dever de:

- I. Avaliar conjuntamente a pertinência de abertura e encerramento do campo de estágio;
- II. Acordar conjuntamente o início do estágio, a inserção do estudante no campo de estágio, bem como o número de estagiários por supervisor de campo, limitado ao número máximo estabelecido no parágrafo único do artigo 3º;
- III. Planejar conjuntamente as atividades inerentes ao estágio, estabelecer o cronograma de supervisão sistemática e presencial, que deverá constar no plano de estágio;
- IV. Verificar se o estudante estagiário está devidamente matriculado no semestre correspondente ao estágio curricular obrigatório;
- V. Realizar reuniões de orientação, bem como discutir e formular estratégias para resolver problemas e questões atinentes ao estágio;
- VI. Atestar/reconhecer as horas de estágio realizadas pelo estagiário, bem como emitir avaliação e nota. (CFESS, on-line)

Com esta prática se efetivando podemos perceber significativamente uma melhoria no desenvolvimento do estágio, com uma maior reflexão teórico-metodológica por parte dos alunos, um trabalho coeso entre instituição de ensino e instituição de estágio, articulação entre supervisor de campo e acadêmico visando oferecer ao estagiário uma ação de qualidade e competente que irá contribuir para o seu aprimoramento profissional. A divisão de saberes e trocas de experiências profissionais entre todos os sujeitos envolvidos nesse processo e junção entre a teoria e a prática.

Destaca-se ainda, a realização do Fórum de Supervisores como uma estratégia de fortalecimento e capacitação continuada entre os envolvidos, com seminários integrados com temas transversais acerca da prática profissional, encontros sistematizados e garantia de construção e alternativas que visem a melhoria no que se refere ao estágio de forma coletiva.

O Fórum de supervisores deve ser entendido como um espaço de resistência e de luta para a defesa e consolidação da qualificação do Estágio supervisionado como espaço privilegiado da formação profissional, além de se constituir um espaço propício para fomentar as trocas de experiências e discussões que perpassam o estágio e promover a interlocução entre os profissionais, estudantes e docentes. (ABEPSS, 2012, p. 36).

Afirmamos que o processo de supervisão de estágio em Serviço Social se constrói por meio de acompanhamento, da orientação e reflexão sobre o processo de ensino/aprendizagem, buscando contribuir para compreender a unidade teoria/prática visando o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias ao exercício profissional. A supervisão orienta e acompanha o estudante, capacitando-o para a prática interventiva eficiente e crítica frente à realidade social.

2.5 PNE e Resolução 533: garantia de avanços na formação?

As expressivas mudanças ocasionadas no atual contexto social, político e econômico no Brasil, a ofensiva neoliberal e as transformações no mundo do trabalho, vem rebatendo diretamente na formação profissional do assistente social uma vez que este profissão está sendo chamado a atuar nas tensões surgidas por este processo de transformações societárias ao mesmo tempo em que percebemos

uma “precarização” da profissão em virtude da mercantilização do ensino superior que tende para o aligeiramento profissional, que atenda às exigências do mercado e não mais aos propósitos do projeto profissional que delinea a profissão. Vejamos a afirmação de Abreu e Santos (2012, p. 78):

O resultado do processo de ampliação avassaladora do ensino superior mercantilizado com formato instrumental vendido por inúmeras instituições de ensino, certamente repercutirão no perfil profissional dos anos que se seguem. Como já vimos, infelizmente não é difícil antecipar lastimavelmente as consequências da formação “fast food” ofertada por parte significativa dos cursos presenciais e a distância em Serviço, onde a ausência do exercício crítico de compreensão e análise da sociedade na formação implicará na capacidade de intervenção comprometida e qualificada nos diferentes campos de atuação profissional.

Visando minimizar esse processo de desqualificação profissional o conjunto CFESS/CRESS e a ABEPSS pensaram em instrumentos que pudesse normatizar e regulamentar o estágio supervisionado em Serviço Social. É a expressão da preocupação da categoria em reforçar o estágio como um componente curricular fundamental a formação profissional, sendo portanto, um momento a ser entendido como preponderante para identidade profissional do discente, merecendo destaque nas discussões atuais nos vários eventos do Serviço Social que buscam refletir e debater a formação, visando o comprometimento e competência no desenvolvimento das habilidades e ações profissionais acerca do estágio supervisionado.

Sendo assim, tais instrumentos expressam o horizonte de “*qual é a formação que desejamos*”, mesmo que num contexto adverso de lutas e contradições. (ABREU; SANTOS, 2012).

O primeiro deles foi a Resolução nº 533 de 2008 que veio regulamentar o estágio supervisionado em Serviço Social de forma que o mesmo cumpra seu papel de formar profissionais críticos que possam atender às demandas postas pela realidade, conforme princípios estabelecidos pelo Código de Ética dos Assistentes Sociais, com as bases legais da Lei de Regulamentação da Profissão e com as exigências teórico-metodológicas das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social aprovadas pela ABEPSS, bem como o disposto na Resolução CNE/CES 15/2002 e na Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008. Assim, resolve:

Art. 2º. A supervisão direta de estágio em Serviço Social é atividade privativa do assistente social, em pleno gozo dos seus direitos profissionais, devidamente inscrito no CRESS de sua área de ação, sendo denominado

supervisor de campo o assistente social da instituição campo de estágio e supervisor acadêmico o assistente social professor da instituição de ensino.

Parágrafo único. Para sua realização, a instituição campo de estágio deve assegurar os seguintes requisitos básicos: espaço físico adequado, sigilo profissional, equipamentos necessários, disponibilidade do supervisor de campo para acompanhamento presencial da atividade de aprendizagem, dentre outros requisitos, nos termos da Resolução CFESS nº 493/2006, que dispõe sobre as “condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social”.

Art. 3º. O desempenho de atividade profissional de supervisão direta de estágio, suas condições, bem como a capacidade de estudantes a serem supervisionados, nos termos dos parâmetros técnicos e éticos do Serviço Social, é prerrogativa do profissional assistente social, na hipótese de não haver qualquer convenção ou acordo escrito que estabeleça tal obrigação em sua relação de trabalho.

Parágrafo único. A definição do número de estagiários a serem supervisionados deve levar em conta a carga horária do supervisor de campo, as peculiaridades do campo de estágio e a complexidade das atividades profissionais, sendo que o limite máximo não deverá exceder 1 (um) estagiário para cada 10 (dez) horas semanais de trabalho. (CFESS, 2008).

Constatou-se que num primeiro momento esta Resolução gerou certo “conflito” entre profissionais e, principalmente nas instituições de ensino que se viram diretamente “atingidas” no sentido da limitação de campos de estágio sendo este um grande problema para as mesmas. Porém, temos que destacar que a esta resolução foi um grande avanço para a categoria, pois a mesma visa a qualidade do exercício profissional do assistente social, que deve se comprometer com um aprendizado qualificado, sendo a supervisão direta um dos principais fatores para a efetiva qualificação profissional, uma vez é requisito necessário à formação. A mesma resolução aponta ainda:

A supervisão direta de estágio em Serviço Social estabelece-se na relação entre unidade acadêmica e instituição pública ou privada que recebe o estudante, sendo que caberá:

- I) ao supervisor de campo apresentar projeto de trabalho à unidade de ensino incluindo sua proposta de supervisão, no momento de abertura do campo de estágio;
- II) aos supervisores acadêmico e de campo e pelo estagiário construir plano de estágio onde constem os papéis, funções, atribuições e dinâmica processual da supervisão, no início de cada semestre/ano letivo.

Parágrafo 1º. A conjugação entre a atividade de aprendizado desenvolvida pelo aluno no campo de estágio, sob o acompanhamento direto do supervisor de campo e a orientação e avaliação a serem efetivadas pelo supervisor vinculado a instituição de ensino, resulta na supervisão direta. (CFESS, 2008).

A resolução destaca ainda as atribuições e competências dos supervisores de campo e acadêmicos, já descritos neste trabalho.

No sentido de colaborar e normatizar o estágio supervisionado, indo de encontro com a resolução ora citada, em 2010, após vários debates com as Unidades de Formação Acadêmicas (UFA's), professores, estudantes e assistentes sociais a ABEPSS elabora a Política Nacional de Estágio (PNE) que foi pensada como um instrumento que para resistir a precarização da formação, travando lutas junto a diversos setores responsáveis pelo ensino superior no país. O objetivo é operacionalizar o desenvolvimento do estágio, de forma que o mesmo capacite profissionais com base nas dimensões interventiva e investigativa como condição central da formação, descartando a abordagem tecnicista e instrumental que era dada anteriormente.

Nos últimos anos, o estágio supervisionado em Serviço Social tem sido foco de discussão em todos os segmentos da categoria profissional, principalmente, nos eventos, congressos, seminários, oficinas encontros nacionais, dentre outros, que discutem a formação profissional do assistente social. Para dar respostas a este debate, a ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) como entidade responsável para observar e zelar pela implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social, assumiu o compromisso no ENPESS de 2008 que aconteceu na cidade de São Luiz/MA em elaborar a Política Nacional de Estágio (PNE), que foi amplamente elaborada e discutida com as UFA's (Unidade de Formação Acadêmica), com o conjunto CFESS/CRESS e com os profissionais ligados a ABEPSS. De acordo com a PNE, o estágio se define como:

O estágio se constitui num instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do(a) estudante, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente como profissional, nas diferentes expressões da questão social, que vem se agravando diante do movimento mais recente de colapso mundial da economia, em sua fase financeira, e de desregulamentação do trabalho e dos direitos sociais. (ABEPSS, 2010, p. 11).

Deve-se levar em consideração os princípios ético-políticos que perpassam pelo estágio com a defesa da liberdade, democracia, cidadania, justiça, direitos humanos, combate ao preconceito e outros. Devemos ressaltar ainda, o compromisso com a qualidade dos serviços prestados, a competência e o

pluralismo, visando a superação da exploração e das formas de opressão (ABEPSS, 2010).

A PNE destaca também a indissociabilidade entre as dimensões teórico metodológicas, ético política e técnico-operativa, devendo estas ser garantidas nos campos de estágio como elemento transversal da formação profissional do assistente social.

Merece destaque ainda, o princípio que se refere à articulação entre Formação e Exercício Profissional, que deve ser evidenciada pelos discentes, professores e supervisor de campo, que juntos possam fazer a análise das demandas, desafios e possibilidades de enfrentamento dos mesmos.

Outro princípio prevê a indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e de campo, devendo ambas estar em consonância com o projeto profissional que tem o estágio como um momento de ensino-aprendizagem e esta interlocução entre os três sujeitos envolvidos neste processo é primordial para o bom desenvolvimento do mesmo. Visa ainda, o planejamento, acompanhamento e avaliação do discente, analisando sua capacidade de investigar, ser propositivo, crítico e interventivo.

Ressalta também, o princípio que se fundamenta na articulação entre universidade e sociedade, tendo em vista que o estágio é um elemento potencializador desta relação, buscando conhecimentos diante da realidade que está posta e contribuindo para respostas e soluções frente às demandas apresentadas visando à superação dos desafios.

O princípio da unidade teoria-prática é tido como um dos princípios fundamentais, pois é o momento do discente conseguir estabelecer esta relação como um processo dialético entre dimensões que devem ser indissociáveis.

A interdisciplinaridade aparece também como um princípio, uma vez que o estágio se efetiva por meio da inter-relação com as diversas áreas de conhecimento.

Como último dos princípios, temos a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, que o estágio pode possibilitar numa perspectiva de totalidade. Porém, nota-se como um grande desafio diante da atual conjuntura, fazer com ele se efetive nos diferentes espaços sócio-ocupacionais do profissional, devido a inúmeros fatores que limitam tal prática.

A PNE destaca ainda as atribuições dos atores envolvidos no processo de estágio que já foram referendados acima. Em relação a supervisão acadêmica, objeto principal de investigação deste trabalho, de acordo com a PNE,

Quanto à supervisão acadêmica ainda, é importante destacar que a mesma não deve ultrapassar 15 alunos por turma, tendo em vista as especificidades da disciplina, divididos por eixos temáticos/ áreas de atuação para facilitar o discurso e o debate acerca dos mesmos. (ABEPSS, 2010, p. 11).

Para tanto, nota-se que um dos maiores desafios do estágio supervisionado é a materialização dos princípios e objetivos do estágio no cotidiano da formação profissional.

A PNE destaca ainda os seguintes pontos:

- As atividades de extensão só podem ser consideradas como estágio desde que sejam previstas no projeto pedagógico do curso e respeitada a carga horária docente e discente;
- Que não haja acúmulo das funções de supervisor de campo e supervisor acadêmico;
- A pesquisa não deve ser considerada como estágio e sim como eixo estruturante no processo de formação do profissional, onde deve-se desenvolver a postura investigativa;
- Deve evitar que o estagiário desenvolva o estágio no mesmo lugar em que trabalha, visando uma melhor qualificação profissional;
- Realizar Seminários Interdisciplinares com demais disciplinas e os diferentes campos de estágios;
- Fortalecer os vínculos do curso com os CRESS;
- Propor estratégias de ação voltadas para a realidade social em que cada sujeito se insere.

Verifica-se ainda, na PNE a necessidade das instituições de ensino desenvolver o Fórum dos Supervisores como uma forma de articular a supervisão acadêmica e a supervisão de campo, bem como estabelecer uma interlocução e proximidade com os estes sujeitos. O Fórum deve ser concebido como um espaço

de debates, discussões, reflexões, resistência e luta para uma qualidade no desenvolvimento do estágio supervisionado. São objetivos do Fórum:

- Fortalecer o estágio como momento estratégico de formação dos assistentes sociais;
- Propiciar espaço político-pedagógico de formação dos supervisores;
- Proporcionar a organização dos profissionais para o enfrentamento das questões relativas à formação e o exercício profissional;
- Fomentar a discussão sobre o estágio em Serviço Social, tomando como referências formais: as diretrizes curriculares em vigor, a lei de regulamentação da profissão nº 8662/93, o código de ética profissional, a legislação nacional referente a estágio, a resolução CFESS 533/2008, o parecer jurídico 012/98 do CFESS e a Política Nacional de Estágio;
- Contribuir para o aprimoramento do processo de formação profissional;
- Tratar e encaminhar questões que envolvam a dimensão ética do estágio, prevendo respostas coletivas às situações corriqueiras. (ABEPSS, 2010, p. 11).

Diante de tudo que foi descrito acima, percebemos que o estágio está adquirindo o caráter de emprego para o estagiário, que “têm” a bolsa de estágio como um salário e fundamental para pagamento das mensalidades e isto é muito preocupante porque rebate diretamente na formação profissional. O que se nota é uma formação profissional que atenda a uma “demanda” de mercado, descomprometido com a qualidade e competência profissional. Por isto, deve-se dar total importância ao momento do estágio, pois é quando a identidade profissional do aluno é gerada.

Todos estes documentos que conferem legitimidade ao estágio estão em sintonia e um complementa o outro, pois buscam a garantia da qualidade da formação profissional, clareza no papel das instituições de ensino e instituições em que o estágio se realiza, definem os papéis dos sujeitos envolvidos nesse processo: estagiário – supervisor de campo – supervisor acadêmico e, expressam a defesa da profissão e da qualidade dos serviços prestados à população.

Tendo em vista o agravamento da questão social e o aumento exacerbado das instituições de ensino superior que passou a ser um “*grande negócio*”, em que formam profissionais somente para atender às exigências do mercado, o estágio configura-se como elemento fundamental para a formação, sendo assim, sofre diretamente os impactos advindos da lógica mercantil presentes em todas as esferas da vida social, inclusive na universidade neoliberal e os prejuízos para a profissão são enormes.

Nesta perspectiva, conectada ao contexto sócio-econômico e político contemporâneo e comprometida com essas, (dentre outras) finalidades, a ABEPSS delibera por traçar uma política nacional de estágio na área do Serviço Social, entendendo-a como fundamental para balizar os processos de mediação teórico-prática na integralidade da formação profissional do assistente social. (ABEPSS, 2010).

A PNE vem apontando para o desenvolvimento do estágio como uma prática que possibilite uma “autonomia” relativa do Serviço Social, quando destaca a dimensão pedagógica da supervisão juntamente com um conjunto de procedimentos teórico-práticos, sistematizando a ação profissional de acordo com o projeto ético político (ABREU; SANTOS, 2012).

A PNE destaca ainda, os papéis de todos os sujeitos envolvidos no processo de estágio, que já foram mencionados acima e os princípios fundamentais para a realização do estágio:

Um desses princípios refere-se à indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, que deve ser garantida na experiência de estágio, evitando a tendência de autonomização da dimensão operativa em detrimento das demais, especialmente quando se trata da vivência no campo ou da supervisão de campo. A garantia da ética como elemento transversal a formação do(a) assistente social deve ser observada com relevância e prioridade no processo do estágio supervisionado.

Outro princípio diz respeito à articulação entre Formação e Exercício Profissional, expressa e potencializada por meio da interlocução entre estudantes, professores(as) e assistentes sociais dos campos de estágio. Possibilita, portanto, a identificação e análise das demandas, desafios e respostas mobilizadas no cotidiano de trabalho dos(as) assistentes sociais e fomenta a construção/socialização de conhecimentos e reflexões, bem como o desenvolvimento de competências profissionais.

Ressaltamos, ainda, o princípio que prevê a indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e de campo, em que o estágio, enquanto atividade didático-pedagógica, pressupõe a supervisão acadêmica e de campo, numa ação conjunta, integrando planejamento, acompanhamento e avaliação do processo de ensino-aprendizagem e do desempenho do(a) estudante, na perspectiva de desenvolvimento de sua capacidade de investigar, apreender criticamente, estabelecer proposições e intervir na realidade social.

Outro princípio fundamenta-se na articulação entre universidade e sociedade, uma vez que o estágio se constitui como um elemento potencializador desta relação, fomentando o conhecimento acerca da realidade e contribuindo na identificação e construção de respostas às demandas e desafios contemporâneos.

Destacamos, também, o princípio da unidade teoria-prática, na medida em que o estágio, como atividade acadêmica, a evidencia como processo dialético entre dimensões que não se equalizam, mas são indissociáveis. Outro princípio é o da interdisciplinaridade, tendo em vista que o estágio supervisionado se efetiva por meio da inter-relação das diversas áreas de conhecimento trabalhadas ao longo da formação profissional, bem como com a vivência, no espaço sócio-institucional, compartilhada com diferentes categorias profissionais, num mesmo processo coletivo de trabalho.

E, por fim, o da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, uma vez que ao se efetivar, nos diversos espaços de intervenção profissional, o estágio possibilita a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, numa perspectiva de totalidade. (ABEPSS, 2012, p.13 - 14).

Daí, a importância do estágio supervisionado para a formação profissional, reconhecemos ser imprescindível a materialização do projeto ético-político, bem como indissociabilidade entre a teoria e a prática, bem como a supervisão acadêmica e de campo. O estágio é um espaço que deve oferecer ao discente elementos para a compreensão, análise e intervenção profissional.

A precarização do estágio está ligada também a proliferação do Ensino à Distância, em que na grande maioria, não são cumpridos os requisitos indispensáveis ao processo de supervisão.

Há que se destacar ainda na PNE, a criação do Fórum dos Supervisores que propõe uma articulação entre as UFA's, as instituições em que se realiza o estágio e os sujeitos envolvidos: estagiário, supervisor de campo e supervisor acadêmico.

A incorporação dessa estratégia na PNE vem com o intuito de aglutinar docentes e profissionais e estudantes em torno das questões do estágio, como uma estratégia política de fortalecimento e permanência do debate sobre a temática, bem como a garantia de construção de alternativas comuns à qualificação do estágio em Serviço Social. (ABEPSS, 2010, p. 35).

A Resolução 533 e a PNE contêm avanços que buscam assegurar a direção social da profissão, pautada em valores democráticos e emancipatórios, alicerçada na teoria crítica, garantindo a qualidade na formação profissional indo contra a investida do capital que tende a precarizar o ensino superior (ASSIS; ROSADO, 2012).

Os desafios postos ao Serviço Social na implantação destes instrumentos normativos acerca do estágio são vários, mas, importante salientar que tais instrumentos só vieram contribuir para uma formação qualificada e que de fato atenda aos interesses da classe trabalhadora, ganhando materialidade na ação profissional cotidiana, rompendo com a estigmatizada visão de que na *“prática a teoria é outra”*.

Por isto, a operacionalização do estágio não deve se render aos ditames do mercado e muito menos “culpabilizar” a Resolução nº 533 e a PNE pelos problemas enfrentados para a efetivação do mesmo, uma vez que tais problemas como falta de campo de estágio, número elevado de estagiários, estagiário como mão-de-obra

barata, dentre outras, são resultados da atual conjuntura na qual estamos inseridos, sobretudo, a mercantilização do ensino superior, precarização das condições do trabalho docente e também discentes, em especial, os alunos de EaD. Temos como consequência disto, o caminhar para o “sucateamento profissional”.

2.6 Legislações pertinentes ao estágio supervisionado

Para o desenvolvimento do estágio supervisionado em Serviço Social temos que seguir algumas Legislações específicas para que assim, possamos legitimar este processo de acordo com os princípios profissionais. O momento do estágio é essencial à formação do discente, pois permite uma aproximação com a realidade e correlacionando diversos conteúdos aprendidos em sala de aula fazendo uma análise crítica da ação profissional nos variados espaços sócio-ocupacionais em que se inserem os assistentes sociais.

Para tanto, há algumas legislações específicas para o estágio supervisionado e são estas que irão conferir legitimidade ao mesmo. Tais legislações buscam assegurar a direção social da profissão, pautada em valores democráticos e emancipatórios alicerçados na teoria crítica, garantindo a qualidade na formação profissional. Abordaremos a seguir estas legislações:

2.6.1 Lei Federal de Estágio nº 11.788

O estágio curricular em Serviço Social tem seu fundamento geral na Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, que define e caracteriza as dimensões do estágio como sendo um ato educativo, desenvolvido no ambiente profissional, que visa o aprendizado de competências próprias de cada profissão, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho. Em seu artigo 1º, a Lei Federal ressalta que:

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. (BRASIL, 2008, on-line).

De acordo com a Lei o estágio é parte integrante e fundamental na formação profissional e deve fazer parte do projeto pedagógico do curso, integrando o itinerário formativo do educando. Visa o aprendizado de competências profissionais, que vá contribuir para o desenvolvimento do educando para a sua vida cidadã e para o mercado de trabalho.

O estágio pode ser desenvolvido ainda sob dois aspectos: obrigatório e não obrigatório. Em relação ao primeiro a Lei Federal define como “[...] estágio obrigatório aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.” (BRASIL, 2008, on-line). Já o segundo pode ser “[...] desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.” (BRASIL, 2008, on-line).

Importante ressaltar, que tanto o estágio obrigatório, como o não obrigatório, não pode ser caracterizado enquanto trabalho e não cria vínculos empregatícios, devendo os estagiários estar devidamente matriculados em uma instituição de ensino, observando os seguintes princípios:

- I – matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino;
- II – celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;
- III – compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso. (BRASIL, 2008, on-line).

Outro ponto importante na Lei Federal nº 11.788 diz respeito ao estagiário, com algumas competências, garantias e atribuições no que se refere ao desenvolvimento do estágio como podemos destacar:

Art. 10. A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar:

- I – 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos;
- II – 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

§ 1º O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino.

§ 2º Se a instituição de ensino adotar verificações de aprendizagem periódicas ou finais, nos períodos de avaliação, a carga horária do estágio será reduzida pelo menos à metade, segundo estipulado no termo de compromisso, para garantir o bom desempenho do estudante.

Art. 11. A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

Art. 12. O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório.

§ 1º A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício.

§ 2º Poderá o educando inscrever-se e contribuir como segurado facultativo do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 13. É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

§ 1º O recesso de que trata este artigo deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

§ 2º Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

Art. 14. Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio.

A Lei referendada veio no sentido de imprimir um caráter mais acadêmico ao estágio supervisionado, dando todo o suporte necessário ao estudante no sentido de fazer com o que o momento do estágio seja fundamental para o sua formação profissional. Contribuiu ainda para desconstruir a idéia de que o estágio serve como “mão-de-obra” barata em que muitas empresas buscam no estagiário uma forma de diminuir seus custos com profissionais formados.

2.6.2 Resolução nº 533 – CFESS/CRESS

Buscando sistematizar e qualificar melhor o estágio supervisionado em Serviço Social o conjunto CFESS/CRESS instituiu em 2008 a Resolução 533 que regulamenta a supervisão direta de estágio. Esta resolução foi o resultado de diversos debates em todo o país pela categoria profissional e todos os seus princípios foram discutidos e analisados minuciosamente votados em plenária por profissionais presentes no Encontro Nacional, demonstrando assim, o caráter democrático do CFESS, sistematizando as vontades coletivas, direcionando suas ações para fortalecer o projeto ético-político do Serviço Social.

A Resolução nº 533 visa regulamentar a supervisão direta de estágio em Serviço Social, normatizando a relação direta, sistemática e contínua entre as Instituições de Ensino Superior, os campos de estágio e os CRESS. Assim, considera:

[...] que a atividade de supervisão direta do estágio em Serviço Social constitui momento ímpar no processo ensino-aprendizagem, pois se configura como elemento síntese na relação teoria-prática, na articulação entre pesquisa e intervenção profissional e que se consubstancia como exercício teórico-prático, mediante a inserção do aluno nos diferentes espaços ocupacionais das esferas públicas e privadas, com vistas à formação profissional, conhecimento da realidade institucional, problematização teórico-metodológica; (CFESS, 2008, on-line).

A Resolução do CFESS se encontra em consonância com a regulamentação nacional posta para os cursos de bacharelado, Lei Federal 11.788 e que dá discussão acerca da resolução a referida lei havia sido aprovada.

No entanto, as maiores polêmicas acerca da Resolução giram em torno do estágio não obrigatório que também exige a presença de um supervisor de campo assistente social, uma vez que esta atividade faz parte do processo de formação do discente e do limite máximo de supervisionando(a) por supervisor(a) e das atribuições dos supervisores acadêmicos e de campo. Em parágrafo 5º, a Resolução ressalta:

Cabe ao profissional citado no caput e ao supervisor de campo averiguar se o campo de estágio está dentro da área do Serviço Social, se garante as condições necessárias para que o posterior exercício profissional seja desempenhado com qualidade e competência técnica e ética e se as atividades desenvolvidas no campo de estágio correspondem às atribuições e competências específicas previstas nos artigos 4º e 5º da Lei 8662/1993. (CFESS, 2008, on-line).

Em seu artigo 3º, parágrafo único a Resolução destaca que:

A definição do número de estagiários a serem supervisionados deve levar em conta a carga horária do supervisor de campo, as peculiaridades do campo de estágio e a complexidade das atividades profissionais, sendo que o limite máximo não deverá exceder 1 (um) estagiário para cada 10 (dez) horas semanais de trabalho. (CFESS, 2008, on-line).

Talvez este seja o ponto que mais tenha gerado discussões e debates desta resolução, como presenciado em Fóruns, Seminários e Encontros da categoria, uma vez que muitas instituições de ensino têm encontrado dificuldade em abertura de

campos de estágio, pois os profissionais passaram a ter uma “limitação” em relação ao número de estagiários, o que tem sido um grande “problema” diante da realidade institucional e dos espaços sócio-ocupacionais do assistente social que ainda são limitados. No entanto, sabemos que esta resolução busca uma formação mais qualificada e embasada nos princípios ético-políticos da profissão. Destaca-se ainda, em seu artigo 2º,

A supervisão direta de estágio em Serviço Social é atividade privativa do assistente social, em pleno gozo dos seus direitos profissionais, devidamente inscrito no CRESS de sua área de ação, sendo denominado supervisor de campo o assistente social da instituição campo de estágio e supervisor acadêmico o assistente social professor da instituição de ensino”. (CFESS, 2008, on-line).

Em relação às competências do supervisor de campo e do supervisor acadêmico, a Resolução destaca as responsabilidades éticas e técnicas de ambos.

Vejamos:

I – Avaliar a pertinência de abertura e encerramento dos campos de estágio;
II – Acordar o início do campo de estágio, a inserção do estudante no mesmo e o número de estagiários;
III – Planejar conjuntamente as atividades relacionadas ao estágio, estabelecer cronograma de supervisão, que deverá ser sistemática e presencial;
IV – Verificar se o estagiário está devidamente matriculado no semestre;
V – Realizar reuniões de orientações, a fim de discutir e formular estratégias para resolver “possíveis” problemas acerca do estágio;
VI – Atestar e reconhecer as horas de estágio realizadas pelo estagiário além de emitir a nota. (CFESS, 2008, on-line).

Essa Resolução implica ao desenvolvimento do estágio de forma que propicie aos discentes uma maior aproximação com a prática profissional através do contato direto com seus supervisores de campo e da troca de saberes e debates através do supervisor acadêmico, contribuindo de forma contundente na sua atuação profissional visando uma melhora na vida dos sujeitos usuários do Serviço Social.

CAPÍTULO 3 O PROCESSO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FORMIGA/MG – UNIFOR

3.1 Breve Histórico do município de Formiga/MG

Ao apresentar o município de Formiga/MG tem-se o objetivo de destacar os aspectos importantes do município, perpassando e retratando conceitos estruturais, históricos, econômicos e geográficos da cidade em que foi realizada a presente pesquisa.

Formiga se insere na categoria de município de Médio porte⁸, com cerca de 65.128 habitantes, segundo dados do IBGE (2010 apud PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA, online), e se coloca entre os 70% dos municípios na faixa de 20 a 100 mil habitantes.

A história da gênese de Formiga é iniciada em 1675 com o bandeirante Diogo Castanho, mas, foi somente em 1723 que Diogo Bueno adentrou na região para descobrir e povoar o Sertão do Campo Grande e Capivari. Não há documentação que comprove este fato, sendo assim, considera-se a história do município a partir do século XVIII, especificamente no ano de 1737 com a abertura da picada de Goiás, partindo de São João Del Rey rumo às nascentes do Rio São Francisco e às afortunadas Minas de Goiás.

Os nomes que antecederam Formiga foram: Ribeirão da Formiga, Formiga do Tamanduá e Vila Nova da Formiga. Em 16 de março de 1839 a Lei nº 134 elevou o arraial de São Vicente Férrer da Formiga à categoria de vila, passando a se chamar Vila Nova da Formiga.

Aos seis dias do mês de junho de 1858, Vila Nova da Formiga passou a ser denominada de Formiga, sendo então elevada a município sob a Lei Provincial nº 880. O presidente do município era Wenceslau Alves.

De acordo com o autor Leopoldo Corrêa (1993 apud FORMIGA..., online) a origem do topônimo Formiga é apontada a partir de três versões, que ressaltaremos aqui. A primeira está relacionada às semelhanças do relevo do local com os

⁸ Municípios de Pequeno Porte 1: até 20.000 habitantes; Município de Pequeno Porte 2: de 20.001 até 50.000 habitantes; Município de Médio Porte: de 50.001 até 100.000 habitantes; Município de Grande Porte: de 100.001 até 900.000 habitantes. (IBGE, 2010).

penedos dos Ilhéus de Formigas em Portugal, segundo percepção do açoriano e um dos pioneiros do local Ignácio Corrêa Pamplona.

A segunda versão estaria relacionada com a vinda dos indígenas Tapuias de São Paulo para dismantelar o quilombo do Ambrósio que se localizava entre os municípios de Cristais e Formiga e se alimentavam de tanajuras.

A terceira versão e a mais conhecida é que a denominação histórica e origem do nome da cidade surgiu graças a denominação dada ao rio que a corta. Conta-se que um grupo de tropeiros que passavam pelo caminho, resolveram fazer uma parada à beira do rio que a corta e durante a noite, a açúcar que carregavam foi atacada por formigas. Daí nomeou o rio de “Rio Formiga”.

O município de Formiga situa-se na região Centro-Oeste de Minas Gerais na Zona Campo das Vertentes, situada a aproximadamente a 194 km de distância da capital mineira (Belo Horizonte). Tem como municípios limítrofes Santo Antônio do Monte, Arcos, Córrego Fundo, Pains, Pimenta, Cristais, Itapecerica, Pedra do Indaiá, Camacho e Guapé.

A localização da cidade de Formiga é considerada privilegiada por estar situada a uma distância aproximada das principais capitais brasileiras, Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília.

Figura 2 – Mapa Rodoviário do Município de Formiga / MG.



Fonte: CLUBE..., online.

O clima é Tropical de Altitude, com temperatura média máxima anual de 28,7 graus, média mínima anual de 15,8 graus e média anual de 21,8 graus.

Formiga tem o privilégio de ser uma das cidades do interior mineiro banhada pelo lago de Furnas, o que atrai muitos turistas à região. O turismo náutico, além de fomentar a economia local, propicia um espaço atrativo de lazer à comunidade formiguense e região. A cidade possui ainda uma escultura do Cristo Redentor, no morro da Loreta, bem como cachoeiras e lagoas.

Atualmente a área educacional do município encontra-se com trinta e cinco instituições de ensino de 1º e 2º grau, sendo dezessete escolas na rede municipal, dez na rede estadual e oito particulares.

O sistema educacional municipal formiguense conta ainda com o Centro Municipal de Apoio a Aprendizagem (CEMAP). Neste espaço são desenvolvidos atendimentos especializados a estudantes da rede municipal de ensino que apresentam necessidades educacionais.

O município de Formiga possibilita e facilita o acesso à cultura disponibilizando para a população três bibliotecas municipais: biblioteca Donateli Gandra, Osório Garcia e Dr. Sócrates Bezerra de Menezes.

Em relação ao ensino superior o município de Formiga conta com três instituições:

- Universidade Aberta do Brasil (UAB) que oferece dois cursos de graduação e outros quatro de pós-graduação. O pólo de Formiga possui ensino superior, sendo este avaliado de qualidade e gratuito.

- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG) uma instituição pública federal. O campus de Formiga oferece três cursos superiores e um de nível técnico.

- Centro Universitário de Formiga⁹ (UNIFOR-MG) é uma instituição privada sem fins lucrativos. Possui vinte e um cursos de graduação, dentre outros de pós-graduação latu-senso. A responsabilidade e o compromisso com a qualidade de ensino proporcionada aos acadêmicos desta unidade de ensino destacam o UNIFOR-MG como instituição reconhecida nacionalmente e comprometida com a função social que lhe compete.

Em Formiga, a área assistencial relacionada à saúde dispõe de 2 hospitais; 2 maternidades; 16 Unidades Básicas de Saúde; 1 ambulatório de atendimento ao Funrural e ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Formiga; 1 posto

⁹ O UNIFOR-MG será abordado mais detalhadamente em sub-ítem específico nesse mesmo capítulo.

do Instituto de Previdência do Estado de Minas Gerais (IPSEMG); 1 posto estadual – SUS (Controle de Avaliação da Micro Região de Formiga/MG).

No setor econômico o ramo que atualmente apresenta maior participação no Produto Interno Bruto (PIB) é o de serviços com 51,6% do total. Em segundo lugar com 39,97% está a indústria e no terceiro encontra-se o setor agropecuário com 9,41%.

Os cidadãos formiguenses se honram ainda, da cidade ter como filho “ilustre” o Padre Fábio de Melo¹⁰.

3.2 O Centro Universitário de Formiga (UNIFOR/MG)

A Fundação Educacional Comunitária Formiguense (FUOM), é a Mantenedora do Centro Universitário de Formiga/MG e do Colégio de Aplicação.

A história da FUOM teve início no ano de 1963, com a Lei 2.819 (MINAS GERAIS, 1963, online), de 22 de janeiro de 1963, quando o então governador do Estado de Minas Gerais, Magalhães Pinto autorizou a criação da Fundação Universidade do Oeste de Minas Gerais, sendo sua sede na cidade de Formiga.

O objetivo de sua criação era de suprir as necessidades de professores do Magistério nas escolas de 1º e 0º graus (hoje educação básica). Em 1966, a Lei Municipal nº 622 (UNIFOR, online) considerou a Fundação como de Utilidade Pública Municipal, doando um terreno para a sua construção. Já em 1969, foi considerada de Utilidade Pública Estadual, pela Lei Estadual nº 5.167 de 29 de abril de 1969, publicada no Diário Executivo de Minas Gerais.

O Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais, em 1967, no Parecer nº 239/67, de 19 de setembro, autorizou o funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras (FAFI), com cursos de licenciaturas e a ESBI (Escola de Biblioteconomia). Em 1970, a Portaria nº 106/70 autorizou o Colégio de Aplicação, que foi criado com a finalidade de “[...] favorecer o estudo, a observação, a prática e o estágio dos alunos da FAFI, além de oportunizar o trabalho de pesquisa na área pedagógica.” (UNIFOR, 2011, p. 5).

¹⁰ **Fábio José de Melo Silva**, mais conhecido como **Padre Fábio de Melo**, SCJ (Formiga, MG, 3 de abril de 1971) é um sacerdote católico, artista, escritor, professor universitário e apresentador brasileiro, pertencente originalmente à Congregação dos Sacerdotes do Sagrado Coração de Jesus. (FÁBIO..., online).

A denominação FUOM foi instituída em 21 de setembro de 1989, pelas Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, no Artigo 82, parágrafo 1º, item II.

O Decreto Estadual de 04 de Agosto de 2004 credenciou as diversas faculdades mantidas pela FUOM, que se uniram e passaram a constituir o Centro Universitário de Formiga. Este credenciamento aconteceu em 12 de dezembro de 2006 pelo Decreto Estadual.

O UNIFOR-MG, atualmente participa do Conselho Federal de Educação (CFE). Em agosto de 2010 recebeu a Comissão Avaliadora do MEC que avaliou a estrutura física administrativa do Campus e atribuiu-lhes o conceito 4, numa escala de 0 a 5, contribuindo para que o Unifor se destaque como uma instituição comprometida com a formação acadêmica e o seu comprometimento social com a sociedade formiguense e região.

Atualmente, o Unifor oferece vinte e um cursos de graduação entre bacharelado e licenciatura que são:

Administração, Arquitetura e Urbanismo, Biblioteconomia, Ciências Biológicas, Ciências da Computação, Ciências Contábeis, Direito, Educação Física (Bacharel), Educação Física (Licenciatura), Enfermagem, Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Fisioterapia, Letras (habilitação em Português/Espanhol), Letras (habilitação em Português/Inglês), Medicina Veterinária, Pedagogia (Docência), Química, Serviço Social e Superior em Estética. (UNIFOR, 2011, p. 7).

O Campus do UNIFOR-MG possui uma área construída de aproximadamente vinte mil metros quadrados, composta por sete prédios, duas praças de alimentação, vários laboratórios modernos e adequados, salas de aulas, salão de eventos, biblioteca com aproximadamente setenta mil acervos catalogados, quadras esportivas, ginásio, campo de futebol. O Centro Universitário de Formiga, possui uma Clínica Escola de Fisioterapia (CLIFOR) oferecendo serviços de saúde gratuitamente aos funcionários e a comunidade de Formiga e região, com atendimentos em várias áreas de Fisioterapia.

Possui ainda, a Clínica de Medicina Veterinária (CLIMVET), que vem prestando relevante trabalho a comunidade visando melhor qualidade de vida dos animais domésticos.

Há também, o Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ), onde são prestados serviços de ordem jurídica a população considerada vulnerável e que não possui

condições financeiras de arcar com despesas advocatícias. A equipe é composta por profissionais e estagiários do Direito e Serviço Social.

Nota-se que a Unidade de Ensino está organizada dentro dos padrões de mercado, oferecendo uma gama diversificada de cursos, atraindo vários estudantes da região circunvizinha.

O Centro Universitário de Formiga/MG tem como missão:

[...] contribuir para o desenvolvimento regional, através das relações com o saber, formando cidadãos éticos e de competências múltiplas, gerando soluções criativas, fomentando a pesquisa e o desenvolvimento, interrelacionando-se com a comunidade, promovendo o crescimento e a melhoria da qualidade de vida da comunidade na qual se insere. (UNIFOR, 2009, p. 18).

Há que se destacar ainda os seus princípios básicos:

- a) gestão democrática, assegurando o funcionamento de órgãos colegiados deliberativos dos quais participam os diversos segmentos da comunidade acadêmica;
- b) estrutura orgânica com base em seus diversos cursos;
- c) unidade de patrimônio e de administração;
- d) igualdade de condições para o ingresso em seus respectivos cursos;
- e) unidade de atuação nas dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes;
- f) apreço à tolerância e respeito à liberdade;
- g) pluralismo de idéias e concepções pedagógicas;
- h) valorização profissional;
- i) racionalidade de organização e desenvolvimento, plena utilização dos recursos materiais e humanos de que dispõe;
- j) flexibilidade de métodos e critérios, com vistas às diferenças individuais dos alunos e às peculiaridades da região em que se localiza. (UNIFOR, 2009, p. 18)

Dentre os seus objetivos, podemos destacar:

- estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- formar profissionais nas diversas áreas do conhecimento, tornando-os aptos para a inserção em seus setores de atuação e para a ativa participação no desenvolvimento da sociedade, bem como colaborar com sua formação contínua;
- estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular, os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- promover a extensão, abertura à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas no Centro Universitário de Formiga. (UNIFOR, 2009, p. 18-19).

Assim, a instituição procura conferir aos seus cursos, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e com as Diretrizes Curriculares Nacionais, autonomia, na elaboração de seus projetos, procurando, dessa forma, contemplar a flexibilidade, a criatividade e a responsabilidade. Todos os cursos possuem autonomia para a construção do seu projeto pedagógico adequando-os às exigências contemporâneas que contribua para o processo de ensino-aprendizagem e estabeleçam a relação teoria e prática.

3.3 A implantação do curso de Serviço Social na unidade pesquisada e o seu Projeto Político Pedagógico

É perceptível o atual momento conjuntural em que se encontra o país nos aspectos econômicos e sociais, tendo em vista as transformações societárias que abarcam a realidade em questão. Exige-se uma formação profissional que vá de encontro aos anseios e demandas de “mercado”, que não privilegia uma construção de conhecimento embasada em preceitos filosóficos, críticos e eruditos, mas, sim no enquadramento de um profissional que execute as demandas apresentadas e atenda às exigências do mercado.

O Brasil tem vivido profundas mudanças, após a estabilização da moeda e a implementação de políticas públicas o que impacta favoravelmente e diretamente aos profissionais da área social, em especial os assistentes sociais. Embora os programas de transferência de renda, tenham minimizado as situações de pobreza no país, em especial nas regiões norte e nordeste, ainda é notória a concentração da riqueza nas mãos de poucos. Percebe-se também que o mundo do trabalho foi alterado, pois se identifica a existência de vagas no mercado de trabalho, mas observa-se pouca qualificação, o que levam as pessoas a permanecerem em subempregos, muitas vezes até na informalidade.

A PNAS expressa o conteúdo específico da Política de Assistência Social buscando incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política do Estado que, conseqüentemente, instituiu o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para estruturar as ações de proteção social visando à descentralização.

O SUAS foi normatizado pela Norma Operacional Básica (NOB), em 2005, que prevê a criação de Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) nos

municípios, exigindo a contratação de um profissional de Serviço Social para cada CRAS, como também, prevê a implantação dos Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), com a obrigatoriedade da presença do Assistente Social.

Outra realidade, que tem se apresentado em relação à inserção do Assistente Social no mercado de trabalho, é a necessidade de coordenadores de programas e projetos sociais e de gestores sociais, tanto na área pública como privada, com ou sem fins lucrativos. Outras áreas de atuação profissional, que têm requisitado o Assistente Social, é a educação e a socioambiental.

Este compromisso parte da verificação dos núcleos constitutivos do curso e seus desdobramentos nas disciplinas ministradas no período em revisão, e do estabelecimento do perfil do profissional que se pretende formar, visando o desenvolvimento de competências teóricas, ético-políticas e metodológicas na observância contínua do contraditório movimento da realidade e do processo social.

Diante deste cenário, o UNIFOR-MG, visando atender uma necessidade da sociedade contemporânea implanta o Curso de Serviço Social no Centro Universitário de Formiga/MG em janeiro de 2007 a partir da Resolução nº 18/2006 em regime semestral, no turno noturno, com 45 vagas e duração de 08 semestres. A carga horária total do curso é de 3.236 horas e 40 minutos de acordo com seu Projeto Pedagógico, que justifica sua criação pelos seguintes motivos:

- 1) Existe, no Centro-Oeste mineiro e no Brasil como um todo, uma realidade sócio-econômica marcada pela carência de emprego para todos e por um contingente de pessoas que necessitam de mecanismos públicos de proteção social, o que, a nosso ver, exige que formemos assistentes sociais para atuar na realidade supracitada;
- 2) a ausência de Curso de Serviço Social na microrregião de Formiga e a demanda por profissionais da área social, visando impulsionar o desenvolvimento desta aspecto para o município e região;
- 3) a promoção da interdisciplinaridade gerada pelos vários cursos oferecidos pelo UNIFOR-MG, que são relacionados aos aspectos econômico-sociais, contribuindo na qualidade da formação dos alunos;
- 4) a prática acadêmica, tendo como dimensão o ensino teórico-prático, a extensão e a pesquisa, aspectos que irão privilegiar a análise crítica da realidade do município e região e contribuir na proposição de projetos e serviços que contemplam as demandas sociais que permeiam o tecido social;
- 5) a ampliação do mercado de trabalho para o assistente social, tendo como principal determinante a Constituição Federal de 1988, cuja normatização abre novas frentes para o exercício profissional na área da Seguridade Social, no tripé: saúde, previdência e assistência social, campo privilegiado da atuação do Serviço Social.
- 6) a possibilidade de ingerência da sociedade civil organizada na formulação, gestão e controle das políticas sociais, através dos

- Conselhos, em diferentes instâncias do poder, que tratam dos Direitos (Criança e Adolescentes, Idosos, Pessoas com Deficiência), marcam um espaço significativo da intervenção profissional do assistente social;
- 7) o alargamento do espaço profissional do assistente social, além da linha executiva, avança para diferentes formas de intervenção, tais como: formulação, gestão e avaliação de políticas sociais no âmbito do poder local;
 - 8) a expansão de trabalhos de parcerias interinstitucionais e em equipes multiprofissionais, tanto no setor público como no privado;
 - 9) a desenvolvimento de pesquisas, planejamentos, assessorias/consultorias, treinamentos e gerenciamento de recursos e projetos;
 - 10) a ampliação das oportunidades de trabalho no chamado 3º setor, conseqüência clara da minimização do papel do Estado, em consonância com a política neoliberal, o que modifica as condições de trabalho do assistente social. (UNIFOR, 2001, p. 9).

Nota-se que no mundo contemporâneo a sociedade vem gradativamente vivenciando as mazelas oriundas das inúmeras manifestações expressas pela questão social. Sendo assim, o assistente social através de sua formação teórico-prático e conhecimentos generalistas poderá contribuir propondo, acompanhando e realizando pesquisas acerca da realidade social e a partir de análises críticas buscar respostas profissionais que possibilitem o enfrentamento dos problemas sociais apresentados.

O Curso de Serviço Social do UNIFOR-MG possui um conteúdo curricular que é constantemente atualizado, visando o acompanhamento das modificações que ocorrem no seio da sociedade, propiciando aos futuros profissionais uma formação qualificada com competências teórico-metodológicas, ético-política e técnico-operativa, possibilitando que estes adquiram capacidades críticas de leitura da realidade e conhecimentos da cidadania e também sejam atendidas as requisições do mercado de trabalho contemporâneo.

A formação do futuro profissional visa que o mesmo seja capaz de desenvolver uma habilidade crítico-analítica, atrelada a competência técnico-operativa e o compromisso ético-político da profissão.

Com base em uma formação crítica, teórica e metodológica, o assistente social formado pelo UNIFOR-MG será capaz de apreender e analisar as realidades socioeconômicas e sócio-culturais, marcadas no Brasil pela heterogeneidade. Destarte, o profissional estará capacitado a desenvolver estratégias e planejamentos para sua prática profissional. Cabe notar que toda a ação profissional dos egressos do curso sempre e, inegavelmente, estará marcada por princípios ético-políticos e pelo compromisso com o desenvolvimento amplo do povo brasileiro. (UNIFOR, 2011, p. 14).

Com isso, os egressos do Curso de Serviço Social do UNIFOR-MG, se envolvem diretamente com os embates teóricos e práticos apresentados a profissão, inseridos na dinâmica social com habilidades e competências para dar respostas as demandas ora apresentadas.

É necessário ainda, estabelecer a relação teoria e prática, para que o processo de ensino-aprendizagem se efetive na sua essência de modo que os discentes acompanhem as exigências profissionais nos seus campos de atuação, construído numa perspectiva interdisciplinar.

A estrutura curricular do curso de Serviço Social do UNIFOR-MG procura demonstrar flexibilidade, proporcionando oportunidades aos graduandos de participarem de eventos acadêmicos como: seminários temáticos, palestras com temas afins, oficinas, atividades complementares e estágio supervisionado. Tal flexibilidade se dá também pelo fato das constantes transformações no mercado de trabalho e na vida social, o que poderá acarretar em alterações na grade curricular do curso para atender a estas possíveis transformações.

Além disso, poderá sofrer alterações, mediante necessidades detectadas pela IES, pelo corpo docente e discente, além das mudanças exigidas pelas leis vigentes. Com isso, a matriz curricular do curso poderá sofrer mudanças no decorrer do seu funcionamento sem, no entanto, comprometer a integralização do curso no tempo previsto e desde que seja aprovada pelo Colegiado de Cursos, pelo Conselho Universitário do UNIFOR-MG, antes do processo seletivo subsequente. (UNIFOR, 2011, p. 17).

A Matriz Curricular que se encontra vigente conforme Resolução do Conselho Universitário nº 09/2007 de 27 de abril de 2007, está seguida de alterações aprovadas pelo referido conselho sob o nº 822. Vejam a seguir:

Quadro 1 – Grade Curricular do Serviço Social do UNIFOR-MG.

PERÍODO	DISCIPLINAS
1º	<ul style="list-style-type: none"> - Antropologia I - Filosofia I - Metodologia Científica - Sociologia I - Formação Sócio-histórica do Brasil I - Leitura e Produção de Texto - Introdução ao Serviço Social
2º	<ul style="list-style-type: none"> - Antropologia II - Formação Sócio-histórica do Brasil II - Economia I - Sociologia II - Fundamentos Teóricos e - Metodológicos do Serviço Social I - Ética Profissional em Serviço Social I - Atividades Complementares I
3º	<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisa em Serviço Social I - Economia II - Introdução à Psicologia - Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II - Direito e Legislação Social - Política Social I - Atividades Complementares II
4º	<ul style="list-style-type: none"> - Ética Profissional em Serviço Social II - Legislação em Serviço Social - Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III - Psicologia Social I - Política Social II - Estatística Aplicada ao Serviço Social - Atividades Complementares III
5º	<ul style="list-style-type: none"> -Planejamento e Gestão de Programas e Projetos Sociais I - Psicologia Social II - Orientação de Estágio Supervisionado I - Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social IV - Administração em Serviço Social I Estágio Supervisionado I - Atividades Complementares IV

PERÍODO	DISCIPLINAS
6º	<ul style="list-style-type: none"> - Administração em Serviço Social II - Orientação de Estágio Supervisionado II - Organizações e Práticas Sociais - Planejamento e Gestão de Programas e Projetos Sociais II - Estágio Supervisionado II - Atividades Complementares V
7º	<ul style="list-style-type: none"> - Seminários Temáticos I - Orientação de Estágio Supervisionado III - Pesquisa em Serviço Social III - Serviço Social Contemporâneo I - Serviço Social e Realidade Regional I - Orientação e Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso I - Estágio Supervisionado III - Atividades Complementares VI
8º	<ul style="list-style-type: none"> - Orientação de Estágio Supervisionado IV - Serviço Social e Realidade Regional II - Serviço Social Contemporâneo II - Seminários Temáticos II - Informática em Serviço Social - Orientação e Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso II - Estágio Supervisionado IV.

Fonte: Adaptação do quadro do Projeto Pedagógico do UNIFOR-MG.

Pretende-se, desenvolver no estudante a capacidade de análise crítica da realidade social e humana em que está inserido. Para tanto, os temas e conteúdos são tratados pelas múltiplas disciplinas e atividades acadêmicas tendo em vista os fatos, fenômenos e a problemática local e global, num processo de ensino aprendizagem que articule teoria e prática em favor da construção de uma visão da realidade pautada na totalidade.

Diante da nova realidade advinda do cenário político, econômico e social em que estamos inseridos e respaldados pelos fundamentos teórico-metodológicos para a formação do profissional, a organização do curso de graduação de Serviço Social do UNIFOR-MG busca superar as fragmentações do processo de ensino e aprendizagem, abrindo novos caminhos para a construção de conhecimentos com experiência concreta no decorrer da formação profissional.

O Serviço Social do UNIFOR-MG sustenta-se por um conjunto de disciplinas organizadas em três núcleos ou áreas, de fundamentação da formação profissional, de acordo com as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) quais sejam:

Núcleo de Fundamentos Teórico-Methodológicos da Vida Social: diz respeito à formação básica e é composto por um conjunto de disciplinas que compreende os pressupostos metodológicos e ético-políticos que fornecem os componentes fundamentais para a compreensão da sociedade moderna contemporânea. Neste Núcleo o aluno cursa disciplinas de Antropologia I e II; Economia I e II; Filosofia I e II; Introdução à Psicologia, Psicologia Social I e II; Leitura e Produção de Texto; Metodologia Científica e Sociologia I e II (UNIFOR, 2011, p. 21).

Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira: contempla disciplinas que buscam proporcionar uma formação geral e cultural remetendo o aluno à análise da formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas características e peculiaridades regionais e culturais, e a inserção do serviço social na relação entre as classes e o estado e a iniciativa privada. Neste Núcleo são oferecidas disciplinas que enfocam a Formação Sócio Histórica do Brasil I e II; Política Social I e II; Direito e Legislação Social (UNIFOR, 2011, p. 21).

Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional: articulando-se com os fundamentos da análise do serviço social na sociedade contemporânea este núcleo contempla disciplinas que concorrem para uma especialização do trabalho, bem como componentes instrumentais, técnicos e éticos necessários para capacitar o profissional ao exercício de suas funções e competências específicas. São disciplinas deste Núcleo: Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I, II, III e IV, Ética Profissional em Serviço Social; Pesquisa em Serviço Social I, II e III; Legislação em Serviço Social; Estatística Aplicada ao Serviço Social; Planejamento e Gestão de Programas e Projetos Sociais I e II; Orientação de Estágio Supervisionado I, II, III e IV; Investigação e Prática do Serviço Social; Administração em Serviço Social I e II; Organizações e Práticas Sociais; Processos de Trabalho em Serviço Social; Serviço Social Contemporâneo I e II; Seminários

Temáticos I e II; Serviço Social e Realidade Regional I e II; Orientação e Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso I e II e Informática em Serviço Social (UNIFOR, 2011, p. 22).

A estrutura do curso de graduação em Serviço Social está direcionada para uma integração e articulação entre os três núcleos de fundamentação da formação, de tal maneira que não se possa separar as matérias do conhecimento (da vida social, da formação social brasileira e do trabalho profissional) em disciplinas autônomas entre si. Disciplinas se constituem em requisitos curriculares essenciais, mas não exclusivos. Todavia, na organização dos conteúdos particulares das disciplinas, será necessário guardar a relação com as demais áreas de fundamentação da formação: a da formação social brasileira e a de fundamentação da ação profissional.

Os núcleos englobam um conjunto de conhecimentos e habilidades que se especifica em atividades acadêmicas, enquanto conhecimentos necessários à formação profissional.

Para o cumprimento da disciplina curricular obrigatória de Estágio Supervisionado que compõe a matriz curricular do curso, a instituição disponibiliza para a realização do mesmo três projetos de extensão, sendo eles:

- **Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ)** que se localiza nas dependências do UNIFOR e seu trabalho se efetiva através do atendimento jurídico e social às pessoas consideradas vulneráveis economicamente do município e região. O profissional que responde pela supervisão em Serviço Social é um assistente social e docente da instituição;
- **Instituição de Longa Permanência (ILP)** São Francisco de Assis, onde os discentes, com supervisão de um assistente social, prestam serviços sócioassistenciais aos idosos internos bem como as suas famílias. Este estágio é desenvolvido aos finais de semana, para atender a uma demanda do aluno trabalhador;
- **Projeto de Extensão em Comunidade** (Bairro Industrial) que tem por finalidade traçar o perfil socioeconômico das famílias residentes do bairro Industrial, localizado em área periférica do município de Formiga, para a realização um diagnóstico social.

O Projeto objetiva uma expansão para outros bairros periféricos. O trabalho é desenvolvido por um assistente social juntamente com os estagiários do curso de Serviço Social.

Além desses campos, o UNIFOR-MG possui convênios com diversas instituições e órgãos do poder público municipal, estadual e federal para o desenvolvimento do estágio na cidade e municípios vizinhos. A instituição busca a formação de futuros assistentes sociais que possuam habilidades técnicas e conhecimentos teórico-metodológicos necessários e requisitados pelo mercado de trabalho e, principalmente que utilize suas intervenções profissionais com o objetivo da defesa e a garantia dos direitos sociais. Espera-se também que o profissional egresso desta unidade de ensino possa contribuir para o desenvolvimento social, cultural, político e econômico dos seus usuários.

Ainda como requisitos para a conclusão do Curso de Serviço Social no UNIFOR-MG, faz-se necessário a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que representa o momento em que o discente irá expressar a totalidade da sua formação, realizando um processo investigativo a partir de “problemáticas” levantadas nos variados campos de estágio ou fatos percebidos no cotidiano que os instigam e indagam. Este trabalho deverá estar dentro das exigências de um trabalho científico, ser orientado por um professor da instituição e avaliado por uma Banca Examinadora. Outras vertentes de pesquisa são levantadas a partir de projetos de iniciação científica desenvolvidos pelos discentes, sendo este uma das bases que compõe o tripé: ensino, pesquisa e extensão.

Como forma de aprimorar o conhecimento e enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, exige-se de acordo com a matriz curricular do curso, o cumprimento de atividades complementares extracurriculares, que são distribuídas do 2º ao 7º período e o discente tem que cumprir 120 horas de atividades, que consistem em participação em projetos de extensão, visitas monitoradas, monitoria, iniciação científica, publicação de trabalhos científicos, realização de estágio extracurricular e demais atividades previstas no Regulamento das Atividades Complementares do Curso de Serviço Social do UNIFOR-MG, aprovado pelo Conselho Universitário.

Nessa perspectiva, a formação extrapolará os meios acadêmicos para ir ao encontro dos vários segmentos e organizações sociais em constante exercício de interação da Instituição com a comunidade em que se insere e ainda, com outras comunidades, em fóruns específicos, por meio de seminários, congressos, eventos

ofertados pela ABEPSS, e outros. O UNIFOR-MG busca uma formação sólida de seus profissionais e ainda a reformulação do conceito da profissão junto à sociedade, que muitas vezes os percebe como “agentes assistencialistas”, e não como assistentes sociais capazes de intervir na formulação da política e nos processos da vida social.

3.4 Analisando o tripé: ensino, pesquisa e extensão no Unifor

Na atualidade, diante das mudanças de mercado, da vida social e das inovações tecnológicas, é preciso o empenho em uma formação qualificada, com criticidade e competências que vão de encontro com os propósitos do projeto profissional. Neste sentido, o Curso de Serviço Social do UNIFOR-MG, busca atualizar a formação acadêmica, a partir da flexibilização dos conteúdos programáticos das Diretrizes Curriculares e investindo no aprimoramento do corpo docente.

O UNIFOR-MG reconhecendo a importância da integração da pesquisa, da extensão e do ensino para o desenvolvimento de ensino de qualidade e, ainda, entendendo as necessidades de avanços na área social neste cenário de constantes mudanças, onde o realinhamento do papel do assistente social se faz presente, contempla em seu bojo atividades de pesquisa e extensão em estreita vinculação com o ensino, desde o primeiro período do curso, seja nas atividades de Flexibilização Curricular¹¹, seja em ações estruturadas de extensão junto à comunidade, com ênfase em ações de responsabilidade social.

¹¹ Flexibilização Curricular é a incorporação de atividades acadêmicas, extra curriculares, adicionais à formação profissional, registradas em histórico escolar do aluno. São atividades efetivadas no decorrer da realização do Curso comprovadas por meio de certificado e/ou relatório após a participação na mesma. Destacamos: participação em eventos acadêmicos, científicos e profissionais, como em: congressos, conferências, simpósios, seminários, “workshops”, mesas redondas e atividades similares, no campo do Serviço Social e áreas afins. Participação em programas de treinamento, cursos extracurriculares, visitas técnicas, orientados para o exercício de funções do Assistente Social; participação em projetos de pesquisa e extensão não curriculares; participação em estágio supervisionados extra-curriculares; participação em projetos dos Núcleos Temáticos.

O Ensino

Tendo em vista que a sociedade está em constante movimento, com novas reestruturações e novas formas de pensar, o UNIFOR desenvolve a política educativa do “aprender a aprender”, ponderando:

- busca constante da qualidade e excelência nas ações acadêmicas;
 - concepção do currículo como um processo aberto e constantemente revisado;
 - autonomia como princípio educativo, presente nas relações pedagógicas de modo a transformar a aprendizagem em um processo autônomo e contínuo;
 - cultura de avaliação como um processo inerente às ações pedagógicas, com o objetivo de, continuamente, corrigir percursos e traçar novos objetivos;
 - inovação e diversificação dos cursos, voltando-se para o atendimento das necessidades regionais;
 - implantação de novas tecnologias, a fim de otimizar a aprendizagem;
 - relação entre teoria e prática, fortalecendo a formação profissional.
- (UNIFOR, 2009, p. 37)

Somando todos esses elementos, busca-se uma formação discente qualificada e compromissada, sempre em defesa do projeto político profissional.

Pesquisa

A dinamicidade dos processos históricos requer a permanente pesquisa de suas expressões concretas, difundindo a elaboração de propostas de trabalho que sejam factíveis, isto é, capazes de impulsionar a realização das mudanças pretendidas. Em outros termos, o domínio teórico-metodológico só se atualiza e adquire eficácia quando aliado à pesquisa da realidade, dos fenômenos históricos particulares que são objeto do conhecimento e da ação do assistente social. No UNIFOR a pesquisa se desenvolve com vistas a:

- a) incentivo à qualificação crescente dos professores;
- b) suporte técnico e institucional para obtenção de financiamento das instituições de amparo à pesquisa;
- c) intercâmbio com outras instituições científicas, estimulando o desenvolvimento de projetos em comum;
- d) divulgação da produção científica, mediante relatórios, publicações regulares, promoção de eventos;
- e) apoio à participação de pesquisadores em congressos e reuniões similares;

- f) incremento sistemático das oportunidades de trabalho em regime de quarenta horas semanais;
- g) difusão dos programas de iniciação científica. (UNIFOR, 2009, p. 38).

A pesquisa (trabalho investigativo) ocupa um papel fundamental no processo de formação profissional do assistente social, atividade privilegiada para a solidificação dos laços entre o ensino universitário e a realidade social e para a “soldagem” das dimensões teórico-metodológicas e prático-operativas do Serviço Social, indissociáveis de seus componentes ético-políticos.

Extensão

A extensão universitária permite que o discente realize atividades de estudo, pesquisa, intervenção, se inserindo na prática do trabalho profissional, proporcionando, simultaneamente, a oportunidade da realização dos estágios curriculares, com a supervisão direta de um professor assistente social e profissionais inseridos em instituições, onde o trabalho venha a ser implementado.

Todos os Núcleos de Extensão devem ter supervisão de assistente social docente e podem ser compostos por estudantes de todos os períodos do curso, verificando e exigindo destes conhecimentos e ações equivalentes ao seu grau de aprendizado.

Atualmente, o Serviço Social do UNIFOR-MG conta com atividades de extensão que são direcionadas ao atendimento à comunidade, através do NPJ (Núcleo de Práticas Jurídicas), os projetos que são desenvolvidos na ILP São Francisco de Assis e o trabalho com a Comunidade do Bairro Industrial, todos eles já descritos anteriormente.

As atividades de extensão no UNIFOR são desenvolvidas com o seguinte objetivo:

- a) reafirmar a extensão universitária como processo acadêmico indispensável à formação do aluno, à qualificação do corpo docente e ao intercâmbio com a sociedade;
- b) estruturar, desenvolver, implementar, avaliar e reavaliar, sistemática e periodicamente, ações, projetos e programas;
- c) oferecer ao estudante oportunidades de vivenciar experiências na sua área de formação profissional;
- d) propiciar ao estudante o acesso a atividades que contribuam com a sua formação cultural e ética e com o desenvolvimento do senso crítico, da cidadania e da responsabilidade social;

- e) propiciar à sociedade, por meio de cursos de Extensão, da prestação de serviços e da participação em eventos culturais e artísticos, dentre outras atividades extensionistas, o acesso ao UNIFOR-MG;
- f) complementar a relação UNIFOR-MG/Sociedade por meio da democratização do saber acadêmico e pelo estabelecimento de um processo contínuo de debates, fomento de idéias e vivências;
- g) incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social, política e ambiental;
- h) estruturar e desenvolver mecanismos que promovam a interação contínua e recíproca entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- h) oferecer à sociedade estudos e pesquisas que possam contribuir para a formulação de políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade de vida das pessoas. (UNIFOR, 2009, p. 40).

A extensão é um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. Concretiza-se em um conjunto de atividades que constrói um vínculo orgânico entre a universidade e os interesses e necessidades da sociedade organizada em seus diferentes níveis. Contribui para a divulgação da qualidade das atividades acadêmicas realizadas e dos serviços prestados pela unidade de ensino/Centro Universitário, permitindo a sua expansão para além de suas fronteiras internas.

Privilegiam-se no ensino teórico-prático alguns componentes que são articulados através do Estágio Supervisionado, do Trabalho de Conclusão de Curso, das Oficinas de Prática, dos Seminários Temáticos, das Atividades Complementares.

O curso de Serviço Social forma assistente social que atua nas diversas expressões da questão social, formulando respostas profissionais às demandas sociais e, também que tem a sua intervenção na sociedade voltada à garantia dos direitos civis, sociais e políticos da população e, que possibilite a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no mercado de trabalho e no conjunto das relações sociais.

No entanto, o curso de Serviço Social do UNIFOR abarca as três dimensões da vida universitária, isto é, uma política de prática acadêmica regida pela integração entre o ensino teórico e prático, a pesquisa e a extensão, por meio das disciplinas curriculares e dos núcleos temáticos de trabalho profissional e pesquisa.

CAPÍTULO 4 SUPERVISÃO ACADÊMICA DE ESTÁGIO NO “LÓCUS” INVESTIGADO: IMPLANTAÇÃO E EFETIVAÇÃO.

4.1 Metodologia da Pesquisa

Para analisarmos e refletirmos sobre o processo de estágio, se faz necessário uma análise mais profunda acerca de três elementos fundamentais que compõem esse processo: projeto de formação profissional, processo de supervisão (acadêmica e de campo) e exercício profissional. No desenvolvimento do estágio o estagiário aprenderá a captar as distintas formas de expressão no cotidiano do trabalho, bem como as demandas sociais que ora se apresentam. Para tanto, é necessário conhecer e desvelar a vida social e a realidade brasileira com todas as suas expressões da questão social.

Como já citado anteriormente, a supervisão em Serviço Social é considerada atribuição profissional desde a primeira versão da Lei de Regulamentação da Profissão, escrita em 1952 e aprovada em 1957 até a sua última atualização em 1993, sendo, portanto, uma atividade privativa do assistente social (ABREU; SANTOS, 2012). A supervisão de estágio é o momento em que o docente se apropria de conteúdos teóricos já adquiridos em sala de aula e a partir daí faz a interlocução com os discentes no sentido de estabelecer a relação teoria e prática, discutindo a realidade por ele relatada. Vejamos,

A supervisão de estágio não se constitui em um componente curricular onde se tem um conteúdo predeterminado em forma de programa. Também não é uma disciplina, estritamente teórica, apesar de lhe ser atribuída determinados conhecimentos. Requer uma metodologia diferenciada e esta diferença está na natureza do conteúdo com centralidade no efetivo acompanhamento do ensino do exercício profissional, incidindo sobre ela todos os demais conteúdos da grade curricular. (ABREU; SANTOS, 2012, p. 77).

Neste sentido, será feita uma análise da realidade pesquisada neste item, a partir das entrevistas realizadas com os discentes, supervisora acadêmica, coordenadora de estágio, coordenadora de curso e supervisores de campo, que se constituíram sujeitos da pesquisa. Através do universo pesquisado, foi possível levantar significativos dados qualitativos que contribuirão para a análise da pesquisa em ora.

Foi adotado o método hipotético-dedutivo através de uma interpretação do materialismo dialético; compreende-se uma relação intrínseca de oposição e complementaridade entre o mundo natural e social, entre o pensamento e a base material. Prerrogativa também a necessidade de se trabalhar com a complexidade, com a especificidade e com as diferenciações que os dilemas e/ou “objetos sociais” apresentam (MINAYO, 1994).

A pesquisa teve um cunho qualitativo por buscar desvendar o fenômeno a partir do seu significado e, principalmente, compreender os fatores que estão intrinsecamente relacionados ao estágio supervisionado (MINAYO, 1994).

Os procedimentos metodológicos adotados para a realização da presente pesquisa respeitaram as seguintes etapas:

- Pesquisa bibliográfica: A busca por produções teóricas que possam contribuir analiticamente com a temática proposta;
- Pesquisa documental: a partir de documentos e legislações pertinentes ao tema discutido;
- Pesquisa de campo: entrevista estruturada e análise dos dados.

Para a escolha dos sujeitos entrevistados, inspirou-se em Martinelli (2009, p. 12) que afirma “[...] a prática é uma construção coletiva. O construtor da prática não é apenas o profissional que a realiza, mas sim o conjunto de sujeitos que, articuladamente com o assistente social, dá vida e concretude a prática.”

A investigação “in lócus”, propiciou entender como se dá a dinâmica do estágio supervisionado em Serviço Social no Unifor-MG e a relação existente entre teoria e prática, bem como suas diferentes concepções para a formação do assistente social como fato de vital importância para o entendimento da relação teoria-prática numa visão de unidade, fugindo da dicotomia, em que as mesmas são vistas como opostas e separadas uma da outra.

Para tanto, a pesquisa se deu através de entrevistas estruturadas entre os meses de novembro a dezembro do ano de 2012 com 14 discentes do Curso de Serviço Social do Centro Universitário de Formiga, sendo 6 do oitavo período e 8 do sexto período, o coordenador de estágio, coordenador de curso e supervisor acadêmico, todos da referida instituição. Os sujeitos foram escolhidos aleatoriamente de acordo com o aceite de cada um deles em participar da pesquisa. Como um complemento a mais na pesquisa, foram entrevistados ainda 2 supervisores de campo, que contribuíram significativamente para esse trabalho,

embora estes não sejam o nosso “foco” principal de investigação.

Importante ressaltar o perfil dos estudantes entrevistados que na sua grande maioria são estudantes trabalhadores, com dificuldades em fazer o estágio supervisionado conforme prevê a PNE uma vez que precisam do salário para arcar com as despesas educacionais. Vejamos o quadro a seguir como forma de ilustrar tal afirmação:

Quadro 2: Informações dos perfis dos discentes.

Número de discentes entrevistados	Número de discentes entrevistados do 8 ^o período		Número de discentes entrevistados do 6 ^o período	
14	06		08	
Trabalhadores	05		05	
Não trabalhadores	01		03	
Em estágio remunerado	02		02	
Em estágio não remunerado	04		06	
Gênero dos alunos	Masculino 01	Feminino 05	Masculino 01	Feminino 07
Média de idade	27 anos		23 anos	
Residentes no município de Formiga MG	05		04	
Residentes em outros municípios	01		04	

Fonte: Elaborado por Suênya Thatiane Souza de Almeida.

Com base em todas as informações supracitadas, entende-se ser de fundamental importância pesquisar o estágio supervisionado no processo de formação do assistente social, suas relações e seus papéis.

A supervisão é um “processo educativo”, onde o supervisor e o supervisionado aprendem em conjunto, onde há a torça, o debate. Existe a preocupação de a prática profissional estar respaldada em uma teoria, e de a visão da unidade teoria-prática, na ação supervisora. (BURIOLLA, 2003, p. 64).

Diante dessas considerações, organizou-se o material coletado nas entrevistas em três categorias de análise pertinentes aos dados levantados para que se possa realizar o descortinamento da atual conjuntura da formação profissional. São elas: **formação profissional; relação teoria e prática; supervisão acadêmica**

de estágio. Adentraremos em cada uma delas subsidiadas pelas entrevistas coletadas.

Os sujeitos da pesquisa foram identificados por números de 1 a 10 para os discentes citados; entrevistado 11 coordenadora de estágio; entrevistado 12 coordenadora de curso; entrevistado 13 supervisora acadêmica; entrevistados 14 e 15 supervisores de campo.

4.2 Formação Profissional

Inicia-se essa análise avaliando a compreensão dos entrevistados em relação à formação profissional do assistente social na contemporaneidade. Observa-se que o modelo capitalista de educação é embasado numa tendência de formar mão-de-obra tecnicamente qualificada.

Assim, as sucessivas crises pragmáticas levaram a educação a ser uma reprodutora de conhecimentos úteis para o sistema capitalista, ou seja, conhecimentos técnicos mais específicos passaram a ser uma exigência do mercado. Essas exigências fizeram com que as universidades direcionassem suas ações para atender a uma necessidade mercantilista.

Com o atual contexto neoliberal, as informações se inserem em um paradigma de valorização da mesma, sendo imposto pelo mercado a busca de profissionais competentes e com habilidades específicas. A educação está se tornando um instrumento de construção de pensamentos para atender os preceitos do sistema capitalista, mas percebe-se que apesar de serem inevitáveis as tendências neoliberais em todos os setores da sociedade, a educação como propagadora da formação de conceitos liberais, estaria propiciando a criação de discentes despreparados para criticar e exigir mudanças na sociedade.

Analisando a visão dos entrevistados em relação à formação do assistente social verifica-se o entrevistado 1, respondeu: “[...] *no meu pensamento o estudante ele vai primeiro tentar conseguir um local de trabalho com uma formação que na minha opinião poderia ter sido melhor.*” Há aqui uma insatisfação do estudante em relação à sua formação, que ficou bem claro no decorrer das entrevistas por parte da maioria dos entrevistados, quando relatam as sucessivas trocas de professores bem como de coordenação, o que deu uma “fragmentada” na construção do saber de uma maneira geral . O entrevistado 2 reflete:

[...] o conhecimento não mora só na faculdade então como estamos nessa batalha eu acho que não temos que parar por aí. O Assistente Social tem que buscar novas orientações, novos estudos até mesmo para poder atender melhor o usuário.

Analisando o que disse o entrevistado 2, compreende-se que a formação do profissional de assistente social não deve ser apenas na duração do ciclo universitário e exclusivamente dentro da sala universitária, é importante que o aluno no seu processo de formação tenha contato com a realidade. Visualiza-se aqui a importância do estágio durante a formação. É de suma importância que os acadêmicos identifiquem, analisem reflexivamente as condições das práticas, pois compete a eles se apropriarem dessa realidade desenvolvendo uma habilidade crítica reflexiva, transformando as experiências práticas em conceitos necessários a sua progressão humana social e profissional que são fundamentais na sua formação enquanto cidadão e trabalhador.

Segundo Freire (1996, p. 25) "[...] ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção", assim o estágio prático durante o processo de formação do aluno deve incentivar a reflexão sobre sua própria prática como um processo social, mediatizada por atitudes e conceitos éticos.

O indivíduo deve buscar, criar e propiciar um pensamento autêntico. De acordo com Lamamoto (2007, p. 290) "[...] durante o processo de formação o estágio é um momento de qualificação, treinamento teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político do aluno", mas o ciclo de aprendizagem não se fecha com o final do curso, o profissional deve buscar educação continuamente, aperfeiçoando-se para se tornar cada vez mais crítico e atuante nas demandas da atual sociedade.

O entrevistado 3 respondeu que o seu processo de formação não foi o ideal, mencionando que:

[...] a nossa grade ainda tem muitas lacunas, precisa ser melhorada, mas já melhorou bastante. Essas turmas novas estão pegando a grade nova. A nossa formação foi bem complexa, porque teve muita mudança de professor, tiveram professores que não eram capacitados para dar aula no Serviço Social e nos deu aula no início que foi a base, então, sofremos muito. Quando chegou no 5º período com o andamento das matérias, que as coisas foram melhorando, mas, no geral eu avalio que foi muito bom.

Como observado o entrevistado 3 reconhece os benefícios da modificação na grade curricular. Interessante mencionar que a estrutura curricular do curso de

Serviço Social do UNIFOR-MG procura demonstrar flexibilidade, proporcionando oportunidades aos graduandos de participarem de eventos acadêmicos como: seminários temáticos, palestras com temas afins, oficinas, atividades complementares e estágio supervisionado. Tal flexibilidade se dá também pelo fato das constantes transformações no mercado de trabalho e na vida social, o que poderá acarretar em alterações na grade curricular do curso para poder atender a estas possíveis transformações. A Matriz Curricular adotada pela UNIFOR encontra-se em consonância com a Resolução do Conselho Universitário nº 09/2007 de 27 de abril de 2007.

O entrevistado 4 compreende que no processo de formação “[...] *you have* *que estar sempre buscando qualificar o seu trabalho para que no mercado de trabalho você tenha mais chance de conseguir um emprego*”; como se observa o aluno reconhece a importância da formação constante.

Para Oliveira (2004a, p. 2) a formação do profissional de Serviço Social deve ser pautada na educação continuada.

A formação, portanto, não pode ser simplesmente como uma qualificação adquirida e acabada, finalizado em um período de curso. Ela necessita ser estudada contextualizando-se a realidade social, expressa pelos aspectos estruturais e conjunturais e pelo sistema educativo, que refletem o movimento histórico da sociedade, e também pela compreensão da própria história da profissão. Na realidade brasileira, a complexidade do sistema universitário e as especificidades inerentes ao ensino superior refletem diretamente no processo de formação profissional, tanto em sua natureza, como no seu conteúdo. Como em outras profissões, o ensino do Serviço Social caracteriza-se pelas particularidades institucionais e também pela diversidade de paradigmas relacionados à natureza de seus conceitos, teorias e métodos de investigação e intervenção na realidade social.

Assim, observa-se que as práticas pedagógicas não podem vincular-se excessivamente aos interesses mercadológicos. Ao longo dos anos a profissão sofreu uma desvalorização e perda de prestígio devido a ofensiva neoliberal, com a qual a universidade está se “moldando” para atender um “nicho” de mercado, dando lugar ao profissional liberal, flexível e autônomo, regulado pelo sistema capitalista. É necessário e urgente a resignificação do trabalho diversificado. A melhoria do desempenho do profissional depende da capacitação constante e da reflexão de qual seria a real função da universidade no contexto atual.

O entrevistado 5 acredita que o profissional em sua formação precisa ter um maior envolvimento na relação teoria e prática, para que ele:

“[...] possa fazer essa ligação né da teoria com a prática e conhecer mesmo a realidade pra que a gente possa propor mesmo algum projeto, algum programa conhecer as políticas o quê que a gente pode fazer pra melhorar a vida do usuário até garantir o direito que é dele.”

Para saber e desenvolver conhecimentos é necessário teorizar, refletir, pensar, pois é assim que o ser humano desenvolve a sua prática consciente; e para os supervisores e os próprios discentes, este fato torna-se um grande desafio, no desenvolvimento e comprometimento do processo de formação de futuros profissionais. O estágio, portanto, tem a finalidade de proporcionar ao discente a experiência necessária para o exercício consciente de sua profissão, sendo o discente o ponto de partida, no qual o mesmo se familiariza com as técnicas ou problemas básicos inerentes à sua atividade laboral.

O entrevistado 6 faz uma associação entre a grade curricular e a formação do assistente social, apontando que:

“[...] a atual grade curricular está respondendo sim as demandas do mercado de trabalho com algumas defasagens como eu falei no caso do Assistente Social na área da saúde, pois na formação ele está muito pouco preparado em minha opinião foca-se muito na assistência e esquece outras áreas como a previdência.”

A universidade fixa a duração mínima do estágio prático, em função do calendário escolar e da legislação vigente vinculados a cada disciplina. O desenvolvimento destas práticas visa à complementação da aprendizagem, mas alguns estudantes compreendem que essa duração mínima não é abrangente como deveria.

A questão da baixa qualidade do nível superior e a precarização do ensino, principalmente em cursos a distância que tem se proliferado no Brasil, são mencionados pelos entrevistados 7 e 8. O entrevistado 7 respondeu que:

“[...] a formação profissional do Assistente Social na contemporaneidade está dividida: por um lado você vê que tem bons profissionais saindo das universidades pronto pra atuar no mercado de trabalho, e por outro você vê o sucateamento dessa formação continuada exemplo disso são os cursos a distância, eu acho que a formação profissional do Assistente Social está bem diferenciada porque o número de profissionais que se formam em condições precárias está superando o número dos profissionais que estão se formando adequadamente. Então acho que essa questão tem que ser pensada.”

Avaliando o discurso do entrevistado verifica-se que para entender o papel do profissional de Serviço Social na contemporaneidade é necessário antes compreender a complexidade do sistema capitalista que impactam com a política, a cultura, as organizações sociais, a educação e o mercado de trabalho. Observa-se nesse ponto, o “sucateamento” da profissão tendo em vista a mercantilização do ensino superior. Essa precarização em tempos atuais rebate diretamente na formação do assistente social, descaracterizando uma formação crítica e qualificada dando espaço para o “aligeiramento” da mesma, de forma precária e sem o compromisso com um projeto profissional que visa uma transformação coletiva em defesa da classe trabalhadora e que dê respostas às demandas advindas do capitalismo.

De acordo com Forti e Guerra (2010, p. 1):

A formação e a intervenção profissionais do assistente social estão marcadas por inúmeros dilemas da contemporaneidade, e isso evidencia o nível da complexidade que marca o Serviço Social e a conseqüente necessidade de competência dos seus profissionais para enfrentá-la. Diferentemente de exigências restritas ao padrão técnico-instrumental o que o assistente social enfrenta nas duas esferas da vida profissional requerem ações abalizadas, intelectualmente responsáveis e fecundas, analíticas e críticas, capazes de lhe proporcionar compreensão suficiente para uma ação efetiva e qualificada na realidade social. Para isso, é imprescindível compreensão substancial de economia – da atual crise do capitalismo, da cultura, da política, dos movimentos sociais, das instituições jurídico-políticas, das organizações sociais e da dinâmica das relações grupais e interpessoais. Ou seja, é imprescindível uma compreensão da realidade social que viabilize uma atuação profissional responsável e conseqüente.

Assim, observa-se que a teoria ensinada durante o processo de formação deve ser voltada para a disseminação dos pressupostos que constituem uma nova dinâmica neoliberal. O profissional precisa estar preparado para intervir na sociedade, de forma prospectiva e crítica. Já o entrevistado 8 pontua que:

[...] a profissão do Assistente Social tem ficado um pouco a desejar no seguinte: os cursos a distancia, não que os cursos à distância eles sejam errados porque são cursos que são liberados pelo MEC, mas eu acho que a formação desses Assistentes Sociais fica mais fragilizada porque são futuros Assistentes Sociais que não vão para campo de estágio de forma correta, não sabem lidar com a realidade e às vezes são profissionais que vão adentrar no campo de trabalho com maior facilidade do que aqueles profissionais que passaram por aulas presenciais durante quatro anos se empenhando, fizeram estágio esse não vão saber adentrar porque eles se submetem aos famosos pregões né, que é aonde o profissional coloca ali a profissão em aberto e o prefeito lança um valor a ser paga e ele se submete a isso.

A fala desse discente mais uma vez enfatiza a questão do sucateamento da profissão, quando profissionais se sujeitam aos “pregões” em busca de uma oportunidade no mercado de trabalho onde quem “ganha” a vaga é aquele profissional que “cobra” menos pelos seus serviços, prática essa desenvolvida em muitos municípios, inclusive em Formiga cidade em que se localiza o lócus dessa pesquisa.

A qualidade da educação superior deve ser analisada em um contexto onde se multiplicam a quantidade de universidades particulares no Brasil. De acordo com Lewgoy (2009, p. 25):

O Brasil tem um dos mais acelerados processos de privatização do ensino superior no mundo o que resulta em instituições de mais variados níveis, em sua maior parte deficientes em relação às universidades públicas, como no aspecto do pouco investimento na área de pesquisa em razão de elevado custo demandado. Nessa perspectiva, pensar as exigências e os desafios contemporâneos à formação profissional demanda, necessariamente, refletir sobre as formas que transformam o processo educacional em mera mercadoria. Implica, também, debater as atribuições e o significado da produção de Serviço Social perante forças presentes na sociedade e como a atividade inscrita na divisão social do trabalho, o que supõe estabelecer uma estreita articulação entre exercício e formação profissional. A profissão é uma atividade historicamente determinada pelo modo como a sociedade se organiza, e ao mesmo tempo, pelo resultado do desempenho da categoria profissional, isto é, do posicionamento e das respostas oferecidas por ela às demandas sociais dos distintos grupos e classes sociais.

A qualidade dos cursos à distância e a precarização do ensino superior é colocada em cheque como um problema na formação de profissionais. De acordo com Mészáros (2005) é necessária uma mudança nos paradigmas da educação que nos direcione para além do capital, ou seja, as modificações na educação devem promover uma transformação social criando alternativas para a promoção educacional diferente dos padrões que temos atualmente. É emergente o estabelecimento de uma educação além do capital que promova transformações não somente pensando em “servir” o sistema capitalista. Mais do que isso, as reformas na educação precisam ser profundas, englobando a totalidade das práticas pedagógicas na sociedade, relevando o fato que as escolas e as universidades são responsáveis pelo sistema de internalização. Esse processo é inevitável e deve ser coletivo, somente dessa forma será possível a criação de uma nova concepção de mundo contrário a lógica do capital. O autor defende que é preciso universalizar o

trabalho e a educação como uma atividade auto-realizadora garantindo a sua sustentabilidade.

Avaliando a formação do assistente social na contemporaneidade, o entrevistado 9 e o entrevistado 10 defendem a importância da formação de profissionais que possam atuar criticamente na sociedade. O entrevistado 9 ressalta que:

[...] muitos profissionais se formam para apenas atuar no mercado de trabalho, ou seja, eles vão executar as tarefas e alguns formam com capacidade crítica para realmente poder fazer aquela articulação da teoria e da prática, mas uma grande necessidade é desses profissionais críticos, porque a maioria dos que estão se formando hoje são profissionais tecnicistas que apenas estão nas funções porque querem receber o seu salário e executar suas tarefas da forma mais simples possível, então na formação da contemporaneidade o que eu percebo é realmente isso, os profissionais tecnicistas, mas o que a gente realmente precisa no contexto que a gente vive hoje são de profissionais que se formam com capacidade crítica e que articulem a metodologia com a teoria.

Já o entrevistado 10 destaca que:

[...] o Assistente Social hoje ele é chamado a ser um a mais dentro da comunidade um diferencial porque ele já teve esse período de estudo então eu acho que ele é chamado a ser esse diferencial na população e tipo assim ensinar mesmo a população esclarecendo na questão dos direitos porque muitas vezes o cidadão não sabe quais são os seus direitos falta interesse as vezes também eu acho que é criar esse espaço de debate político eu acho que está faltando isso no meio do povo.

No atual contexto, os estudantes de Serviço Social precisam ser formados para serem profissionais críticos, intelectuais orgânicos, que de acordo com a concepção de Gramsci (1982) é aquele que está comprometido com os trabalhadores. O orgânico deve ser compreendido como o intelectual que ajuda na constituição de uma nova hegemonia ou se engaja em uma hegemonia já existente. A questão da organicidade advém da participação, do comprometimento, da formulação de concepções que auxiliem na ação política, sendo ela hegemônica ou não. Observa-se que Gramsci foge dos paradigmas clássicos de intelectual compreendendo que o intelectual deve estar apto a compreender a dinâmica e a dialética dos movimentos sociais.

O entrevistado 11 relata a importância da prática durante a formação como forma de conhecer as vertentes da profissão do assistente social, assim ele responde:

Partindo então primeiro pra falar do empenho de cada profissional né eu acho que começa desde quando você entra na faculdade se você quer ser um bom profissional você vai se empenhar em discutir tanto a parte teórica quanto a parte prática e fazer essa associação no campo de estágio que eu acho que é onde você tem a oportunidade de se aprimorar e não ficar preso só num campo de estágio pra conhecer só aquela vertente de atuação daquele profissional que está sendo sua referência, mas buscar também outras opções pra você entender também de uma forma geral como é feita a utilização dos instrumentais que o serviço Social disponibiliza pra gente.

O trabalho profissional deve evitar que haja um afastamento entre o discurso acadêmico e o cotidiano da ação profissional, reprovado pelas novas diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social (BURIOLLA, 2001). A análise das diretrizes curriculares será analisada a seguir.

O entrevistado 12, que é coordenadora de curso, aborda a questão das diretrizes curriculares, ressaltando que:

[...] a sustentação pra formação profissional as diretrizes curriculares de 2002 aquela proposta de ampliação os 3 núcleos fundamentos da vida social, fundamentos do trabalho profissional, fundamentos da sociedade brasileira que é uma proposta pra lá de interessante é um desafio formar dentro desses parâmetros pensando que vivemos um tempo de educação privatizada e mercantilizada. Então, efetivar a proposta é um desafio nessa conjuntura que não é favorável pra esse tipo de formação e também pra outras coisas que se relacionam com esse tipo de formação profissional.

As diretrizes curriculares, especificamente aquelas publicadas nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - (Lei nº 9394/1996) trouxeram normatizações e definições das Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. Não se pode deixar de ressaltar que essas diretrizes tiveram um papel importantíssimo no estabelecimento de um patamar comum no Ensino de Serviço Social, ao mesmo tempo estabelecendo uma descentralização, pluralidade e flexibilidade que são elementos vitais para que os ensinados nas universidades acompanhem as transformações científicas e tecnológicas da contemporaneidade.

De acordo com Pequiá e Rosa (2010, p. 160-161) as diretrizes gerais dispostas na LDB englobam os seguintes pontos:

- Pressupostos da Formação Profissional;
- Princípios e Diretrizes da Formação Profissional;
- Nova Lógica Curricular: com Núcleos de Fundamentação (Núcleo de Fundamentos Teórico metodológico da vida social, Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira e o Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional).

- Matérias Básicas (Sociologia, Economia, Política, Filosofia, Psicologia, Antropologia, Formação Sócio-Histórica do Brasil, Direito, Política Social, Fundamentos Históricos e Teóricos-Metodológicos do Serviço Social, Processo de Trabalho do Serviço Social, Administração e Planejamento em Serviço Social, Pesquisa em Serviço Social, Ética Profissional)
- Atividades Indispensáveis integradoras do Currículo (Estágio Supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso)

Ressalta-se que através da Resolução do Conselho Nacional Educação (CNE/ CES 15, de 13 de março de 2002) foram elaboradas as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social. Essas diretrizes possuem o intuito de nortear as Unidades de Ensino na Elaboração de seus Projetos Pedagógicos e de seus currículos plenos. Segundo essa formulação a formação profissional deve estar fundamentada numa concepção de ensino-aprendizagem baseada na dinâmica da vida social (PEQUIA; ROSA, 2010).

Para formação profissional do assistente social na contemporaneidade o entrevistado 13, que é supervisora acadêmica, expõe que é preciso:

Pensar em modificações que tem mudado o perfil do profissional visto que os estudantes tem um perfil que está em modificação a maioria são alunos trabalhadores e nós temos hoje todo o sistema educacional que não contribuiu com uma formação de qualidade, nós temos vivenciado várias condições que “precarizam” o ensino que desqualificam essa formação profissional, sendo um desafio grande.

O Sistema Educacional atual está assentado em bases onde o ensino é precário. O desafio realmente é grande. De acordo com Freitas (2003) a formação dos estudantes deveria ser pautada em uma educação emancipadora, mas são muitas as dificuldades, pois os agentes educacionais no mesmo momento em que são responsáveis por uma mudança nos rumos da Educação, eles também são vítimas da própria dinâmica capitalista e da precarização do ensino (FREITAS, 2003). Nessa seara a educação emancipadora não é missão apenas das universidades e do seu corpo docente; ela é um desafio para a sociedade, é preciso à constituição de um processo coletivo que leve a reflexão da emergência sobre as necessidades de uma população oprimida, despertando a necessidade para o desenvolvimento de tarefas necessárias para a modificação da estrutura social atual.

A segunda questão levantada foi no que tange a formação. O entrevistado 1 disse que:

Principalmente no quesito legislação, inclusive é uma questão que eu queria muito discutir a questão da grade curricular porque eu não acho tão

necessário tanto conhecimento na sala de aula que é um fundamental pra gente na prática ainda mais pra concurso que a gente sabe disso eu acho que nessa parte teve essa debilidade eu entendo ainda que o que foi importante é o professor ta dando o texto pra gente ta estudando porque isso ta preparando a gente pra poder ta estudando outros conteúdos fora da sala de aula porque a formação em si garante de forma muito básica muito superficial o acesso que a gente vai ter ao conhecimento de serviço social pra realidade então esse texto que a gente estuda em sala de aula às vezes o professor gasta três quatro semanas um mês pra estudar um texto em sala de aula pra mim é fundamental porque eu vou aprender como interpretar aquele texto fora da faculdade.

Observa-se que as disciplinas são importantes na formação do pesquisador para que ele possa não ser apenas um “repetidor”, mas ser capaz de pensar por si próprio e manusear as ferramentas na condição de executor de políticas sociais e não atuar somente na sua “fase terminal”. De acordo com Paulo Netto (1998, p. 13-16) é importante se observar a:

[...] questão de redimensionar o ensino com vistas à formação de um profissional capaz de responder, com eficácia e competência, às demandas tradicionais e às demandas emergentes na sociedade brasileira – em suma, a construção de um novo perfil profissional. Neste processo que foram ressignificadas modalidades prático-interventivas tradicionais e emergindo novas áreas e campos de intervenção, com o que se veio configurando, numa dinâmica que está em curso até hoje, um alargamento da prática profissional, crescentemente legitimado seja pela produção de conhecimentos que a partir dela se elaboram, seja pelo reconhecimento do exercício profissional por parte dos usuários.

O processo de formação dos estudantes deve ter como meta principal o compromisso com a competência, e isso pressupõe uma atenção especial à formação acadêmica de qualidade. Essa formação deve ser embasada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, que possam viabilizar uma análise concreta da realidade social estimulando uma preocupação contínua, constante.

O entrevistado 2 relata sobre a sua não satisfação com o curso:

Eu acho que antes de você entrar não quanto a você, mas o curso aqui deixou muito a desejar muito não sei se você tem percebido né, mas alguns alunos devem ter comentado com você, mas deixou muito a desejar porque, nós tivemos professores e professores já tivemos contratemos com reitoria com a direção com a coordenação justamente pra tentar melhorar isso a gente também não quer difamar a instituição porque ela tem também os prós dela ela tem os benefícios, mas eu acho assim que deixou muito a desejar na escolha de profissionais pra trabalhar sabe porque igual a gente está no 8º período e tem matéria que se teve duas aulas mesmo foi muito, então são coisas assim que a gente vai sair aqui da faculdade e ter que buscar mais porque a gente não teve uma boa base.

Então, assim eu acho que a UNIFOR pecou quanto a isso mas a universidade tem uma estrutura boa e tem tudo pra ser melhor ainda.

No depoimento acima nota-se que o entrevistado 2 considerou que o curso não atendeu as exigências necessárias para uma formação profissional qualificada. Um ponto que chama atenção no depoimento do estudante é a questão da fragilidade do processo de construção intelectual que tem rebatimento direto na formação profissional e na construção da identidade. De acordo com Netto (1998) a todo o momento esse processo nos leva a refletir como conseguir a participação efetiva dos acadêmicos, envolvendo-os nas necessidades da sociedade atual. Já o entrevistado 3 possui uma visão mais positiva e observa melhoras do curso, mas faz sugestões:

Olha o curso está melhorando muito, mas assim ainda tem muitas falhas eu acho que tem coisas que devia ser mais cobrado do aluno. Concordo também que os alunos, às vezes, não dão muita oportunidade, mas assim por exemplo igual essa questão do estágio eu acho que devia ser exigido os rodízios para que todos tenha mais experiência e possam ser trocadas dentro de sala de aula. Principalmente para os alunos que trabalham e não tem tanto tempo para se dedicar como deveria. Acho assim que deveria promover mais eventos mais coisas que aluno se envolva para está participando, melhorando a sua formação.

Na existência de poucas opções de vaga para estágio é emergente a adoção da trocas de experiências em sala de aula, daí a necessidade da supervisão acadêmica. O entrevistado acima coloca claramente o anseio em conhecer várias áreas de atuação profissional, possibilitando ter maior conhecimento e prática acerca da realidade social. Destaca ainda o problema do estudante trabalhador que não consegue se dedicar ao estágio conforme está preconizado na PNE e nas legislações pertinentes ao mesmo, sendo esta uma realidade que vivenciamos atualmente, principalmente em instituições privadas em que os discentes precisam trabalhar para pagar as mensalidades da faculdade e o tempo disponível para a realização do estágio é muito limitado. O cumprimento do mesmo, na maioria dos casos, se dá somente devido a obrigatoriedade para concluir o curso.

O profissional deve ser preparado para o atendimento aos requisitos do mercado de trabalho, mas de outro lado não deve se limitar a eles,

[...] cabe uma sólida formação teórica (ético-política) e metodológica, ou seja, capacitação suficientemente qualificada em termos de conhecimentos teóricos e possibilidade interventivas. Assim, pretende-se destacar que, além da relevância teórica, cabem possibilidades práticas, pois, por melhor

que seja formulada, a teoria não é capaz, por si só, de processar qualquer alteração de realidade concreta. Contudo, a prática como atividade efetiva que permita transformação na realidade natural ou social não é uma atividade qualquer, mas atividade que possibilita ao sujeito reflexão sobre sua ação e revelações sobre a realidade - que possibilita decifração das categorias e captação da legalidade dos fenômenos. É uma ação capaz de proporcionar conhecimentos, transformando e qualificando nossas ideias sobre as coisas e de nos fornecer meios, caso que tenhamos intenção de modificá-las. (FORTI; GUERRA, 2010, p. 2).

Sabe-se que a educação e o sistema de ensino podem modificar a sociedade, a partir de uma revolução cultural. Logo, o desenvolvimento crítico, deve ser uma constante na vida das pessoas.

O entrevistado 4 não respondeu sobre a sua satisfação em relação ao curso de Serviço Social realizado na UNIFOR. Já o entrevistado 5 disse que acha que ao longo do curso a instituição melhorou principalmente no que diz respeito ao estágio supervisionado.

[...] o núcleo de estágio principalmente esse semestre agora está bem mais organizado. A questão da documentação acho interessante que nenhum outro curso tem isso que a gente tem aqui uma salinha só pra cuidar de estágio. Então, na opinião, isso é um ponto positivo que a instituição tem no que tange ao estágio eu acho bacana a questão da documentação porque a gente tá comprovando que realmente fez o estágio e dessa forma vai tá podendo competir no mercado de trabalho com outros profissionais de outras instituições que não comprovaram.

O estágio é um ponto crucial na formação do estudante (PAULO NETTO, 1998). Diante da sociedade brasileira atual é emergente pensarmos sobre a questão da qualidade do ensino das práticas e como ela é desenvolvida. A prática é o ponto de partida do conhecimento, a base da teoria. Por outro lado, não podemos descartar que “a criatividade” e “a adequação” devem estar presentes no desenvolvimento da prática.

Independente do campo em que se desenvolve o estágio prático, o estudante, em sua fundamentação profissional deve buscar, criar e pensar, e com isso desenvolver iniciativa, segurança nas suas ações.

Para saber desenvolver conhecimentos é necessário teorizar, refletir, pensar e, para os supervisores e para os próprios estudantes, este fato torna-se um grande desafio, no desenvolvimento e comprometimento do processo de formação de futuros profissionais.

O estágio prático, portanto, tem a finalidade de proporcionar ao estudante a experiência necessária para o exercício consciente de sua profissão, com o qual o mesmo se familiariza com as técnicas ou problemas básicos ligados à profissão.

O entrevistado 5 menciona a questão da eficiência do estágio como parâmetro para dizer se gostou ou não do curso realizado, dizendo que:

Eu acho que uma das críticas que eu faço é a necessidade de abertura de campo de estágio na minha cidade que não tem porque eu tive uma dificuldade enorme eu tentei junto com o setor de estágio fazer essa abertura, mas a faculdade nem sequer entrou em contato com a minha cidade pra tentar fazer essa abertura de campo de estágio eu tive que vir para Formiga pra tentar fazer esse estágio. No primeiro período isso eu acho uma defasagem enorme a faculdade deveria investir mais nessa abertura de novos campos de estágio acredito que o supervisor acadêmico ele tem que está presente sim nos campos de estágio tem que fazer uma visita nem que seja uma vez ao mês ou uma vez ao ano pra sentar conversar até mesmo pra ver como está o estagiário ali dentro. Mas acredito que avançou muito também prova disso é a questão de ter uma sala de estágio ter uma organização ter uma pessoa que você sabe que é aquela pessoa que você pode procurar, e a questão que avançou muito também é a questão do supervisor de campo avaliar o estagiário é fundamental porque só o supervisor acadêmico avaliar acho que não faz sentido (ENTREVISTADO 5).

Avaliando o que entrevistado disse, pensou-se na questão sobre quais atribuições deveriam estar na categoria supervisão. De acordo com Ortiz (2010, p. 7-8):

Ainda que seja uma das atribuições privativas do assistente social, bem como uma exigência curricular obrigatória, a realização da supervisão e do estágio não se faz sem dificuldades; ao contrário, são inúmeros os obstáculos e complicadores para a efetivação de ambos os processos. Podemos citar alguns, tanto do ponto de vista do exercício da profissão em si quanto da formação profissional, em tempos de crise contemporânea do capital. Nesse sentido, pode-se afirmar que as transformações do mundo do trabalho têm incidido negativamente sobre todos os trabalhadores não descartando assim o assistente social, que por ser um trabalhador assalariado, tem sido igualmente atingido pela redução das equipes e pela sobrecarga de trabalho, especialmente na esfera privada e no chamado “terceiro setor”.

O entrevistado 6 reclamou da questão do estágio em sua formação: “No quarto período nós tivemos que fazer um estágio de observação eu acho que durante esse estágio de observação a supervisão acadêmica ela deixou muito a desejar.” O entrevistado 7 falou sobre problemas com o Supervisor de campo: “[...] o que eu penso, é nessa questão de ter mais envolvimento entre o Supervisor de campo da professora responsável pelo estágio com os outros Supervisores de outras cidades.” Já o entrevistado 8 disse que é preciso: “[...] abrir mais campo de

estágio, por exemplo, principalmente no Fórum, nessas partes que são mais fechados tem que buscar parceria sabe.” Já o entrevistado 9 disse que “[...] nós não conhecemos o campo de estágio, então a instituição deve ir até o campo e conhecer, para depois estabelecer essa relação de trazer o supervisor para cá.” Sobre a importância do supervisor de estágio ressalta-se que:

Historicamente os currículos de Serviço Social não têm indicado quaisquer disciplinas e/ou conteúdos voltados prioritariamente para o desenvolvimento da supervisão de estágio. Diante dessa lacuna, muitos supervisores se inspiram, basicamente, em suas próprias experiências como estagiários de Serviço Social para o encaminhamento do processo de supervisão. Apenas mais recentemente as unidades de ensino têm incluído em seus ementários alguns conteúdos voltados para a prática da supervisão de estágio em Serviço Social. No entanto, ainda há muitas lacunas nesse sentido, Apenas mais recentemente as unidades de ensino têm incluído em seus ementários alguns conteúdos voltados para a prática da supervisão de estágio em Serviço Social. (ORTIZ, 2010, p. 8).

Por fim, fechando as análises sobre a categoria “formação profissional” perguntou-se aos entrevistados qual a avaliação eles fizeram do curso e se pretendem atuar na área.

O entrevistado 1 disse:

Gostei muito do curso pensei que seria uma coisa totalmente diferente eu costume até brincar com meus amigos, pois quando eu passei no vestibular à quatro anos os meus colegas do ensino médio me rotularam, me colocaram para baixo acharam que era um trabalho como qualquer outro e só depois que eu fui ler e entender os livros, conhecer melhor a profissão. Destaco ainda o campo da pesquisa, porque é muita pesquisa produzida. Será que conseguimos materializar todos aqueles conteúdos? Então eu percebi isso sim é um curso importante que precisa estar se desenvolvendo e precisa de aprimoramento principalmente no campo da pesquisa em relação ao usuário.

A partir dessa fala, constata-se que a entrevistada consegue entender a necessidade de relacionar a teoria adquirida na graduação com a prática cotidiana, além da importância da pesquisa como uma constante, tendo em vista as exigências do mercado de trabalho, que cada vez mais busca um profissional que atenda às demandas contemporâneas. A importância do Serviço Social na contemporaneidade é mencionada por Oliveira (2004a, p. 61):

A contemporaneidade exige cada vez mais profissionais qualificados, dotados de conhecimentos especializados e atualizados, flexibilidade intelectual no encaminhamento de diferentes situações e capacidade de análise para decodificar a realidade social. Tais exigências inerentes à qualificação profissional competente consistem num verdadeiro desafio

para as diferentes profissões. No Serviço Social, este processo de capacitação continuada tem sido alvo de constantes debates da categoria.

Como observado na citação acima a contemporaneidade leva a reflexões sobre a formação profissional, inclusive a necessidade dos fundamentos do processo formativo ser reafirmado, uma vez que o profissional deverá ser dotado de uma competência teórica-crítica, dando-lhe fundamentação e subsídios para atuar nas mais variadas formas e expressões da “questão social”, de acordo com o projeto ético-político e o Código de Ética Profissional.

O entrevistado 2 disse que gostou de ter cursado Serviço Social.

Eu entrei no Serviço Social porque minha irmã é assistente social apesar de não atuar, mas eu gostei muito da proposta do curso quando ela me falava. Há também uma amiga minha que se formou na primeira turma e trabalha como assistente social hoje. Então, gostei muito da proposta do curso, não sei se vou atuar como assistente social a princípio, mas futuramente quem sabe? Mas eu gosto da profissão acho uma profissão bonita sabe, mas acho que ainda temos que aprimorar bastante para entrar no mercado de trabalho.

Menezes e Oliveira (2010, p. 1, grifo do autor) afirmam que a formação profissional deve ser compreendida como um processo, “[...] *determinado socialmente no conjunto mais geral de uma dada formação social, que expressa o contexto contraditório da universidade; portanto, é um projeto que envolve capacitação continuada e não se reduz ao período de graduação.*” É defendida aqui a importância da educação continuada. A universidade nessa vertente deve ser:

[...] um espaço amplo de preparação científica; uma capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operacional, alicerçada na vertente crítica, que permite ao profissional interpretar a realidade social no seu movimento estrutural e conjuntural.” (MENEZES; OLIVEIRA, 2010, p. 2, grifo do autor).

Os entrevistados 3 e 4 disseram objetivamente que gostaram do curso sem dar justificativas plausíveis. O entrevistado 5 simplesmente não respondeu. Já o entrevistado 6 pontuou:

Bom, era isso mesmo que eu queria quando eu entrei, eu tive um pouquinho de dúvida porque eu já vinha de um outro curso mas agora já nesse finalmente eu vejo que é isso mesmo que eu quero trabalhar com os usuários na área mesmo da assistência não no assistencialismo, mas na garantia do direito na divulgação também porque eu acho que os serviços do CREAS não são divulgados e um dos princípios diretivos né que a gente

tem que divulgar e eu vejo que é muito enriquecedor e eu creio que eu vou ser uma boa assistente social.

Importante ressaltar que as diretrizes do curso de Serviço Social são essenciais para a compreensão das atribuições do profissional de Serviço Social. De acordo com Pequiá e Rosa (2010, p.9) “[...] segundo as Diretrizes Gerais para o Curso, a formação profissional deve estar fundamentada numa concepção de ensino-aprendizagem baseada na dinâmica da vida social.” Para Yamamoto (1998) é necessário abordar o Serviço Social na sua totalidade, ou seja, em suas várias relações com o modo de produção/reprodução da vida social e com todas as instâncias que influenciaram e incidem na prática profissional ao longo de sua história. Sendo assim, é necessário investir na pesquisa e trabalhar no campo das mediações, que nos dá condições para entender as singularidades do fazer profissional, que “clama” por um olhar mais amplo.

4.3 Relação teoria x prática

Inicia-se a análise da categoria relação teoria x prática, indagando aos entrevistados como foi a relação teoria e prática no campo de estágio, o entrevistado 1 disse que:

Olha eu vejo que é uma relação a longo prazo, porque não pode chegar lá no campo de estágio já colocando aquela teoria tem que esperar fazer uma releitura daquela realidade e depois aos poucos ir adaptando a nossa teoria lá, mas é claro que tem os pressupostos legais que nós temos que respeitar mas de forma mais aprofundada nossa teoria é um relacionamento a longo prazo.

A questão da teoria e prática é algo bastante discutido na formação do assistente social. O estágio tem que ser contundente no fornecimento de experiências que se sustentem com a teoria. A demanda por conhecimentos teóricos é uma constante na vida do profissional, como também é constante a busca pelo aperfeiçoamento contínuo.

O estudante precisa desenvolver o senso crítico durante a sua formação. Esse senso será vital para o crescimento profissional. Assim, a teoria ensinada deve ser crítica, de acordo com Santos (2010, p. 50) é emergente:

Uma teoria crítica que objetive romper com a ordem capitalista não resulta, de imediato, em uma prática de ruptura com essa ordem. Para isso são necessários os fins e os meios. Para o homem agir, são necessárias condições socioeconômicas, políticas e culturais, também fornecidas pelas práticas humanas que favoreçam essa ação com ruptura. A teoria contribui, inclusive, para analisar se as possibilidades de ruptura e as mediações necessárias a essa transformação. Como se trata de uma prática profissional com uma dimensão intelectual, cuja intervenção afirma ser constituída, pelas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, a passagem da teoria à prática requer uma consciência da finalidade da ação profissional, dos resultados que se pretendem alcançar idealmente. Essa consciência, nesse caso requer um conhecimento teórico que possibilite a escolha da finalidade da ação, ao oferecer uma análise das situações e dos processos sociais que envolvem a ação. Requer também a identificação dos “meios possíveis” para se alcançar a finalidade posta e avaliar suas implicações, assim como a compreensão das relações causais que se interpõem entre a finalidade ideal e o resultado real. É necessário conhecimento teórico que possibilite o projetar de ações idealmente e a compreensão dos resultados real possível a esse processo.

O entrevistado 2 disse que tem dificuldade de relacionar a teoria com a prática em seu campo de estágio.

É igual eu te falei no meu campo de estágio pra mim relacionar a teoria e a prática é um pouco difícil porque eu não tenho assim aquela perspectiva igual a um CREAS ou CRAS, por exemplo, ali é uma instituição de longo permanência porque igual o meninos que fazem estágio só no dia de sábado eles não tem oportunidade, eles não sabem o que é uma visita domiciliar. Então, se você for perguntar pra eles o que é prática não vão saber, não vão saber como entrevistar o usuário, uma família e fazer uma visita domiciliar. Então, a teoria junto com a prática ali fica um pouquinho restrita mesmo.

Na verdade, a prática do profissional do Serviço Social é vista a partir de sua relação com o usuário, os empregadores e demais profissionais, onde há de se considerar as condições sociais, políticas e econômicas nas quais se objetiva, uma vez que suas atividades são socialmente determinadas. Partindo do pressuposto de que a realidade social só pode ser conhecida em sua totalidade a partir da categoria trabalho, considerada nesta análise como “o fundamento ontológico do ser social”, é preciso buscar compreender como a força de trabalho se desenvolve na ordem do capital.

A questão da qualidade do estágio e a duração do estágio são colocadas em xeque pelo entrevistado 5. Os campos de estágio foram criados para atender mais uma necessidade do estudante trabalhador de ter o estágio registrado no seu processo de formação, mas o estágio está longe de ser somente isso. A busca do saber em Serviço Social aproxima à prática da teoria, na medida em que o

estudante utiliza o processo ensino aprendizagem nas ações realizadas durante o estágio. De acordo com Caputti e Amiucci (2010, p. 3):

Somente assim os estudantes estarão construindo suas competências e habilidades voltadas para superação dos conflitos existenciais e éticos, vividos entre a experiência teórica e prática, bem como o enfrentamento dos desafios da convivência social e um novo mundo, o do trabalho, no decorrer de sua trajetória de vida.

O entrevistado 3 disse que o seu professor de estágio semanalmente indicava textos para a elaboração de relatórios, para os alunos poderem ter mais propriedade de fala no atendimento ao usuário. De acordo com Yamamoto (1998) o projeto profissional possui conquistas, mas também dilemas, a perspectiva de um profissional que esteja atento à competência teórico-crítica, que tenha compreensão das principais matrizes do pensamento social é um projeto inconcluso, a luta pela hegemonia é uma condição permanente para o avanço da direção social defendida no projeto ético-político do Serviço Social.

O entrevistado 5 disse que o reconhecimento da teoria durante a prática é algo que só pode ser conquistado durante o processo do estágio.

De início a gente tem certo susto né porque a gente sempre pensa que a teoria não é igual a prática, só que eu não sei se com o decorrer do estágio e da teoria aqui dentro da faculdade a gente vai aprendendo a relacionar uma coisa com a outra, porque de início o que vem na sua cabeça é isso, que a prática não tem nada haver com o que eu aprendi, aqui mostra uma coisa e as vezes na prática as coisas não funcionam tão bem. Mas, no decorrer do estágio a gente vai aprendendo a relacionar uma com a outra.

Difícil identificar a relação teoria e prática, sendo este um dos grandes desafios do estágio. Uma vez para muitos discentes e até mesmo para os supervisores de campo isso está longe de acontecer, talvez pelas próprias fragilidades que o campo de estágio oferece, ou pela “acomodação” tanto do estagiário quanto do supervisor de campo que não possuem um olhar ampliado desse processo, precarizando o mesmo. Vejamos o depoimento de um supervisor de campo entrevistado que deixou bem claro essa afirmação.

Os alunos chegam no estágio com uma certa expectativa, com alguns anseios e quando chegam aqui logo percebem que não é bem assim que as coisas funcionam, que tudo que aprendemos na faculdade é muito importante mas existe toda limitação e realidade que enfrentamos que difere muito do que aprendemos. Isso é muito difícil fazer com o que o aluno entenda. (Supervisor de Campo).

Já o segundo supervisor de campo entrevistado nos diz o seguinte:

Embora seja difícil fazer essa relação da teoria com a prática, a gente consegue estabelecer isso aqui no estágio, pois sempre pergunto aos estagiários o que estão estudando em sala de aula e o que conseguem relacionar com o que vivemos aqui no nosso cotidiano. Muitos colocam a questão das limitações institucionais, outras falam das expressões da questão social e por aí vai...

Para entendermos o pressuposto que na prática a teoria é outra, Santos (2010, p. 1-2) explica que:

O primeiro é de o de que a teoria se transforma em prática, ou seja, espera-se que uma teoria, que tem por orientação a ruptura com um referencial teórico conservador, ofereça de imediato uma prática de ruptura com a ordem conservadora. A associação é direta: teoria de ruptura igual à prática de ruptura. Com essa transposição, afirma-se na prática a teoria é outra. O segundo entendimento vai na contramão do primeiro. Defende-se que a prática fala por si só, ou seja, a ação prática oferece, também de imediato, a teoria, a qual seria, portanto, apenas a sistematização da prática com isso, consagra-se afirmativa na prática a teoria é outra, mas não de forma acusativa e sim com tom de conformação, em que a prática seria mais importante que a teoria. O terceiro entendimento- que remete ao primeiro- é o de que a teoria social de Marx não instrumentaliza para a ação. Tal afirmativa quer denunciar, igualmente, que a teoria não está se transformando em prática, todavia, destina-se diretamente a uma particular direção teórica, à teoria social de Marx: a teoria social crítica não está se transformando em prática crítica. Ao se direcionar essa afirmativa a uma prática profissional, no caso à prática profissional do Serviço Social, a queixa é de que a teoria de ruptura não está se transformando em uma prática de ruptura, o que mais justifica a ideia de que na prática a teoria é outra.

O entrevistado 6 reconhece a importância da teoria e da prática.

É de suma importância porque o que a gente aprende em sala de aula a gente coloca lá na prática com a elaboração dos relatórios com a percepção da realidade das visitas então assim o seu olhar crítico a sua visão crítica você aprende a ter com a teoria na aula você coloca em prática ali.

De acordo com Chaves (2010, p. 10) se faz importante “[...] compreender as diferenças entre teoria e prática para que seja possível vislumbrar as potencialidades dessa relação no cotidiano da prática profissional.”

A relação teoria e prática precisa ter ligação com àqueles valores que norteiam o projeto ético político do Serviço Social. O entrevistado 6 reconhece o papel da supervisora na ajuda da compreensão sobre a teoria e a prática:

No meu campo de estágio atualmente é fácil fazer isso porque a minha supervisora é docente aqui então sempre quando surge alguma situação que a gente já estudou aqui principalmente nas disciplinas que ela lecionou ela sempre tá lembrando olha aquela coisa daquela tal matéria tá acontecendo assim só que no meu campo de estágio é a saúde mental então o Serviço Social não dá tanto ênfase a essa área como assistência, mas eu consigo relacionar sim principalmente quando a gente passa a observar a questão daquele círculo vicioso o paciente que tá no CAPS ele já é beneficiado de outras políticas.

Assim, verifica-se que a prática interventiva do Serviço Social (SANTOS, 2010, p. 50) deve:

Assumir o seu compromisso com uma ação profissional voltada para a defesa dos direitos sociais, equidade e justiça social, comprometida com a luta pela consolidação da cidadania e da democracia, que incentive a organização da população – em consonância com o projeto ético-político profissional-, pode contribuir para o fortalecimento de uma consciência revolucionária e de uma materialidade de ampliação da cidadania que, em última instância, colidem com a lógica do Capital.

Mais do que uma prática de ruptura, é preciso que a teoria seja crítica que tenha como objetivo principal o rompimento com a lógica da ordem capitalista. O estudante precisa ser instrumentalizado para agir dentro das atuais condições socioeconômicas com o exercício de práticas humanas que favoreçam essa ruptura.

Já o entrevistado 6 disse que a visão da supervisora atrapalhava muito a sua compreensão sobre a teoria e prática, assim se observa:

No meu campo de estágio do 6º período pra cá foi muito difícil por questão da relação primeiro porque a minha supervisora de campo é formada a muito mais tempo, então já tem assim um impacto de formação muito grande tudo que ela aprendeu na época dela eu já não aprendo mais por estar ultrapassado, assim, então eu tive muita dificuldade nessa relação e toda vez que eu tentava conversar alguma coisa com ela as respostas eram muito evasivas e eu tentava fazer essa relação sozinha.

Nesse sentido, ressalta-se a importância do supervisor acadêmico para contribuir com o discente nessa articulação da teoria com a prática. Ele precisa estar atualizado com as emergências do mundo moderno, pois se sabe que o estágio é a porta de entrada do profissional para o mercado de trabalho.

Já no sentido contrário, o entrevistado 7 disse que o fato da supervisora ser nova ajudou muito no desenvolvimento da relação teoria e prática.

No meu campo de estágio a minha supervisora é uma supervisora nova né, ela formou não tem muito tempo tem uns 5 anos mais ou menos ela

estabelece muito bem a relação entre a teoria e prática inclusive a sala dela é cheia de livros, livros acadêmicos onde ela leva a teoria até a prática ela me ensina principalmente ela adora a matéria de fundamentos teórico e metodológicos de Serviço Social. Então, tudo que ela faz ela fundamenta com uma determinada teoria, vamos voltar lá no seio porque ali tem a teoria e eu vou te levar para a prática agora.

De acordo com Oliveira (2004a, p. 68) existem duas dimensões na supervisão no ensino de Serviço Social. A autora ressalta que essas dimensões são excludentes, porém elas não são distintas.

Uma supervisão acadêmica, tida como prática docente e, portanto, sob responsabilidade do professor-supervisor no contexto do curso e a supervisão de campo, que compreende o acompanhamento das atividades práticas do aluno pelo assistente social, no contexto do campo de estágio.

Porém a supervisão de uma forma geral deve ser um elemento de ensino da prática profissional, dada à dimensão teórico-prática do Serviço Social, Oliveira (2004a, p. 69) explica que:

Sua operacionalização envolve um conjunto de sujeitos – o aluno, o professor-supervisor acadêmico, o assistente social-supervisor de campo, os demais profissionais e pessoas envolvidas no cotidiano do campo de estágio – diretamente envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, e que desempenham diferentes papéis e funções na efetivação das atividades didático-pedagógicas, destacando-se aqui a supervisão. Entretanto, verifica-se uma dificuldade na identificação dos papéis desempenhados pelos diferentes sujeitos no processo formativo do Serviço Social, o que tem ocasionado equívocos na efetivação do estágio supervisionado.

O entrevistado 8 reconhece a importância da sua supervisora no campo de estágio dizendo que ela ajudou bastante na formulação de conceitos que puderam ser vivenciados no estágio.

Assim no meu campo de estágio eu posso ver isso acontecer, ela é aberta nessa questão, a gente conversa bastante sobre a teoria e no caso dessa teoria e prática os fundamentos teóricos me ajudou bastante na compreensão da visão do usuário. Algumas matérias mais específicas como projetos sociais são fundamentais pra isso, para esta relação entre a teoria e prática.

O supervisor de campo fica incumbido de auxiliar/acompanhar no ensino da prática, enquanto que o professor-supervisor acadêmico e/ou responsável pela disciplina de estágio é responsável por articular os conhecimentos teóricos à prática profissional vivenciada no estágio.

O entrevistado 9 disse que conseguiu fazer a relação teoria e prática e fala sobre a realização de um relatório.

Olha, eu vejo assim a relação quando eu vou fazer um atendimento por exemplo, que eu passo para o usuário a questão dos seus direitos nas coisas que eu aprendo em sala de aula, o Código de Ética tem a questão do respeito com usuário, acho que tudo isso aí se concilia com a prática. Por exemplo, com a teoria que aprendi em sala aula me auxiliou ao fazer um relatório num atendimento social.

A formação e intervenção do assistente social é marcada pelos dilemas contemporâneos, esses se traduzem nas peculiaridades do Serviço Social ante as requisições que exigem do profissional ações competentes, intelectualmente responsáveis e fecundas, analíticas e críticas, capazes de lhe proporcionar compreensão suficiente para uma ação efetiva e qualificada na realidade social, sendo preciso compreendê-la de fato (FORTI; GUERRA, 2010).

Deste modo apresenta-se como um grande desafio à categoria profissional, a formação de profissionais capazes de apreender criticamente as demandas, onde além da relevância teórica, cabem possibilidades práticas, uma vez que a teoria por si só, embora bem formulada, não é capaz de processar qualquer alteração na realidade concreta. Cabe ao profissional buscar responder as necessidades sociais, onde os fundamentos apreendidos lhe permitem justapor o senso comum.

O entrevistado 10 reconhece a importância do conhecimento teórico para a realização da prática no estágio.

Na minha concepção eu acho que é muito importante ter embasamento teórico porque se não você não consegue perceber a realidade de uma forma mais profunda você não tem embasamento teórico você também não consegue perceber o que está acontecendo a sua volta e você saber conhecer exatamente o que são esses instrumentais como eles podem ser utilizados porque em cada caso que você se depara e cada instituição que você trabalhar você vai utilizar aqueles instrumentais de uma maneira diferente.

A importância do conhecimento teórico para o desenvolvimento da prática é inegável, mas verifica-se que a teoria e a prática, podem ser compreendidas como elementos de naturezas distintas. Elas se confrontam a todo o momento, onde se indagam, negam-se e superam-se, e nesta relação, embora às vezes contraditória, encontram sua unidade, que por sua vez é histórica, relativa e provisória, contudo, teoria e prática mantêm sua especificidade e autonomia (FORTI; GUERRA, 2010).

O entrevistado 12 disse que “[...] *em nenhum momento a teoria se separa da prática e vice-versa agora a gente precisa assinar a análise e olhar pra realidade pra ver como é que ela acontece.*” Já o entrevistado 13 relatou que:

Então será que porque na prática a teoria é outra né, a velha questão que tem nos movido desde a nossa graduação agora no exercício profissional, mas eu penso que só uma reflexão em cima de toda essa formação profissional a gente pode de fato articular a teoria e prática desenvolver uma prática mais crítica e, ao mesmo tempo em que, a gente tá trabalhando no cotidiano a gente tá repensando essa teoria.

Analisando a questão da teoria e da prática no estágio supervisionado de Serviço Social verifica-se que durante a realização do estágio os estudantes devem ter oportunidade de conhecer as diferentes possibilidades de atuação. Tendo a opção de escolher uma área específica para aprofundamento, mas sem deixar de conhecer as demais, para que o trabalho não se torne alienado ou fragmentado.

A teoria é um componente importante em nossa atuação, pois nos dá subsídios para entender e perceber os principais dilemas sociais contemporâneos. Sabemos que a teoria por si só não é capaz de processar qualquer alteração na realidade concreta. É necessário vincular a prática a ela, pois essa possibilita ao sujeito reflexão sobre suas ações e revelações sobre a realidade. Proporciona conhecimentos e meios de transformar uma realidade “imposta”.

Forti e Guerra (2010) afirmam que o nosso desafio consiste em formar profissionais capazes de atuar na realidade, com criticidade e condições de identificar as demandas postas. Não devemos nos influenciar pelo senso comum concordando com o jargão: “Na prática, a teoria é outra”. Cabe-nos investir na problematização dos fenômenos, trazê-los para o campo da análise rigorosa, fecundamente crítica e prospectiva (ver adiante). É necessário conhecer e descobrir os fundamentos reais da situação histórico-social. O entrevistado n. 16 reforça essa afirmação:

Para entendermos bem essa relação da teoria com a prática é preciso romper com a visão de uma atuação fragmentada, superficial. Temos que entender a dinâmica da vida social dos nossos usuários dentro das suas especificidades, sabendo interpretar essa sua realidade, para fazermos uma intervenção devida. Temos que romper com o olhar do senso comum, que faz “pré-julgamentos” das situações.

O senso comum nos induz a achar que devemos dar respostas imediatas às questões ora apresentadas, sendo esta uma exigência capitalista, que por vezes

acabamos nos submetendo, desconsiderando as possibilidades de emancipação do sujeito. A falta de uma leitura fundamentada da realidade pode trazer sérias consequências ao trabalho profissional, levando-o a adotar uma postura que é a “inquestionabilidade” da sociedade burguesa.

O trabalho é categoria social, sendo considerado vital para a nossa existência, pelo qual o homem se constrói, constitui a sua individualidade e também a totalidade social de que faz parte. Com base no pensamento marxiano, temos claro que a relação entre a teoria e a prática não se dá imediatamente, necessita revelar a realidade social e para isto se faz necessário entender a dinâmica social na qual os sujeitos estão inseridos. O homem consegue desvelar a realidade pela via do conhecimento teórico.

A teoria e a prática se confrontam a todo o momento: questionam-se, negam-se e superam-se, buscando sempre uma unidade que é histórica, relativa e provisória. O conhecimento teórico (ético-político) é que nos permite imprimir sentido à nossa ação, uma vez que nos dá direção social do significado e do “fazer” profissional.

4.4 Supervisão Acadêmica de Estágio

Para iniciarmos essa análise sobre a supervisão acadêmica de estágio, é importante ressaltar sua importância no processo de formação do discente, uma vez que a mesma se constitui como elemento integrante do processo de trabalho do assistente social no exercício da docência. A supervisão é uma atividade privativa do profissional de Serviço Social e faz parte do seu trabalho, não devendo ser encarada como um “apêndice” na sua atuação, com um caráter voluntariado, desprivilegiando o fazer profissional.

Há que se buscar estratégias que visem consolidar a supervisão de estágio, mesmo sabendo todos os dificultadores desse processo, tendo em vista a lógica capitalista, agravada pelas condições de trabalho precarizado, na qual estamos inseridos em que a redução das equipes de trabalho, a diversidade da demanda, a busca pelo trabalhador “polivalente” e a conseqüente sobrecarga de trabalho, são recorrentes no cotidiano profissional do assistente social refletindo diretamente na supervisão.

Façamos então, uma melhor compreensão da importância da supervisão acadêmica aos sujeitos da pesquisa.

O entrevistado 1 disse que: *“É imprescindível pra mim, se não fosse o estágio em determinados momentos eu estaria despreparado para muita coisa depois.”*

O estágio é uma atividade curricular em que o estudante pode colocar em prática o seu conhecimento se preparando para os desafios “postos” a profissão. O estágio também se insere no contexto da supervisão acadêmica profissional, pois os estudantes recebem orientações diretas que serão indubitavelmente de grande valia para seu exercício profissional.

Lewgoy (2009), na sua obra *Supervisão de estágio em Serviço Social*, afirma que na realização do estágio o estudante possui a possibilidade de estar em contato direto com situações concretas. Tal apropriação dá a oportunidade de terem contato com situações reais de trabalho em seus respectivos campos de estágios. Esses campos podem ser compreendidos como sínteses de múltiplas determinações, de muitas relações sociais, políticas, históricas, econômicas e ideológicas.

Sobre a importância da supervisão acadêmica de estágio o entrevistado 15 disse que foi:

Muito importante porque assim apesar desses limites e tudo a gente consegue ter uma visão mais ampla através não só da instituição, mas através de textos que a gente faz através das visitas domiciliares que a gente faz às famílias dos idosos. Até mesmo nas conversas com os idosos a gente vai se aprimorando.

A supervisão acadêmica do estágio deve ser concebida como um campo de treinamento, um espaço de aprendizagem coletiva do fazer concreto do Serviço Social. Durante o estágio o estudante vivencia diferentes situações, de atividades de aprendizagem profissional que serão importantíssimas para o seu desenvolvimento profissional. O estágio é o momento do estudante formar a sua identidade profissional embasada em situações vivenciadas, reflexivas e críticas, por isso, elas devem ser planejadas sistematicamente.

Sobre a supervisão acadêmica, o entrevistado 3 disse: *“É muito importante embora eu acho que aqui no UNIFOR não acontece.”* A supervisão acadêmica é um ponto chave na formação do estudante.

O estágio supervisionado situa-se como um elemento do ensino da prática profissional, dada a dimensão teórico-prática do Serviço Social. Sua

operacionalização envolve um conjunto de sujeitos – o aluno, o professor-supervisor acadêmico, o assistente social-supervisor de campo, os demais profissionais e pessoas envolvidas no cotidiano do campo de estágio – diretamente envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, e que desempenham diferentes papéis e funções na efetivação das atividades didático-pedagógicas, destacando-se aqui a supervisão. Entretanto, verifica-se uma dificuldade na identificação dos papéis desempenhados pelos diferentes sujeitos no processo formativo do Serviço Social, o que tem ocasionado equívocos na efetivação do estágio supervisionado (OLIVEIRA, 2004a, p. 68).

É recomendável que a instituição pesquisada verifique se estão ocorrendo problemas na supervisão acadêmica. Como visto na citação anterior, existe uma real dificuldade na identificação dos papéis desempenhados pelos diferentes profissionais no processo formativo. Mas, ressalta-se que essa visão da inexistência da supervisão acadêmica não é compartilhada por todos, haja vista que o entrevistado 4 falou que:

É muito bom porque assim vemos lá prática o supervisor de campo e trás as dúvidas para dentro da sala de aula onde o supervisor acadêmico pode nos orientar nos dando uma luz naquilo que temos dúvidas. Por exemplo, às vezes você atende um usuário que não entende muito bem, porque cada profissional tem uma maneira de agir e, e às vezes a gente não concorda com a intervenção do supervisor de campo, mas, podemos trazer o problema para dentro da sala de aula, que é discutido e outros colegas se manifestam nos ajudando a entender melhor a situação.

Analisando o depoimento acima, pensamos quais seriam as atribuições da supervisão acadêmica. De acordo com Oliveira (2004a, p.70, grifo nosso) “[...] como supervisor acadêmico, o professor é responsável pelo encaminhamento metodológico do estágio supervisionado, orientando as situações que emergem da realidade social e seus desdobramentos.” De outro lado, também é importante esclarecer quais são as atribuições do assistente social supervisor de campo: “Ele possui como principal característica o acompanhamento do estagiário na dinâmica do cotidiano do campo de estágio, constituindo o ‘elo privilegiado’ entre a prática profissional e o processo de ensino acadêmico.” (OLIVEIRA, 2004a, p. 69).

O entrevistado 5 apresenta um depoimento positivo sobre a Supervisão acadêmica:

E muito importante também primeiro porque a Daniela mostra todo o referencial teórico todo conhecimento que a gente precisa ter pra gente aplicar lá na prática porque, por exemplo, ela ensina a metodologia de como você fazer um relatório quais são os instrumentais que a gente tem que utilizar que a gente pode utilizar e como que a gente pode perceber uma realidade. Então, é de suma importância o trabalho dela.

Como se observa no depoimento acima, a supervisão recebida contribuiu no auxílio no desenvolvimento da compreensão da prática profissional. De acordo com Lewgoy (2009) a supervisão de estágio em Serviço Social esposada nas diretrizes curriculares traz como pressupostos norteadores a possibilidade do rompimento com o pensamento conservador, desde que o supervisor e supervisionado somem esforços nesse sentido. Dessa forma, a realização do estágio supervisionado contribui diretamente para o desenvolvimento efetivo da competência profissional no processo de formação do aluno.

Ressalta-se que a supervisão de estágio sempre teve uma posição de destaque no curso de Serviço Social. Os responsáveis/supervisores sejam eles acadêmicos ou de campo, devem estar atentos de não tornar estágio uma prática isolada, separada de um “todo” da formação do aluno. Observa-se que os campos de estágios vivenciam uma constante tensão entre uma prática conservadora e o projeto profissional atual em que paradigmas conservadores precisam ser superados.

Refletindo sobre a supervisão acadêmica os entrevistados 6, 7, 8 e 9 disseram que ela é essencial/muito importante:

Ele é essencial porque é aonde assimilamos tudo que aprendemos na teoria, tentando colocar em prática. Então, sem o estágio no Serviço Social não tem como se formar. O laboratório que a gente tem é a rua, ou seja, o estágio. (ENTREVISTADO 6)

É essencial porque sem o estágio supervisionado a formação profissional da gente fica só na teoria a gente precisa ir pra prática pra vivenciar os processo e fazer essa relação (ENTREVISTADO 7).

Na minha formação profissional ele é de grande valia porque sem a prática não tem como eu trabalhar com a teoria porque se não eu vou virar um profissional tecnicista. Isso aconteceu a muito atrás esses profissionais né, e hoje o mercado de trabalho ele exige alguma coisa além e como no estágio eu tenho a supervisora de campo a supervisora acadêmica né eu posso adentrar mais no campo eu posso conhecer melhor a realidade e posso ir a fundo então eu acho fundamental o estágio (ENTREVISTADO 8).

Assim eu acho o estágio de grande importância porque o estágio é o momento mesmo que você vai ver a sua prática aquela teoria e você vai ver ela na prática é lá. Sem o estágio não tem como ter uma boa formação profissional e o estagiário ele tem mesmo que participar das atividades ter um bom diálogo com o supervisor de campo e para poder aprender mesmo, por isso que o estágio é tão importante (ENTREVISTADO 9).

A supervisão de estágio deve promover a efetivação da competência profissional oportunizando aos estudantes um conjunto de conhecimentos que

possibilitem a vinculação orgânica entre instituições, a inter-relação entre as disciplinas e a interlocução com outras áreas e outros saberes. A vinculação orgânica diz respeito ao trabalho realizado em conjunto (supervisores e estagiários) nos campos de estágio, nas universidades e nas entidades representativas da profissão. Em relação à inter-relação sobre as disciplinas verifica-se a ausência de base teórica definida a priori para a supervisão. O terceiro eixo diz respeito à interlocução com outras áreas, que permite o convívio com equipes, onde há a troca de saberes que demarcam os pressupostos da interdisciplinariedade (LEWGOY, 2009).

O entrevistado 10 compreende que a supervisão acadêmica:

Vai te dar um norte do que vai ser sua atuação profissional, pois dentro do campo de estágio é possível identificar se é aquilo mesmo que você quer porque eu primeiramente busco me realizar como pessoa porque se você está bem realizado enquanto pessoa, profissionalmente estará também. Então, o estágio te ajuda a identificar se estamos no caminho certo. (grifo nosso).

Observa-se no depoimento do entrevistado 10 reminiscências do legado humanista. No período colonial e imperial o Serviço Social era embasado em conceitos empíricos. O período republicano ganhou uma característica amparada por ideais humanistas e cristãos; destaca-se que esses conhecimentos eram necessários para a época, porém, de forma negativa esses ideais desenvolveram na profissão traços de uma cultura humanística (LEWGOY, 2009).

Compreende-se que o agir humano é uma característica do Serviço Social, e que deve estar alicerçada em concepções críticas acerca dos problemas da sociedade. Muitas vezes, a ausência de criticidade permeia e compromete essa visão. Historicamente, o pensar crítico começou a se consolidar na profissão, à medida que esforços eram realizados pelos assistentes sociais e os resultados alcançados eram satisfatórios. O amadurecimento crítico levou ao desenvolvimento de uma postura político-social da profissão, que começou a reconhecer a emergência de estudos mais profundos no sentido de planejar a ação de intervenção numa sociedade que está em constante mudança.

Os entrevistados 11 e 12 responderam que a supervisão acadêmica foi fundamental no seu processo de formação:

É fundamental porque no momento da supervisão acadêmica podemos conhecer várias áreas de estágio através das experiências vivenciadas pelos colegas, pois não temos a oportunidade de estagiar em diversos campos de estágio. Na supervisão acadêmica que você vai conhecendo estes outros espaços e descobre se tem ou não aptidão para trabalhar neles. (ENTREVISTADO 11).

Fundamental, porque o Serviço Social a gente sabe que é uma profissão e não tem como fugir disso com característica interventiva isso é da profissão do Serviço Social essa característica ontológica, então o estágio ele é a oportunidade que o aluno tem de verificar, vivenciar e presenciar essa realidade, então ela é fundamental porque dá essa chance ao aluno e, principalmente porque também mostra a realidade e aí a condição que ele tem de fazer a ligação com o que ele aprende na sala de aula com a teoria é um momento de síntese é o momento em que é possível relacionar dialeticamente teoria e prática (ENTREVISTADO 12).

Analisando a questão da formação de identidade no discurso do entrevistado 11 se verifica que a compreensão sobre a formação da identidade profissional pode seguir duas linhas distintas. Uma delas é a defendida por Martinelli (2009), que busca bases históricas para compreender a identidade da profissão. A outra linha desenvolvida por Gentili (1998) acredita que a base da identidade profissional deve ser construída tendo como base a prática e a pluralidade de representações.

Eliana Ribeiro (2009, p. 23) reflete que a formação de identidade baseada em Martinelli:

[...] aponta na direção de uma prática profissional alienada, que ainda não foi totalmente superada, refletindo uma identidade atribuída, que propicia um a prática social reprodutora e conveniente para com o projeto hegemônico burguês. Evidenciou que o Serviço Social mantém uma relação com os mecanismos societários de poder nas dimensões política e ideológica.

Assim, numa visão mais dentro do paradigma atual, encontra-se a corrente defendida por Gentilli (1998). Essa corrente apregoa que a identidade profissional do Serviço Social deve ser o resultado de um conjunto de interações entre todas as dimensões formais e informais da profissão. Entre essas bases estão as universidades, os centros de pesquisa e os Conselhos regionais e estaduais de ensino (RIBEIRO, E.C.A, 2009).

No discurso do entrevistado 12, observaram-se algumas confusões em relação à importância do estágio. A realização do estágio deve ser estruturada tendo como base um projeto profissional, que deve preparar os sujeitos para uma atuação profissional focada na competência, no compromisso e na ética. O entrevistado 13

acredita que o estágio supervisionado possuiu um papel fundamental na sua formação.

É um papel singular, pois sem o estágio não há essa aproximação com a prática profissional, é através do estágio que a gente tem condições de ir se materializando, dando concretude a essa bagagem teórica que é trazida para nós na academia.

Como já ressaltado anteriormente o estágio é o local onde o aluno poderá construir a sua identidade profissional. Caputi e Amicucci (2009, p. 1-2) ressaltam que:

O estágio supervisionado é uma atividade que articulada com as demais atividades propostas nas diretrizes curriculares entre os três núcleos de fundamentação da formação profissional e disciplinas, propicia o ensino-aprendizagem do assistente social com a apreensão de fundamentos teórico-metodológicos, ético-político e técnico operacional, em que o aluno-estagiário desenvolvem habilidades, potencialidades e conhecimentos específicos à prática profissional na perspectiva de práxis, como também corrobora no processo de construção da identidade profissional.

O próximo questionamento, dentro da categoria supervisão acadêmica de estágio, indagou os entrevistados sobre a contribuição do estágio para a formação.

Os entrevistados 1, 2 e 3 foram sucintos e diretos, eles disseram que o estágio realizado pouco contribuiu para a formação deles. Esse dado realmente é bem preocupante, pois o estágio supervisionado deveria ser uma atividade curricular em que o estudante pudesse operacionalizar parte do conteúdo interdisciplinar aprendido no curso dentro de uma vivência prática, sendo um ponto chave para as inter-relações entre a teoria e a prática. Lewgoy (2009), por exemplo, salienta que o processo de formação do assistente social é bastante ativo e intenso. Embora continue em desenvolvimento ainda há muito que caminhar, num processo contínuo de construção e reconstrução da prática que se fortalece na realização do exercício e da capacidade crítica ligada à realidade social, principalmente, no que se refere ao estágio e à sua supervisão.

O entrevistado 4 possui uma visão positiva relatando que o estágio supervisionado ajudou no seu processo de formação, mas ele critica a falta de tempo para conhecer outras áreas de atuação do Serviço Social.

Eu acho assim igual no meu caso em que o estágio foi no CRAS. Eu aprendi muita coisa, foi uma base muito boa para mim, só que eu não tive outra experiência, estive no fórum, mas foi muito pouco tempo. Acredito que todo estudante deveria passar por mais áreas para poder ter mais

experiências iguais a do CRAS. Não quero dizer que eu entendo tudo, mas, aprendi muito e sei muita coisa do CRAS. Agora se depois eu for trabalhar na secretaria de assistência, por exemplo, eu vou começar do zero eu não sei nada. Por isso que a prática é muito importante.

Alguns estudantes manifestam o desejo em estagiar em outras áreas, porém, isso pode prejudicar a formação reduzindo a valorização da prática, uma vez que estagiar em várias áreas pode correr o risco de fragmentar o processo de aprendizado comprometendo a capacidade de desenvolver uma reflexão crítica e conjuntural. É muito importante que ao planejar as atividades de supervisão os responsáveis criem condições para que os estagiários se deparem com situações diversas em vários contextos, tendo em vista que “questão social” e suas expressões se apresentam de forma heterogênea.

A ausência de oportunidades aos estagiários por parte dos supervisores de campo pode ser percebida como comodismo ocasionando rebatimentos na formação de um futuro profissional sem reflexão crítica, o que vai contra as diretrizes do curso. Na contemporaneidade, exige-se um profissional que vá além daquilo que lhe é imposto, que não seja apenas imediatista e técnico, mas também tenha uma visão crítica de acordo com a necessidade do campo de atuação, ou seja, o profissional atual precisa romper com a visão endógena e conservadora. A competência profissional é um processo em construção, o qual acontece no dia-a-dia do assistente social, surgindo das relações diversificadas com os outros sujeitos. Tal competência é compartilhada, pois não se constrói sozinha, mas nas relações com os profissionais. Assim, não é apenas técnica, ela possui também dimensão política, teórica e interativa, sem as quais perderia o sentido (IAMAMOTO, 1998).

Os entrevistados 5 e 6 disseram que a realização do estágio supervisionado contribuiu para formação, porém ele poderia ter sido mais direcionado. O entrevistado 7 disse que ele foi fundamental. É fato que o estágio supervisionado precisa ser direcionado, mais do que isso ele precisa ser integrado com as disciplinas do curso em sua completude (LEWGOY, 2009). O estágio é um processo de aprendizagem, em que ocorre a integração dos componentes que subsidiam a formação profissional em todos os espaços tanto nas universidades que podem ser chamadas de unidades de ensino, quanto nos campos do estágio.

Dentro dessa vertente entrevistado 9 falou que o estágio supervisionado:

[...] é o momento realmente onde você vai participar das atividades rotineiras do trabalho mesmo do Assistente Social você vai tá vendo e então é o momento de você realmente ver se é isso mesmo que você quer porque até então nos períodos que você faz só teoria você não tem aquela idéia de como que é o trabalho mesmo.

Durante a realização do estágio, o estudante reflete sobre a sua prática (IAMAMOTO, 1998), por isso ela deve estar embasada em um projeto-político da profissão, permitindo ao estagiário conhecer os ditames do fazer, do saber e do refletir profissional em um processo dinâmico e criativo, buscando a elaboração de novos conhecimentos.

Já o entrevistado 10 disse que o estágio supervisionado foi positivo para sua formação, mas não justificou. O entrevistado 11 também disse que o estágio foi positivo, mas justificou dizendo que muitas vezes os estudantes ficam desestimulados e somente fazem o estágio porque é obrigatório. Essa visão nos remete a questão da “precarização” do ensino, que pode ser atribuída à questão da mercantilização do ensino superior que tende para o aligeiramento profissional, que atendam às exigências do mercado e não mais aos propósitos do projeto profissional que delinea a profissão de assistente social.

O entrevistado 12 disse que o estágio supervisionado contribuiu muito. Já o entrevistado 13 respondeu evasivamente sobre a importância do estágio supervisionado na sua formação:

Depende do estágio, assim como depende do ensino presencial com qualidade. Se a gente tiver esses fatores que contribuem para que tenhamos um ensino presencial qualificado e um estágio onde os Supervisores de Campo estejam “anteados” para essas questões da formação.

Como observado no depoimento acima, o estágio é a porta de entrada do estudante para vivenciar a prática da profissão, de compreender a teoria, de construir a sua identidade profissional (IAMAMOTO, 1998). O estágio é um momento de aprendizagem, quanto mais experiências o estudante tiver no campo, melhores oportunidades ele terá para desenvolver as suas competências profissionais se tornando um profissional reflexivo e crítico.

O próximo questionamento avaliou a percepção dos entrevistados sobre a importância da supervisão acadêmica no seu processo de formação. Por uma questão ética profissional não será realizada a menção do nome do supervisor acadêmico, até mesmo porque o objetivo desse é avaliar a percepção dos

formandos de Serviço Social em relação à sua formação acadêmica e à sua vivência no campo do estágio supervisionado.

Sobre a supervisão acadêmica o entrevistado 1 disse que a atuação da supervisora “[...] *foi fundamental porque podemos ver o depoimento na sala de outros alunos que ficaram decepcionados com o estágio.*” Como se observa no depoimento do discente, ele ficou satisfeito com a atuação da supervisão acadêmica, mas mencionou que nem todos os discentes ficaram satisfeitos. A proposta das Diretrizes Curriculares é formar profissionais que estejam articulados aos elementos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos.

Avaliando esse novo currículo, vislumbra-se que o estágio ganha lugar de destaque, uma vez que o mesmo é visto como essencial para o processo de formação profissional do assistente social. Apresenta como um dos seus princípios a indissociabilidade entre estagiário e supervisor acadêmico e supervisor de campo. Deve ser analisado dentro do contexto do ensino aprendizagem, visando uma articulação sistematizada entre as unidades de formação acadêmicas e prática do cotidiano da ação profissional.

O entrevistado 2 disse que achou interessante a supervisão acadêmica no seu processo de formação:

[...] a questão das resoluções que ela traz para nós sobre o estágio é muito importante e muitas vezes não temos acesso. Porém, não consegui identificar uma grande evolução da minha teoria nesse processo.

Analisando o discurso do entrevistado observa-se uma dificuldade na compreensão das resoluções. Isso denota um distanciamento entre o campo e a academia. Não existe uma articulação entre as categorias. O UNIFOR, por exemplo, não possui um fórum de supervisores que está previsto na Política Nacional de Estágio (PNE). A orientação dada pela PNE é que o Fórum de Supervisores esteja articulado com a ABEPSS e ao CRESS. A sugestão é de que ele possa ser sediado em uma UFA por dado período, ou ainda no CRESS e, eventualmente, nas seccionais, quando ocorrerem reuniões descentralizadas. Já o entrevistado 3 disse que no UNIFOR a supervisão acadêmica é:

[...] ruim porque tudo que a gente pergunta ou se acontece algo no estágio, alguma dúvida e etc., a supervisora acadêmica liga para o nosso supervisor de campo e nos deixa numa situação delicada. Também quando temos alguma dúvida e perguntamos a ela, não nos responde e diz que

tem medo de ferir a ética profissional do colega. E isto acontece com todos, ela não responde as nossas dúvidas, fala que cada profissional age de um jeito. Eu concordo com ela, mas a gente está ali para aprender. Então, se ela não sabe responder deveria indicar alguma coisa para a gente ler.

De acordo com a Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (2010, p. 19)

A supervisão de estágio na formação de Serviço Social envolve duas dimensões distintas, mas não excludentes de acompanhamento e orientação profissional: uma supervisão acadêmica que caracteriza a prática docente e, portanto, sob responsabilidade do professor-supervisor no contexto do curso e a supervisão de campo, que compreende o acompanhamento direto das atividades prático-institucionais do estudante pelo assistente social, nos campos de estágio. Essas dimensões devem estar diretamente articuladas em todo o processo de supervisão. Sua operacionalização abarca um conjunto de sujeitos, entre eles- professor-supervisor, acadêmico, assistente social-supervisor de campo, e as demais pessoas e profissionais envolvidas no cotidiano do campo de estágio, no qual se desenvolve um processo coletivo de trabalho-diretamente envolvidos na relação de ensino-aprendizagem, e que desempenham diferentes papéis e funções na efetivação das atividades didático-pedagógicas, destacando-se aqui a supervisão.

O entrevistado 4 reconhece que a supervisão acadêmica é de supra importância tanto na teoria quanto na prática.

Nossa assim é tão importante quanto a teoria porque enquanto a gente está aqui na faculdade aprendendo a teoria a gente não tem muita noção de como vai funcionar lá fora, na prática, como é o atendimento, como é o acolhimento e por aí vai. Você vê que a realidade dentro de sala de aula é uma coisa, agora você estar ali na casa do usuário vendo a situação que ele vive, os seus problemas é mais impactante. Assim, é de suma importância o estágio ele é 50 por cento da formação e a teoria os outros 50 por cento (ENTREVISTADO 4).

Vem a ser muito importante para formação profissional, para interligar a teoria e a prática fazendo a ligação com a realidade e desmistificando os preconceitos que temos. Eu, por exemplo, trazia muito preconceito com relação aos idosos que estavam institucionalizados e, graças a Deus com estágio eu pude ver que caiu por terra todos os meus preconceitos (ENTREVISTADO 5).

ela direciona a gente, principalmente, na questão da documentação fica mais na questão da burocracia mesmo. Na minha opinião no primeiro semestre ajudou mais, hoje em dia a supervisão acadêmica já não tem tanto conteúdo, não tem tanta matéria fica meio... Como eu posso te dizer? É rotineira assim (ENTREVISTADO 6)

Como se observa nos depoimentos dos entrevistados 4, 5 e 6 a supervisão acadêmica é vista como muito importante, embora haja a ausência de uma maior

conexão entre a academia e o campo. Nesse contexto, os estudantes parecem ficar em dúvidas em relação às atribuições dos supervisores acadêmicos e os supervisores de campo. As atribuições dos supervisores, acadêmico e de campo estão expostas nas Leis nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/93) e a Resolução do CFESS, nº 533, de 29 de setembro de 2008. Analisando essas atribuições menciona-se a ABEPSS (2010, p. 19-20):

Aos supervisores acadêmicos compete o papel de orientar os estagiários e avaliar seu aprendizado, em constante diálogo com o supervisor de campo, visando à qualificação do estudante durante o processo de formação e aprendizagem das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da profissão em conformidade com o plano de estágio. Aos supervisores de campo cabe a inserção, acompanhamento, orientação e avaliação do estudante no campo de estágio, em conformidade com o plano de estágio, elaborado em consonância com o projeto pedagógico e com os programas institucionais vinculados aos campos de estágio; garantindo diálogo permanente com o supervisor acadêmico no processo de supervisão. E ao estagiário, sujeito investigativo, crítico e interventivo, cabe conhecer e compreender a realidade social, inserindo no processo de ensino-aprendizagem, construindo conhecimentos e experiências coletivamente que solidifiquem a qualidade de sua formação, mediante o enfrentamento de situações presentes na ação profissional identificando as relações de força, os sujeitos, as contradições da realidade social.

O entrevistado 7 disse que a “[...] *supervisão acadêmica é fundamental porque assim muitas coisas que a gente não consegue no campo de estágio a gente consegue na supervisão acadêmica que ela que sabe a teoria.*” Observa-se no discurso do entrevistado uma separação da teoria e prática, o que certamente é um equívoco, uma fragilidade na formação. Uma é complementar da outra. A teoria e prática devem complementar-se objetivando, em suma, iluminar as análises das diferentes situações com as quais os profissionais irão se deparar no exercício de sua prática.

Nesta perspectiva, a Universidade, como o espaço inicial de disseminação do conhecimento precisa estar atenta a dinâmica da vida social em todos os níveis, tanto macros, quanto micros, nacional e regional, cultivando razão crítica e compromisso com valores universais, coerente com sua função pública, para que venha se apresentar, assim como devido, um componente ativo e incentivador da construção democrática da coletividade em seu desenvolvimento socioeconômico e político (IAMAMOTO, 2007).

O entrevistado 8 não emitiu opinião sobre a importância da supervisão acadêmica. De outro lado os entrevistados 9 e 10 valorizam a importância da supervisão acadêmica.

A supervisão acadêmica é importante para tirar as dúvidas que não podemos esclarecer com o supervisor de campo, como também questões relacionadas a documentação do estágio. Isso acontece com a maioria dos estagiários, então eu acho que a supervisão acadêmica é muito relevante nesse sentido. (ENTREVISTADO 9).

Olha eu acho que é ela que vai te apontar através da pasta de estágios os caminhos que estamos seguindo, pois na supervisão acadêmica os relatórios são acompanhados e ela vai nos dando um feedback. (ENTREVISTADO 10).

Verifica-se nos depoimentos dos entrevistados uma falta de compreensão sobre quais são as atribuições do supervisor acadêmico, competências essas que já foram elencadas em capítulo anterior.

Já os entrevistados 11 (coordenadora de estágio) e 12 (coordenadora de curso) acreditam que a supervisão acadêmica:

É uma disciplina e eu acho ela importantíssima porque o aluno ele tem que ser orientado acerca do que ele vai ver no campo de estágio o que vai observar, o que ele tem que construir como que ele vai associar o que ele tem de teórico com o que ele aprende ali na prática.

A supervisão acadêmica em tese, em tese, porque até esse ano ela não é efetivada no curso ou efetivada de maneira muito parcial, mas em tese seria trazer esse momento de síntese de teoria e prática para o debate acadêmico aprofundar essa síntese, aprofundar essa experiência que o aluno tem em vivenciar essa relação teoria e prática.

Por fim, o entrevistado 13 (supervisora acadêmica) faz uma reflexão ressaltando que a supervisão acadêmica contribui diretamente no processo de formação profissional.

Acho que nós estamos todos loucos pra ver ela acontecer de fato né, então a gente não tem, eu nunca vivenciei a Supervisão Acadêmica acontecendo do jeito que ela ta proposta pela PNE então eu penso que se ela for colocada com esse objetivo de articular realmente esse sujeito do processo de estágio supervisionado de poder mediar né essas situações entre academia e prática profissional entre instituição e campo de estágio nós teremos tudo para que a nossa formação retome a qualidade retome as condições de tarem formando profissionais cada vez mais críticos e comprometidos.

Observa-se que a supervisão acadêmica contribui no processo de formação, mas não somente isso, o estágio é o momento em que o estudante se qualifica profissionalmente para uma atuação crítica.

O próximo questionamento analisou o estágio supervisionado como espaço de capacitação para o exercício profissional do Assistente Social. O entrevistado 14 e o entrevistado 15 responderam que:

Aí eu já acho que tem uma falha, pois se pensarmos bem o que mais falam para nós em sala de aula é concurso, prefeitura e tudo mais. Os campos de trabalho que são mais falados não correspondem ao do Lar São Francisco de Assis porque lá o usuário é institucionalizado, para gente conhecer a demanda precisa fazer visitas aos familiares e mesmo assim de forma precária. A gente faz 3 visitas por mês, então eu acho que nesse ponto é precário porque por exemplo no CRAS e no CREAS e em outros departamentos a demanda vai até você por necessidade. Não tem como você fazer uma leitura da realidade a não ser da instituição em si.

a primeira capacitação que a gente tem né que é o campo de estágio que a gente vai ver a prática que liga a teoria e da possibilidade da gente errar porque tem o supervisor a gente tem a possibilidade de aprender porque o supervisor vai ensinar pra gente como se deve agir.

Analisando o discurso dos dois entrevistados visualiza-se a importância da criação de mais espaços de formação. Entre esses espaços mencionam-se seminários, encontros regionais e fóruns. Esses espaços possuem uma grande importância, pois possibilitam a formação e a discussão dos procedimentos de supervisão. De acordo com ABEPSS (2010, p.36):

O fórum de supervisores deve ser entendido como um espaço de resistência e de luta para a defesa e consolidação da qualificação do Estágio supervisionado como espaço privilegiado da formação profissional, além de se constituir um espaço propício para fomentar as trocas de experiências que perpassam o estágio e promover a interlocução entre os profissionais, estudantes e docentes tendo como finalidades.

- Fortalecer o estágio como momento estratégico da formação dos assistentes sociais;
- Propiciar espaço político pedagógico de formação dos supervisores;
- Proporcionar a organização dos profissionais para o enfrentamento das questões relativas à formação e ao exercício profissional;
- Fomentar a discussão sobre o estágio em Serviço Social, toando como referências formais: as diretrizes curriculares em vigor, a lei de regulamentação da profissão, o código ética profissional, a legislação nacional referente a estágio, a resolução CFESS 533/2008, o parecer jurídico 012/98 do CFESS e a Política Nacional do Estágio;
- Contribuir para o aprimoramento do processo de formação profissional;
- Tratar de encaminhar questões que envolvam a dimensão ética do estágio prevendo respostas coletivas às situações corriqueiras.

Os entrevistados 3 e 6 não responderam sobre a questão do estágio supervisionado como espaço de capacitação para o exercício profissional do Assistente Social. Os entrevistados 4,5,7 e 8, responderam:

Primeiro é essa ligação mesmo que a gente tem da sala com a prática segundo ele é importante porque você aprende na realidade a atuar futuramente, então, por isso eu acho que é muito importante essa ligação do campo de estágio porque ele vai te direcionar para quando você for profissional saber ter essa visão e entender essa realidade (ENTREVISTADO 4)

O campo de estágio é fundamental, sem ele eu acredito que não há preparo para o mercado de trabalho. Não sei como esse pessoal que faz o curso a distância fazem, porque o estágio é fundamental, é o momento aprendemos como agir e qual a conduta que devemos ter, principalmente, igual no meu campo de estágio que é a saúde mental em que devemos ter uma determinada conduta com os usuários, com os pacientes. Se não fosse o estágio, na hora de trabalhar não saberia fazer (ENTREVISTADO 5)

No estágio realmente a gente coloca a mão na massa, então, eu acho que é o ponto alto da nossa atuação porque a gente está dentro da faculdade estudando a teoria e é no estágio que a gente vai realmente ver o que conseguiu aprender e o que precisa melhorar. Então, é essencial. (ENTREVISTADO 7)

Ficar somente na faculdade, só na teoria não nos dá condições para a prática. Então, o nosso laboratório é o estágio, fazendo essa ligação da importância do estágio para o processo profissional. É na instituição que eu vou aprender a prática, a realidade do dia-a-dia porque nem sempre o que acontece é só teoria, tenho que vivenciar os fatos para saber como vai ser a demanda e tudo mais (ENTREVISTADO 8)

Sobre o estágio supervisionado como espaço de capacitação para o exercício profissional do Assistente Social, o entrevistado 4 diz que “[...] o estágio de campo é uma oportunidade para o aluno se direcionar em relação qual vertente da profissão vai querer se especializar.” Já o entrevistado 5 diz que o campo de estágio ajuda o estudante a refletir na sua ação como profissional, completa-se aqui acreditando que o campo de estágio oportuniza o estudante a possibilidade de exercer a teoria e a prática. O entrevistado 7 respondeu na mesma linha do entrevistado 5 ressaltando que o campo é uma oportunidade para o aluno colocar em prática àquilo que aprendeu na teoria. O entrevistado 8 corrobora com os entrevistados 5 e 7, acreditando que somente no campo é possível realmente vivenciar a prática da profissão.

De acordo com Forti e Guerra (2010) a teoria não se gesta e não nasce da prática, mas da apurada reflexão sobre ela, onde se deve captar os nexos,

mediações e particularidades relativas ao campo profissional, e o conhecimento precisa ser constantemente testado e validado na prática. Neste processo de conhecimento, a teoria e a prática, como elementos de naturezas distintas, se confrontam a todo o momento, no qual se indagam, negam-se e superam-se, e nesta relação, embora às vezes contraditória, encontram sua unidade, que por sua vez é histórica, relativa e provisória, contudo, teoria e prática mantêm sua especificidade e autonomia.

Os entrevistados 9, 10 e 11 defendem que o estágio é de suma importância para a capacitação:

Então é o momento realmente onde você vai participar das atividades rotineiras do trabalho mesmo do Assistente Social você vai ver se é isso mesmo que realmente quer. Porque até então, nos períodos que você só temos teoria não temos aquela idéia de como que é o trabalho mesmo, aí quando chegamos nos campos de estágio, podemos entender melhor a prática, compreendemos o trabalho do Assistente Social (ENTREVISTADO 9)

Eu avalio positivamente porque eu acho que todo profissional precisa ter esse período de estágio para se formar, se preparar, porque muitas vezes a gente fica muito preso na teoria e esquece da prática, de colocar o que a gente aprendeu em prática. Então, eu acho que devemos sair da academia e ir para ação mesmo, se colocando no meio dos usuários, entendendo os seus anseios e saber se é isso mesmo que você quer para a sua vida profissional (ENTREVISTADO 10).

É preparar o aluno para o campo de estágio, é dizer a ele: olha você tem que utilizar esses instrumentais, tem que conhecer os instrumentais, a forma de organização da pasta, conhecer o seu diário de campo e etc., porque tem aluno que não consegue fazer essa elaboração. Eu acho que é importante ele estar munido dessas informações para conseguir fazer uma elaboração melhor dentro do campo de estágio, para ele não achar que só tem que ir lá cumprir as horas e voltar com um papelzinho na mão. (ENTREVISTADO 11).

O entrevistado 9 disse que no estágio é que o estudante se capacita, pois pode vivenciar na prática o que aprendeu na teoria. O entrevistado 10 salienta que essa vivência no campo pode ajudar o estudante a ter uma compreensão melhor sobre diferentes aspectos da profissão. Já o entrevistado 11 disse que a supervisão no campo deve ser efetiva, para não ser apenas uma atividade burocrática para o estudante conseguir horas de ensino. Analisando as respostas dadas acredita-se que somente o estágio para o estudante vivenciar a prática da profissão é muito limitado. Na verdade, outros espaços precisam ser utilizados como palestras, seminários e fóruns de discussão. Todos os espaços que favorecem o estudo,

análise e discussão sobre as temáticas da profissão ajudam consideravelmente na formação do aluno de Serviço Social. As especificidades de cada campo exigem que o assistente social esteja em um processo contínuo de formação. Ele precisa conhecer a realidade do “lócus” no qual está inserido, a legislação pertinente a ele e tudo àquilo que o envolve, sem perder de vista a interação com a rede sócioassistencial que possibilitará um trabalho integrado, articulado e eficaz para a população usuária. É necessário, portanto, saber quais são as possibilidades de atuação, aprofundar-se na área específica e conhecer as demais, para que o trabalho não se torne alienado ou fragmentado.

Sobre a capacitação e o campo de estágio o entrevistado 12 disse que no UNIFOR existe uma:

Orientação de Estágio Supervisionado que acompanha o aluno quando ele consegue um estágio supervisionado e através também dessa disciplina minimamente se faz num debate dessa síntese entre teoria e prática, mas essa disciplina ela ta muito mais ligada às questões administrativas na documentação do que propriamente da supervisão acadêmica, a Supervisão Acadêmica na minha concepção não se relaciona a esse tipo de orientação ela é uma disciplina que ocorre de uma maneira diferenciada a uma aula de 50 minutos então dessa maneira ela não acontece (ENTREVISTADO 12).

O entrevistado 12 é crítico ao relatar que a duração de estágio com duração mínima apenas para cumprir a legislação não é algo que contribua diretamente para a formação do estudante. E que o estágio realizado não propiciou uma formação crítica, que é imprescindível para os profissionais na contemporaneidade. O processo de formação inicia-se no momento da adentrada dos discentes nos campos de estágio, por isto, torna-se necessário conhecer e problematizar o estágio supervisionado no ensino superior compreendendo e vinculando-o aos princípios da educação.

Foi questionado aos entrevistados quais são os principais desafios encontrados no seu campo de estágio. Os entrevistados 1 e 2 disseram que:

Primeiro desafio que eu vi, inclusive eu apresentei no relatório de estágio, foi a relação do estagiário com o estágio em si, as dificuldades que o estagiário tem de estar no estágio, de particularizar entre a família trabalho e tudo mais eu vi que essa é uma grande dificuldade, é ter a grande clareza quanto a essa dificuldade também em relação a faculdade em si que por mais que se empenhe, a coordenação ainda falta pensar isso um pouco, os desafios que eu vejo quanto a demanda eu acho que é mais uma relação de segurança. Falta de uma sala para gente trabalhar, poder

conversar e fazer os atendimentos. Achei muito pesado esse horário o dia inteiro, começa as 8 da manhã, pára para o almoço e vai até as 4 da tarde. Falta ainda uma infra-estrutura e carro para levar a gente nas visitas, tudo é muito precário. (ENTREVISTADO 1)

É igual eu te falei no meu campo de estágio relacionar a teoria e a prática é um pouco difícil porque eu não tenho aquela perspectiva igual quem faz estágio num CREAS ou CRAS, lá é uma instituição de longa permanência, com estágio só aos sábados. Quase não fazemos uma visita domiciliar e o contato com o usuário é pouco. Então, a prática fica meio comprometida. (ENTREVISTADO 2).

Como se observa acima o entrevistado 1 fala da questão da falta de supervisão e a falta de estrutura para a realização do estágio, enquanto que o entrevistado 2 reclama que seu estágio não o ajudou a fazer a inter-relação entre a teoria e a prática. De uma forma geral, observa-se que os campos de estágios criados podem atender mais uma necessidade do estudante trabalhador de ter o estágio registrado no seu processo de formação. Fica a crítica, pois esse modelo de estágio não contribui para melhorias nos atendimentos destinados aos usuários. Buriolla (2001) é concreta ao contribuir afirmando que o estágio é essencial à formação do acadêmico, enquanto este lhe proporcione momentos específicos de aprendizagem, uma reflexão sobre a ação profissional, uma visão crítica da dinâmica das relações existentes na instituição, ou seja, nos campos de estágios apoiados na supervisão como processo dinâmico e criativo, tendo em vista sempre possibilitar a elaboração de novos conhecimentos.

Os entrevistados 3, 4, 5, 6 e 7 realizam uma análise sobre os principais desafios encontrados no seu campo de estágio.

Lá na ILP a gente não tem uma sala de atendimento próprio, a gente atende na sala de reunião dos funcionários, quando tem reunião a gente atende no pátio ou no refeitório. Só há um computador, sendo este utilizado para o médico, para enfermagem e para nós, então, é uma disputa de 20 pessoas para um computador. (ENTREVISTADO 3).

Acho que essa falta de recurso tanto humano quanto financeiro acaba, às vezes, frustrando o profissional que trabalha sem entusiasmo, atendendo somente dentro do mínimo possível, sem expectativa de melhores condições de trabalho e até mesmo de proporcionar melhores condições de vida aos usuários. (ENTREVISTADO 4).

Encontrei vários desafios, dentre eles, a leitura pela falta de tempo mesmo. Segundo, é o fato de estar numa instituição ainda conservadora, que não tem o Serviço Social atendendo todos os dias, só mesmo o nosso trabalho no final de semana. A gente não tem sala, não tem arquivo, não tem carro para visita e nem articulação com a administração. (ENTREVISTADO 5).

O descaso do poder público com os pacientes com a instituição e quanto ao Serviço Social os outros profissionais às vezes não tem assim clareza quais são as funções do Assistente Social acha que ele é só pra resolver problema, só para resolver pepino, confunde-se muito o papel do psicólogo com o do Assistente Social. (ENTREVISTADO 6).

Muitos, é um ambiente super burocrático, o Serviço Social dentro da instituição atende a vontade política, vejo que o Serviço Social nesse ambiente tem que avançar muito para que o assistente social possa ser reconhecido, é um desafio tremendo porque você tem que ficar dependendo da boa vontade do prefeito. (ENTREVISTADO 7).

O entrevistado 3 levanta uma questão importante que é a falta de estrutura de trabalho oferecido no seu estágio, fato este que está exposto no Código de Ética da Profissão no que diz respeito ao sigilo no atendimento. A questão da falta de estrutura, tanto humana quanto financeira, prejudica consideravelmente a qualidade do estágio. A forma que o estágio está sendo desenvolvido reforça a idéia de precarização das condições de trabalho. Como é possível pensar em qualificação profissional em locais que não dispõem de condições mínimas de atendimento ao usuário? Buriolla (2001) atenta ainda para o fato de que, a supervisão é inerente ao exercício profissional, e, enquanto a categoria e os cursos de Serviço Social não a considerar significativa e não refletir e a incorporar dentro das preocupações do Serviço Social, a própria formação dos profissionais estará “falha e comprometida”.

Sobre os principais desafios encontrados no seu campo de estágio. O entrevistado 8 falou que:

No meu campo de estágio eu creio que o meu maior desafio vem de mim mesma, por eu ser uma estudante e trabalhadora ao mesmo tempo eu fico muito limitada a ação do estágio, porque o estágio tem que acontecer na hora que eu posso sair do serviço e isso atrapalha bastante porque eu poderia dedicar um tempo maior ao estágio e aprender mais coisas, mas infelizmente no mundo capitalista que nos vivemos isso não é possível.

Como se observa no depoimento do entrevistado 8 que se intitula uma estudante trabalhadora e coloca sobre si a responsabilidade de não ter tido mais tempo para se dedicar ao estágio supervisionado. Isso certamente, apesar de ser uma necessidade não contribui para a formação de um profissional qualificado para lidar com as emergências da contemporaneidade.

Os entrevistados 9 e 10 disseram que um campo de estágio com oportunidades de condições para o desenvolvimento das competências práticas é um dos maiores desafios para o curso de Serviço Social

No meu campo de estágio eu acho assim um dos grandes desafios é a questão dos usuários que eles não compreendem muito bem qual o objetivo do CRAS o quê que realmente o CRAS quer ofertar pra eles, eles não tem muito bem essa visão então eu acho que nessa questão tinha que melhorar tinha que envolver mais, fazer um projeto mesmo, trabalhar mais pra mudar porque assim são bem distantes eu posso dizer que uma coisa que está acontecendo no momento é a de muito pouca procura ao CRAS poderia dizer que isso é boa coisa, mas no caso lá é porque realmente não está tendo ações não tá tendo envolvimento com a população, então isso eu acho que está ficando a desejar. (ENTREVISTADO 9).

Os desafios que encontrei no meu campo de estágio foi assim é que as Assistente Sociais lá elas são um pouco estagnadas sabe elas não vão além, tem medo de bater de frente as vezes eu percebo isso o trabalho não funciona porque o Assistente Social também não pressiona elas são paradas, são passivas, acomodadas naquele trabalho ali as vezes por medo de perder o emprego e aí elas não fazem o papel delas de Assistente Social então deixa a desejar. E eu não podia falar nada eu não podia tá falando isso, né? (ENTREVISTADO 10).

De uma forma geral, observa-se que o entrevistado 9 se queixa do seu local de estágio, dizendo que a pouca procura por parte dos usuários prejudica a qualidade do seu estágio. Então para ele um desafio seria realizar um estágio com mais condições de colocar em prática o que ele aprendeu na teoria. Segundo Oliveira (2009) é importante ressaltar quatro elementos fundamentais para problematizar o estágio supervisionado, sendo eles: a legalidade, a legitimidade, os diferentes sujeitos e a construção de uma nova lógica curricular¹².

Os entrevistados 11, 12 e 13 abordam a questão da melhoria das condições de Supervisão como um dos maiores desafios do curso de Serviço Social.

Eu acho que o maior desafio é o aluno que não tem compromisso de organizar e trazer a documentação em dia há uma dificuldade muito grande de trazer esses documentos organizados deixa tudo pra ultima hora então a gente vê que é um número considerável de alunos que tenta fazer poucos conseguem fazer e uma grande maioria não consegue fazer ele não se preocupa e não entende que o estagio também é uma disciplina que é avaliativa então acho que o maior desafio acho que é esse fazer com que esse aluno se organize de forma melhor (ENTREVISTADO 11).

Acho que estabelecer o dialogo entre os 3 sujeitos Estagiário Supervisor de Campo Supervisor Acadêmico acho que é esse o desafio encontrado o outro desafio encontrado que na minha opinião se relaciona com a organização dos Assistentes Sociais e eu digo organização política de se reunir de conversar de pautar as condições de trabalho e isso não é uma dificuldade só de Serviço Social só dos Assistentes Sociais, uma outra dificuldade é inserir no campo de estágio o aluno trabalhador, temos que colocá-lo no campo de estágio final de semana é o que a gente tem tentado aqui e tem dado bons resultados mas a gente porque nem todo aluno trabalhador tem essa opção de fazer no sábado porque tem muito aluno que inclusive trabalha no sábado então acho que esse é o maior

¹² Para aprofundar melhor nas idéias da autora, ver: OLIVEIRA, 2009.

desafio é o aluno pobre é o aluno miserável que tem que trabalhar pra pagar a mensalidade (coord.) (ENTREVISTADO 12).

Os desafios e de efetivar a Supervisão Acadêmica na grade curricular né porque isso envolve investimento de ordem financeira então nós podemos pra ter uma valorização maior acho que a gente não sabe ainda o que é a Supervisão Acadêmica direito, acho que a gente tá aprendendo a pensar e propor ela o outro desafio é que a gente não tá próximo dos Supervisores de Campo então nós não conhecemos né o cotidiano lá no campo nós sabemos um pouco deles pela fala dos alunos então a gente então é a fala do outro nos não estabelecemos uma fala restrita aos Supervisores de Campo pra entender esses desafios, e também o próprio aluno né ter dedicação e um compromisso maior com o estágio, as vezes os alunos trabalhadores nem sempre eles conseguem ter essa dedicação porque acabam fazendo estágio onde trabalham finais de semana então acabam cumprindo como uma obrigatoriedade. (ENTREVISTADO 13).

Uma supervisão sem o seu devido planejamento não capacita o acadêmico para o desenvolvimento de uma postura crítica e reflexiva. O estágio é um momento único para a formação profissional, proporcionando ao estudante a inserção na prática profissional, possibilitando entrar em contato com uma realidade concreta e contraditória. Assim, o estágio constitui-se em um espaço de extrema importância para capacitar os discentes na intervenção social.

O estágio se constitui num instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do(a) estudante, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente como profissional, nas diferentes expressões da questão social, que vem se agravando diante do movimento mais recente de colapso mundial da economia, em sua fase financeira, e de desregulamentação do trabalho e dos direitos sociais. (ABEPSS, 2010, p. 11).

Solicitou-se aos entrevistados uma análise sobre os eixos supervisão acadêmica, supervisão de campo e estagiário. Realizou-se uma avaliação como os entrevistados vêem esses três sujeitos nesse processo de estágio.

O entrevistado 1 disse que: “Na minha realidade em si conseguiu dar o necessário pra mim só que eu acho poderia ter sido melhor, na relação de tempo de teoria.”

Eu acho que é uma ligação muito boa, porque se um não se efetiva sem o outro, não funciona, daí não tem supervisão de estágio e nem supervisão acadêmica, então, é um contribuindo com o outro, um ensinando ao outro o que é certo, o que é errado, o que pode fazer na prática e etc. (ENTREVISTADO 2).

O supervisor de campo com o estagiário acho que é uma relação mais próxima ,porém, com o supervisor acadêmico não há essa proximidade, pelo menos aqui no UNIFOR. Ele não consegue estabelecer esse contato com o supervisor de campo e nem com os estagiários, talvez pelo fato de sermos 26 alunos e somente um supervisor acadêmico. (ENTREVISTADO 3).

É a ligação mesmo o supervisor faz essa parte da teoria na aula com a orientação dos instrumentais de como perceber uma realidade, de conhecer mais a fundo o nosso papel, para a gente abarcar mais conhecimento que nos enriqueça profissionalmente no futuro (ENTREVISTADO 15).

Olha pra mim é como eu já falei é mais fácil porque a minha supervisora de campo trabalha aqui na instituição então ela está por dentro de todas as discussões, de tudo que acontece aqui. Eu acredito que quem faz estágio com uma pessoa que não é docente deve ter mais dificuldade nesse sentido, por isso que consigo estabelecer melhor essa relação. (ENTREVISTADO 6).

Os entrevistados 1, 2, 3, 15 e 6 reconhecem que a ligação da supervisão acadêmica com a supervisão de campo presta sem dúvida nenhuma uma melhor orientação para o estagiário.

Lewgoy (2009, p. 8)

A supervisão de estágio, na conjuntura atual acadêmica busca legitimar a interação entre os sujeitos assistentes sociais de campo, alunos estagiários e supervisor acadêmico, intrinsecamente envolvidos num projeto coletivo e interdisciplinar e que compõem, assim, uma tríade representativa do universo da instituição à qual pertencem. Nessa ótica, a supervisão caracteriza-se como espaço por excelência, de intermediação entre os centros de formação e as organizações que oferecem campos de aprendizagem, intrinsecamente envolvida como elemento constitutivo e constituinte desse processo.

O entrevistado 4 entende que a supervisão acadêmica e a supervisão de campo somente são efetivas se o estagiário colaborar realizando as suas atribuições.

Olha, eu acho assim que são três partes fundamentais é como eu já disse a experiência do estágio você trás para dentro de sala várias discussões. Eu acho também que o estagiário tem uma parte fundamental, ele tem que fazer a parte dele e contribuir, não ser um estagiário relapso, que não presta atenção, não procura as informações. Cada um tem sua função e para funcionar bem tem que ter aquela interação entre os três, porque não adianta eu exigir muito do supervisor acadêmico e do supervisor de campo se eu não faço a minha parte.

O estagiário (a) é o discente que já cumpriu os requisitos básicos¹³ exigidos e estipulados em conformidade com a instituição de ensino, e, portanto, será inserido no espaço onde ocorrerá o estágio. Nessa etapa de aprendizagem, “[...] o aluno é o principal agente do processo ensino-aprendizagem, enquanto alguém que aprende, mas, também ensina.” (BURIOLLA, 2003, p. 95, grifo nosso).

O entrevistado 7 disse que: “A parte de supervisor acadêmico e supervisor de campo eu não consigo fazer esse estabelecimento porque elas nunca encontraram, mas eu acho assim que poderia ser mais bem aproveitado.” O entrevistado 8 também não reconheceu que houve uma boa ligação entre ele e os supervisores acadêmicos e de campo. A mesma opinião foi declarado pelo entrevistado 9 ele disse que durante o estágio teve pouco contato com os supervisores de campo. Os entrevistados 10, 11, 12 e 13 reconhecem a importância do bom relacionamento entre os supervisores acadêmico e de campo, porém ele afirma que essa boa relação não existiu.

De um lado o assistente social, funcionário da instituição campo de estágio, se configura como o supervisor de campo, que desempenha o papel mais amplo de compartilhar os conhecimentos práticos da realidade social da instituição na qual está inserido, aos estagiários no sentido de fazer estabelecer a relação entre a teoria e prática. Já a supervisão deve estar articulada ao exercício e formação profissional, pois estão vinculados ao estágio supervisionado. O discente poderá colocar em prática o que aprendeu em sala de aula transformando em ações e atitudes, trazendo de volta para a academia num processo dialético discussões e reflexões pertinentes a prática profissional o que contribuirá categoricamente para um atendimento qualificado junto às instituições de estágio. A supervisão, seja ela acadêmica ou de campo, deve ter um caráter formativo, que visa assumir o compromisso com a qualidade dos serviços ofertados aos usuários do Serviço Social, com competência para promover o aprimoramento intelectual (BRAGA; GUERRA, 2009).

¹³ Alguns dos requisitos básicos para dar início ao estágio são: ter cursado as disciplinas de Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social e Ética Profissional e Serviço Social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo pautou-se na reflexão sobre o Estágio Supervisionado em Serviço Social, sobretudo, a Supervisão Acadêmica de Estágio, sendo esta o foco do trabalho, no qual buscou-se elucidar e identificar as principais contribuições que a mesma viabiliza aos discentes. Buscou-se identificar os pontos factuais que possam comprometer de forma contundente no processo de formação profissional, pautado em uma conotação qualificada e comprometida com os preceitos e prerrogativas inerentes ao projeto ético-político profissional.

É no processo de graduação, em especial no estágio supervisionado que se delinea o perfil profissional que possibilita ao estudante em formação pautar sua futura atuação em preceitos éticos e, principalmente, romper com a deturpada e estigmatizada visão de que “na prática a teoria é outra”.

Como proposta inicial, a referida pesquisa amparou-se na pretensa premissa de buscar subsídios que fossem capazes de apontar se o estágio supervisionado contribui como instrumento mediador, que seja capaz de despertar no acadêmico as percepções necessárias para estabelecer a relação indissociável do arcabouço teórico com a atuação de cunho técnico-operativo (prático), possibilitando uma real interlocução à discussão e elaboração de conceitos no discente em processo de formação profissional.

Outro ponto de extrema relevância levantado neste estudo se deu na análise acerca da Resolução 533/2008 (CFESS/CRESS) e a PNE /2010 (ABEPSS), como estas normativas são percebidas pelos atores envolvidos no processo de formação discente. Alargando ainda o viés da pesquisa em torno do estágio supervisionado, pesquisando como tais mecanismos rebatem e contribuem de forma significativa para sistematização da prática e sedimentação da regulamentação do estágio em Serviço Social, definindo as atribuições dos supervisores de campo, acadêmico, discentes e docentes. Na ânsia e comprometimento para com a categoria profissional, no intuito de contribuir para que sejam ampliadas as discussões em torno da temática “formação profissional crítica e qualificada”, entende-se ser de fundamental importância pesquisar o estágio supervisionado no processo de formação do assistente social, suas relações e seus papéis.

A supervisão é um “processo educativo”, onde o supervisor e o supervisionado aprendem em conjunto, onde há a torça, o debate. Existe a preocupação de a prática profissional estar respaldada em uma teoria, e de a visão da unidade teoria-prática, na ação supervisora. (BURIOLLA, 2003, p. 64).

Buscou-se ainda fomentar e refletir, como se dão os rebatimentos na formação do futuro assistente social, tendo em vista a busca acirrada por postos de trabalho que no atual contexto respiram ares de organização capital. Através destas disposições foi possível visualizar possíveis comprometimentos no processo de formação do assistente social, levando à deficiência da profissão que pode ser, metaforicamente, enxergada e materializada no percurso de estágio supervisionado, que se pautado em tais preceitos de mercado, de forma extensa mercantiliza a profissão.

Atualmente, além das demandas que já são de certa forma componentes do cotidiano de atuação do profissional, o mercado de trabalho do assistente social, imprime uma busca por um profissional com perfil que atenda às exigências contemporâneas. Este profissional tem que apresentar habilidades que sejam capazes de decifrar as relações entre poder e saber, interagindo de forma articulada entre os limites postos pela instituição e as demandas apresentadas e vividas pela população demandatária dos serviços sócio-assistenciais ou, de outra ordem em equipamentos que compõem a rede social de proteção deste usuário. Isto posto é que justifica a preocupação da categoria em reforçar o estágio supervisionado como componente curricular essencial no processo de formação, pois é neste momento que se torna o discente terreno fecundo de absorção de conteúdo que o possibilite dar como frutos, possíveis respostas às demandas sociais e se guarnecer de forma embasada nas dimensões teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativo, que permita ao mesmo conquista de espaço e defesa de preceitos éticos, frente a um embate de correlações de forças.

É preciso considerar que a profissão de assistente social, como as políticas sociais, não estão imunes às alterações sociais. As mudanças ocorridas nas várias formas de economia e em particular no mundo do trabalho rebatem diretamente nesta formação que se encontra em processo de desmonte e “precarização” em decorrência de uma lógica de ampliação do ensino superior “mercantilizado” com formato instrumental comercializado por diversas instituições de ensino desvinculadas de um projeto que vise uma nova ordem societária, que supere o

atual modelo tão excludente no que tange a legitimação dos direitos sociais de forma equânime que, evidentemente, refletirá no perfil profissional deste estudante, que acaba por se tornar um “produto” destas instituições formadoras, personificando em si, valor de troca, com pouca ou quase nenhuma reflexão crítica, uma vez que tiveram uma formação “aligeirada” para atender um “nicho” de mercado.

A investigação no “lócus” pesquisado permitiu identificar a real contribuição que a Supervisão Acadêmica oferece ao estudante, não desprezando aqui, o olhar crítico acerca das deficiências percebidas, que soam em dissonância, com o tripé que compõe o projeto ético político, que se dá no Código de Ética Profissional, a Lei que Regulamenta a Profissão e as Diretrizes Curriculares do curso de Serviço Social, que em sua égide contempla espaço de destaque ao estágio supervisionado.

É fato que como pesquisa que se propôs a analisar um espaço de formação acadêmica, que por si só já se mostra diverso, ocorreram no desenvolvimento do trabalho, alguns entraves e obstáculos que foram se apresentando no decorrer desta pesquisa. Entretanto, de forma geral foram transpostos oportunizando, assim, a construção de um produto que aspira-se a possibilidade de contribuir não para o esgotamento da temática, mas sim para um direcionamento de fomentações que circundam o tema.

Outro ponto a ser destacado como acréscimo do estudo, é preciso relatar aqui, que foi possível traçar o perfil dos estudantes entrevistados, permitindo assim perceber que, em sua maioria, se tratam de discentes que exercem duplas ou triplas jornadas, conciliando trabalho e formação. Destacamos aqui, em falas recorrentes destes estudantes, os mesmos declaram que só foi possível viabilizar ascensão educacional em virtude do desempenho de funções profissionais que o possibilite arcar com o custeio do curso. Fato este que colabora para o comprometimento no desenvolvimento das atividades de estágio.

Para se obter as informações que se seguem, foi eleito um grupo composto por dezesseis 14 (quatorze) discentes do curso de Serviço Social do 6º e 8º períodos do ano de 2012, com a particularidade de estarem todos inseridos em campos de estágio. O referido grupo respeitou o princípio do método de sorteio aleatório, daqueles que se dispuseram a contribuir com a coleta de dados. Dos 14 entrevistados, foi possível apurar que somente 2 dos estudantes não exerciam outra atividade remunerada ou de cunho laboral, o que reflete diretamente no

desenvolvimento e sedimentação do estágio, haja vista as limitações que os estudantes enfrentam em seu cotidiano trabalho.

Como alternativa no sentido de “minimizar” esse problema e adequar o curso a realidade do estudante, o Unifor estabeleceu convênio com Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) na qual oferece estágio aos finais de semana em projetos de extensão comunitária. Entretanto, o que se discute não é o valor social da ação que os estudantes exercem nas atividades desenvolvidas para com os idosos ali institucionalizados. A questão é perceber enquanto pesquisadora e, como parte formadora destes discentes, sendo estes, futuros profissionais, é que entendemos não ser possível atingir os objetivos ideais do cumprimento do estágio supervisionado desta forma, uma vez que não há uma ação sistematizada.

Sabemos também que não é possível se fechar para as considerações em torno do atual perfil do estudante de Serviço Social, pois como já foi citado anteriormente este estudante é trabalhador e necessita de seu pró labore para que possa custear seus estudos. Através destas informações percebe-se que o objetivo do estágio nos finais de semana não colabora para um estágio qualificado e que permita no estudante desenvolvimento de habilidades inerentes à atuação prática, tendo em vista que o mesmo tem contatos com o campo de estágio de forma descontinuada e em horários e dias que inviabiliza ações norteadoras de alteração da realidade.

É perceptível que o referido campo apresenta apenas a função mercantil de inserção do estudante para realização de estágio, como forma de se evitar a evasão do mesmo e a não conclusão do curso. O mais grave é que através de tais práticas fica o questionamento latente: de que forma estamos formando nossos futuros colegas de profissão, levando-se em conta que o campo citado reflete apenas o cumprimento de “ato” entendido como burocrático e não como a parte crucial ao desenvolvimento do futuro técnico?

Por outro lado, percebemos que os estudantes conseguem “captar” o sentido do estágio, dando a ele sua devida importância no processo de formação. Durante o estágio, o estudante vivencia práticas cotidianas do exercício profissional, estabelecendo a relação teoria e prática de forma dialética que o instrumentalize para a ação profissional. Os estudantes demonstraram possuírem percepções claras sobre a indissociabilidade entre as mesmas, que irá permitir, assim, um maior entendimento da realidade social.

Nota-se que esta percepção ganha ares dicotômicos, tendo em vista que há este entendimento por parte dos discentes e dos docentes, porém, a realidade que o permeia é a que está posta, ou seja, a realidade de não conseguir outro horário para desenvolver o estágio de forma mais produtiva e qualificada.

Percebeu-se que o Serviço Social do Unifor possui a preocupação em formar profissionais que não só atenda às exigências do mercado de trabalho, mas, a formação qualificada para uma intervenção comprometida com um projeto profissional ético político. Porém, devido a realidade social e econômica do estudante, que necessita de “adequações” para sua formação, a qualidade da mesma fica comprometida.

Constatou-se que a supervisão acadêmica no “lócus” investigado ainda não acontece da maneira como está prevista na PNE, com grupos de no máximo 15 alunos divididos por áreas temáticas. A supervisão acontece durante a aula de Orientação de Estágio Supervisionado em que a professora da disciplina desenvolve também o papel de supervisora acadêmica, não sendo esta a prática “viável”, como podemos observar nas entrevistas dos alunos, em que a grande maioria entende a importância da supervisão acadêmica, porém, declararam que a mesma não acontece de forma devida, uma vez que a professora tem que se desdobrar para disseminar o conteúdo da disciplina, além de supervisionar os alunos, não sendo possível atendê-los dentro das especificidades de cada campo de estágio e, sim de uma maneira geral.

Então, o que pode ser percebido é um distanciamento entre a prática assumida pela instituição e o que de fato acontece, uma vez que a supervisão acadêmica de estágio não acontece de acordo com o previsto na PNE, deixando assim lacunas, tendo em vista a necessidade de se adequar o tempo de aula em tempo também de orientação de forma generalista, que não contempla a “riqueza” das discussões no que tange as particularidades de cada campo de estágio.

Outro ponto observado foi a fragilidade na relação entre supervisores de campo, acadêmicos e coordenação de estágio, em que não há uma periodicidade de encontros e visitas institucionais, de forma a “estreitar” os laços entre os sujeitos envolvidos nesse processo que visa estabelecer essa articulação e que contribui satisfatoriamente para a formação profissional dos estudantes. Não há encontro com supervisores de campo sistematizados ou o Fórum dos Supervisores, como meio de propiciar uma interlocução entre todos os sujeitos.

Para tanto, fez-se necessária uma reflexão crítica sobre os novos desafios impostos à profissão numa perspectiva ampla de atuação e enfrentamento das questões impostas para uma prática consciente e eficaz. Como podemos perceber nas falas da supervisora acadêmica e da coordenadora de curso, o maior desafio é fazer efetivar a supervisão acadêmica na instituição da maneira como preconiza a PNE, além de estabelecer o diálogo com os três sujeitos envolvidos no estágio: supervisor de campo, acadêmico e estagiário. Percebeu-se ainda, a preocupação das mesmas em cumprir com o que estabelece a Resolução 533 e a PNE, haja vista a realidade local e a dificuldade em se conseguir abertura em novos campos de estágio. Ambas consideram um grande avanço para a categoria tais documentos, que vieram contribuir para qualificar a formação profissional em tempos de “capital fetiche”. Já a coordenadora de estágio aponta como principal desafio o cumprimento dos prazos por parte dos alunos na entrega da documentação referente ao estágio. “[...] *Eu acho que o maior desafio é o aluno que não tem compromisso, né? De organizar e trazer a documentação em dia há uma dificuldade muito grande de trazer esses documentos organizados deixa tudo pra ultima hora..*” (Entrevistada, 11, grifo nosso).

Diante de tal fala, fica um questionamento: será que o papel do estágio seria somente a entrega dos documentos para a validação do mesmo? Podemos elucidar este fato com apontamentos já observados por Mariano (2010) em sua dissertação de mestrado que também discorreu sobre o Estágio Supervisionado:

“[...] nos deparamos com a distorção que recai sobre a supervisão. Ela ainda não acontece com o seu real propósito, qual seja: supervisão sistemática. Muitas vezes e não raro, essa supervisão é confundida de forma simplista com o fato da abertura de estágio e só. Não se configura espaço de supervisão e sim de repasse de informações...” (MARIANO, 2010, p. 82).

Assim, conhecendo todo o processo sócio-histórico da formação, buscou-se apreender possibilidades que possam nortear a atuação profissional na atual conjuntura, ainda conflituosa e mais dinâmica, para que esta assuma um caráter realmente transformador e coerente com os preceitos que institui a profissão.

Por outro lado, embora a Regulamentação da profissão do Serviço Social seja relativamente nova, já apresenta fortes traços de precarização, haja vista os rumos que a educação tem tomado no nosso atual contexto, em que a mesma passou a

ser um objeto “rentável”, como forma tão somente de atender às exigências “mercantilistas”, sem preocupar-se com uma formação qualificada e competente.

Sendo assim, diante do fato de que o estágio supervisionado é o momento de reafirmação de compromissos ético-políticos na formação profissional do assistente social e da reflexão crítica sobre o exercício profissional se faz necessário que o estágio forneça base para uma formação que dê condições aos futuros profissionais praticarem sua ação, pautados numa atuação crítica, competente e comprometida com as reais necessidades sociais e legítimas demandas dos usuários.

Das entrevistas realizadas chega-se a constatação que a abertura de cursos de Serviço Social com o devido acompanhamento criou condições para o aparecimento de deformações na caminhada acadêmica e formação dos alunos, o que certamente comprometeu um legado histórico profissional. Certamente deve-se levantar o questionamento da necessidade de haver mais rigor para a abertura e manutenção dos cursos, que devem ter boa estrutura, campos de estágios diversos que propicie uma boa interação entre professor, supervisor acadêmico e professor.

Os estudantes entrevistados em seus discursos mostraram que a sua formação foi delineada por traços que evidenciam a precarização do ensino. Outro traço observado também foi a fragilidade teórica e prática. Isto certamente influi negativamente para a formação de profissionais menos preparados para as emergências da profissão, que são inúmeras e mutáveis, até porque a realidade social muda a todo o momento, alterando assim as formas de enfrentamento das expressões da questão social. Dentro desse contexto, o estágio deve ser um elemento essencial na formação, visto que os estudantes devem desenvolver a criticidade, para serem profissionais e agentes de mudança em uma sociedade desigual.

Por fim, acredita-se que a melhoria do ensino parte da aceitação que é emergente a constituição de uma nova abordagem da formação do estudante pautada no desenvolvimento de uma prática desafiadora e motivadora para que o mesmo desperte o seu senso crítico, capacidade de análise e entendimento das movimentações sociais em que imprimirá sua bagagem técnica a serviço de um bem comum, que é a busca da construção de uma sociedade mais justa e equânime nos direitos sociais.

REFERÊNCIAS

ABESS. CEDEPSS. Proposta Básica para o Projeto de Formação, novos subsídios para o debate. **Caderno ABESS**, São Paulo, n. 7, p. 58-76, 1997.

_____. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996.

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio em Serviço Social**. Brasília, DF, 2010.

ABREU, Maria Helena Elpídio; SANTOS, Cláudia Mônica. Desafios do estágio supervisionado na atualidade. In: PEREIRA, Larissa Dalmei; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **Serviço Social e educação**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2012.

ASSIS, Rivânia Lúcia Moura; ROSADO, Iana Vasconcelos Moreira. A unidade teoria-prática e o papel da supervisão de estágio nessa construção. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 148, 2012.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BETETTO, Heliton. FAPSS: uma história de 70 anos...histórico da fundação e evolução do Instituto de Serviço Social, hoje Faculdades Paulista de Serviço Social São Paulo e de São Caetano do Sul. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 103, p. 591-595, jul./set. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n103/a10n103.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2012.

BRAGA, Maria Elisa Braga; GUERRA, Yolanda. Supervisão em Serviço Social. In: CFESS. ABEPSS (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Lei nº 8.842, 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 jan. 1994. p. 77. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm>. Acesso em: 2013.

_____. Lei nº 9.394, de 20 dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, ano 134, n. 248, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 2013.

_____. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 8 jun. 1993. Seção 1. p. 7613. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm>. Acesso em: 2013.

BRASIL. Lei nº 11788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 26 set. 2008. p. 3. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>. Acesso em: 2013.

BURIOLOLA, Marta Alice Feiten. **Supervisão em serviço social**: o supervisor, sua relação e seus papéis. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **O estágio supervisionado**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CARMO, Perla Cristina C. Santos; RODRIGUES, Janaína dos Santos. Estágio Supervisionado em Serviço Social: desafios e limites para o supervisor e o discente no processo de formação profissional. **Revista Uniabeu**, Belford Roxo, v. 3, n. 5, p. 178-202, set./dez. 2010.

CAPUTTI, Lesliane; AMIUCCI, Eliane Marques. O estágio supervisionado na formação profissional do Assistente Social: estudo realizado no curso de serviço social da Fundação Educacional de Fernandópolis. Ano 2008. In: SEMINÁRIO LATINO AMERICANO DE ESCUELAS DE TRABAJO SOCIAL, 19, Guayaquiel, **Anales....** Guayaquiel: Universidade de Costa Rica, 2009. Disponível em <<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-019-095.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2012.

_____.; _____.; OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilario da Silva. Estágio Supervisionado em Serviço Social: novos tempos, velhos desafios? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 12., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ENPESS, 2010.

CARVALHO NETO, Cacildo Teixeira. Demandas históricas e as respostas profissionais do Serviço Social: as relações com as esferas socioinstitucionais. In: SEMINÁRIO DE SAÚDE DO TRABALHADOR, 1., Franca, 2010. **Proceedings online**. Franca: Ed. Unesp, 2010. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000112010000100039&script=sci_arttext>. Acesso em: 6 maio 2012.

CFESS. CRESS. **Código de Ética Profissional do (a) Assistente Social**. Brasília, DF. 1993.

_____. Resolução nº 533, de 29 de setembro de 2008. Regulamenta a Supervisão Direta de Estágio no Serviço Social. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 out. 2008. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>>. Acesso em: 2013.

CHAVES, Camila Nogueira. **Serviço Social e políticas sociais: a relação teoria e prática em questão.** Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2010.

CLUBE Náúico Formiguense. Disponível em:
<http://www.visiteminasgerais.com.br/hospedagem.asp?cod_hotel=895>. Acesso em: 22 mar. 2013.

CNE. CES. Resolução n. 15/2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 abr. 2002. Seção 1. p. 33.

FÁBIO de Melo. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/F%C3%A1bio_de_Melo>. Acesso em: 15 ago. 2013.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber profissional e poder institucional.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Estratégias em Serviço Social.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FÁVERO, Eunice Teresinha. Desafios e perspectivas do exercício profissional do assistente na efetivação de direitos. In: BAPTISTA, Myrian Veras; BATTINI, Odária. (Org.). **A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção do conhecimento.** São Paulo: Veras, 2009. v. 1.

FORMIGA. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Formiga_%28Minas_Gerais%29>. Acesso em: 22 mar. 2013.

FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda. Na prática a teoria é outra? In: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (Org.). **Serviço Social: temas, textos e contextos.** Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Maria. d F. Q. Docência, vida cotidiana e mundo contemporâneo: que identidades e que estratégias de sobrevivência psicossocial estão sendo construídas? **Revista Educar**, Curitiba, n. 2, p. 137-150, 2003.

GENTILI, Pablo A. A. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo.** Petrópolis: Vozes, 1998.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e organização da cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GUERRA, Yolanda. **O ensino da prática no novo currículo: elementos para o debate.** Palestra da oficina ABEPSS. Região Sul I, maio, 2002. (mimeo.).

GUERRA, Yolanda. **Análise dos Dados da Pesquisa sobre o Estado da Arte da Implementação das Novas Diretrizes Curriculares**. Oficina descentralizada de ABEPSS “10 Anos de diretrizes curriculares – um balanço necessário”. MG: Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 2006. (mimeo.).

_____. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo In: MOTA, Ana E. et al. (Org.). **Serviço social e saúde : formação e trabalho profissional**. Rio de Janeiro: Cortez, 2006.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do(a) Assistente Social na atualidade. In: CEFES. (Org.). **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**. Brasília-DF, CFESS, 2012.

KOIKE, Marieta Maria. Formação profissional em Serviço Social: o estágio supervisionado. In: CFESS. ABEPSS (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em serviço social: desafios para a formação e exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2009.

MARIANO, Valquíria Alves. **Os desafios contemporâneos do estágio supervisionado em Serviço Social na formação acadêmica**. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdades de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2010.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço social: identidade e alienação**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. O trabalho do assistente social em contextos hospitalares: desafios cotidianos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 497-508, jul./set. 2011.

MARX, Karl. **O capital**. ed. condensada. (Ccondensador: Gabriel Deville; tradução de Murilo Coelho). São Paulo: Folha de S. Paulo, 2010.

MENEZES, Maria Thereza; LUSTOSA, Maria das Graças. Reflexões sobre o ensino da prática no serviço social e os impasses para a consolidação do projeto ético-político profissional. In: FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda. **Serviço Social: temas, textos e contextos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.**: São Paulo: Boitempo, 2005.

MINAS GERAIS. Lei 2.819, de 22 de janeiro de 1963. Cria a Universidade do Oeste de Minas, na cidade de Formiga, e dá outras providências. Diário do Executivo, Belo Horizonte, 23 jan. 1963. p. 3. Col. 1. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;minas.gerais:estadual:lei:1963-01-22;2819>>. Acesso em: 22 mar. 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOTA, A. E. et al. **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006.

NEOTOMISMO. In: IDADE Contemporânea - Séc. XX. Disponível em: <<http://icsxx.weebly.com/neotomismo.html>>. Acesso em: 12 out. 2012.

OLIVEIRA, Cirlene A. H. S. O estágio supervisionado na formação profissional do assistente social: desvendando significados. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 25, v. 80, p. 59-81, nov. 2004a.

_____. Formação profissional em Serviço Social: “velhos” e novos tempos,... constantes desafios. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 13, n. 2, p. 55-78, 2004b.

_____. Estágio supervisionado curricular em Serviço Social: Elementos para reflexão. **Revista da ABEPSS**, Rio de Janeiro, ano 9, n. 17, 206 páginas, jan. 2009.

ORTIZ, Fátima Grave. Desafios Contemporâneos para o Processo de Estágio e Supervisão em Serviço Social. In: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (Org.). **Serviço Social: temas, textos e contextos**. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2010.

PAULO NETTO, José. **Ditadura e Serviço Social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Transformações societárias e Serviço Social. **Serviço e Social & Sociedade**, São Paulo, ano 17, n. 50, p. 87-132, abr. 1995.

_____. O movimento de reconceituação: 40 anos depois. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 26, n. 84, p. 21-36, 2005.

_____.; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

PEQUIÁ, Raquel Renzo da Silva; ROSA, Rosenete Gonçalves. Pelos caminhos do Estágio Supervisionado em Serviço Social: uma análise à luz das novas diretrizes curriculares. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 19, n. 1, p. 153-172, 2010.

PEREIRA, Larissa Dahmer. Expansão dos cursos de Serviço Social na modalidade de EAD no Brasil: análise da tendência à desqualificação profissional. In: PEREIRA, Larissa Dalmeij; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **Serviço Social e educação**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2012.

PONTES, R. Nobre. **Mediação e Serviço Social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA. **História de Formiga**. Disponível em <http://www.formiga.mg.gov.br/?pg=14&id_busca=18>. Acesso em: 22 mar. 2013.

RIBEIRO, Eleusa B. O estágio no processo de formação dos assistentes sociais. In: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (Org.). **Serviço Social: temas, textos e contextos**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2010.

RIBEIRO, Eliana C. Antunes. **A questão da identidade profissional no Serviço Social**. 2009. Trabalho de Conclusão Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial284202.pdf>>. Acesso em 12 fev. 2013.

SANTOS, Mônica dos Santos. **Na prática a teoria é outra?: mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no serviço social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SILVA, Marcela Mary José. **A materialização do projeto ético-político do Serviço Social**. Campinas: Papel Social, 2012.

UNIFOR. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social**. Formiga, 2011.

_____. **Projeto de Desenvolvimento Institucional**. Formiga, 2009.

_____. **Resolução do Conselho Universitário do UNIFOR**. Formiga, 2007.

_____. **Histórico**. Disponível em: <http://www.uniforg.edu.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1889&Itemid=223>. Acesso em: 22 mar. 2013.

YAZBEK, Maria Carmelita. O serviço social e a construção dos direitos sociais. In: BAPTISTA, Myrian Veras; BATTINI, Odária. **A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção do conhecimento**. São Paulo: Veras, 2009. v. 1.

APÊNDICES

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO PARA COORDENADOR DE CURSO / COORDENADOR DE ESTÁGIO / SUPERVISOR ACADÊMICO

Nome: _____

Tempo de Formação: _____

Local de Trabalho: _____

Atuação / Cargo: _____

Há quanto tempo está na coordenação? _____

1. Como você compreende a formação profissional do assistente social na atualidade?
2. Na sua concepção, como analisa a relação teoria e prática?
3. Como o projeto ético político se materializa na sua ação profissional?
4. Qual o papel do estágio na formação do estudante?
5. Você acha que o estágio realmente prepara o aluno para o exercício da prática?
6. E em relação a supervisão acadêmica? Qual a sua contribuição?
7. Como se efetiva a supervisão acadêmica na instituição na qual atua?
8. E a tríade: supervisão de campo – aluno – supervisão acadêmica - de que forma se estabelece?
9. Quais os maiores desafios encontrados neste processo?
10. Qual a visão sobre a PNE e a Resolução 533?
11. Como propiciar aos discentes, uma formação crítica, competente e qualificada?

12. Como efetivar a indissociabilidade entre supervisor acadêmico e supervisor de campo?

APÊNDICE B: QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO PARA OS DISCENTES

Nome: _____

Período: _____

Instituição de ensino: _____

Local que faz estágio: _____

Possui atividade profissional? _____

Qual? _____

Horário: _____

1. Como foi feita a escolha do local onde faz estágio?
2. Qual foi a sua percepção ao adentrar no campo de estágio?
3. Qual a importância do estágio supervisionado na sua formação profissional?
4. Como estabelece a relação teoria e prática no seu campo de estágio?
5. Em relação a supervisão acadêmica, qual a sua importância neste processo?
6. Como você analisa o estágio supervisionado como espaço de capacitação para o exercício profissional do assistente social?
7. Quais os principais desafios encontrados no campo de estágio?
8. Como se estabelece a tríade: supervisor de campo – aluno – supervisor acadêmico – neste processo de estágio?
9. Qual a sua compreensão em relação a formação profissional do assistente social na contemporaneidade?

**APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO
LIVRE E ESCLARECIDO**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE: _____
 DATA DE NASCIMENTO: ___/___/_____ IDADE: _____
 DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: _____ Nº: _____ SEXO: M () F ()
 ENDEREÇO: _____
 BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____
 CEP: _____ FONE: _____.

Eu, _____, declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: **Os desafios e possibilidades do estágio supervisionado: contribuição da supervisão acadêmica qualificada voltada para a práxis social.** O projeto de pesquisa será conduzido por **Suênya Thatiane Souza de Almeida**, do Programa de Pós-Graduação em **Serviço Social**, orientado pelo Prof (a). Dr(a) **Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira**, pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP/C.Franca. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de: (Monografia, Dissertação, Tese, Projeto (s), Relatório Trienal de Atividades/Docente, etc.) observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. **Discutir o estágio supervisionado em Serviço Social na atualidade é de suma importância e se faz urgente uma vez que o referido tema tem sido objeto de estudo entre a categoria profissional, pois é no momento do estágio que a identidade profissional do discente é formada, sendo necessário desenvolvê-lo com qualidade e comprometimento.** Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Franca, _____ de _____ de _____.

Assinatura do participante

(assinatura)

Pesquisador Responsável
 Nome: Suênya Thatiane Souza de Almeida
 Endereço: Rua dos Xavantes, 608/Apto 302 – Bairro Santa Mônica – Belo Horizonte/MG
 Tel: (31) 9625-6330
 E-mail: suenyathatiane@hotmail.com

(assinatura)

Orientador
 Prof. (ª) Dr. (ª) Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira
 Endereço: Rua João Urias Pimenta, 4390 – Parque Franville – Franca/SP
 Tel: (16) 3702-1280 / (16) 9965-1170
 E-mail: cirleneoliveira@terra.com.br